UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

MARYÂNGELA RIBEIRO DE AQUINO

EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E DIREITOS HUMANOS: EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS DO INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA – IRPAA

SALVADOR
2016

MARYÂNGELA RIBEIRO DE AQUINO

EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E DIREITOS HUMANOS: PRÁTICAS EDUCATIVAS DO INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA – IRPAA, EM JUAZEIRO-BA.

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Faculdade de Educação Campus I, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes.

SALVADOR
2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Bibliotecária: Ivonilda Brito Silva Peixoto – CRB: 5/626

Aquino, Maryângela Ribeiro de

Educação para a convivência com o semiárido e direitos humanos: práticas educativas do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, em Juazeiro - Ba / Maryângela Ribeiro de Aquino. –Salvador, 2015.

186f.: il.

Orientador : Eduardo José Fernandes Nunes

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação – DEDC -Campus I. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC). 2016.

Contém referências

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Direitos humanos e globalização. 3. Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. I. Nunes, Eduardo José Fernandes. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I.

CDD :363.7

FOLHA DE APROVAÇÃO

EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E DIREITOS HUMANOS: EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS DO INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA - IRPAA

MARYÂNGELA RIBEIRO DE AQUINO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 04 de abril de 2016, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Análise Geográfica Regional
Universidade de Barcelona, UB, Espanha

Profa. Dra. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira
Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF
Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil

Prof. Dr. José Cláudio Rocha
Universidade do Estado da Bahia – Uneb
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

DEDICATÓRIA

Aos meus pais José Vanildo Brandão de Aquino (*in memoriam)* e Maria Hildete Ribeiro de Aquino (*in memoriam),* pelas mais grandiosas lições que aprendi nesta vida.

Às minhas irmãs Célia, Adriana e Luciana, pelo apoio, torcida e compreensão que a mim dedicaram, muitas vezes de longe.

Ao meu filho Pedro Henrique, por ser o grande motivo de minha caminhada.

A Luís José L. Lopes, pelo companheirismo, estímulo, carinho, respeito e por ser a grande inspiração para este trabalho.

AGRADECIMENTOS

"E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente.
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas.
É tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente
Onde quer que a gente vá.
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho
Por mais que pense estar..." (Caminhos do coração – Gonzaguinha.)

Ao Professor Dr. Eduardo José Nunes, orientador desta dissertação, pela competência, segurança, simplicidade, exigência e, acima de tudo, pelas lições de que *"ouvir é tão necessário quanto falar"*.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, Gestão e Contemporaneidade (Linha III), da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, com os quais tive a oportunidade de aprender e aprofundar conhecimentos tão necessários para este trabalho.

Aos professores membros da banca de qualificação e defesa Prof. Dr.Eduardo José F. Nunes, Prof. Dr. José Cláudio Rocha e à Professora. Drª. Lúcia Marisy S. R. Oliveira pelas pertinentes observações e apontamentos em relação a esta escrita.

À Secretaria Acadêmica do PPGEDUC/UNEB, na pessoa de Sônia Lima, pela atenção e eficiência sempre demonstradas.

Aos colegas do Mestrado, especialmente a Anita, Luís Geraldo, Mari, Isabel, Rosana, pelo compartilhamento de momentos proveitosos de estudos e trabalhos em grupo.

Aos colegas doutorandos Rai e Ígor, pela atenção e presteza nas informações, comentários e esclarecimentos relativos ao Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade.

Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisa em Teoria Social e Projeto Político-Pedagógico, vinculado a Linha de pesquisa três, pelos momentos de trocas, de conhecimentos e aprendizagens.

Aos funcionários da Biblioteca do PPGEDUC, na pessoa da bibliotecária Hildete Santos Costa, pela atenção no atendimento e pelos momentos de estudo que desfrutei neste lugar.

Ao Professor Dr. Rogério Bispo do DTCS/UNEB/Campus III, pela leitura, análise e sugestões prestadas, quando da elaboração do Projeto de Pesquisa.

À Roviane Oliveira Santana, Secretária do Colegiado do Curso de Direito do DTCS/UNEB/Campus III, pelo incentivo ao ingresso no Mestrado.

A toda equipe do IRPAA, pela receptividade, presteza, disponibilidade e atenção, especialmente a Haroldo Schistek, José Moacir dos Santos, Edineusa Ferreira Sousa e Denise Cardoso dos Santos, que me facilitaram o acesso a informações e dados necessários à pesquisa de campo;

Aos jovens que participaram da 23ª Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido, que muito contribuíram para que esta investigação obtivesse dados sobre a as lutas, sonhos e esperanças da juventude no campo, sob a perspectiva da convivência.

À Comunidade de Testa Branca, nas pessoas de Adilson Ribeiro dos Santos, Helena Barbosa dos Santos, João Bosco Dantas dos Santos, Francilene Mara Batista dos Santos, Izaias Ribeiro da Silva e Isaac Ferreira Ribeiro, pelo acolhimento e disponibilidade, pela autenticidade e singeleza nos depoimentos fornecidos, pela atenção demonstrada a este trabalho de pesquisa, e, especialmente, pelos gestos humanos e acolhedores a mim dispensados.

RESUMO

Esta dissertação se volta para a investigação e análise das experiências educativas de convivência com o semiárido que ocorrem em cidades do Território Sertão do São Francisco na Bahia, na perspectiva dos direitos humanos emancipatórios. Tem por objetivo o conhecimento e análise dessas experiências sob a responsabilidade do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, para identificar se tais experiências contemplam os direitos humanos emancipatórios capazes de gerar melhoria nas condições de vida dos pequenos agricultores e agricultoras que lá residem. No referencial teórico aprofundou-se conceitos como desenvolvimento local e territorial sustentável, educação contextualizada, espaços não formais de educação e direitos humanos numa perspectiva emancipatória, pluralista e intercultural. Os dados foram obtidos a partir de uma abordagem qualitativa, baseada em observação participante, análise documental, entrevista semiestruturada e grupo focal. A partir da análise dos dados foi possível concluir que as experiências educativas voltadas para a convivência com o semiárido, sob a responsabilidade do IRPAA contemplam e promovem os direitos humanos emancipatórios capazes de gerar melhoria nas condições de vida dos pequenos agricultores e agricultoras situados no Território Sertão do São Francisco, pois sustentados em ideais, valores, princípios e práticas da dignidade humana, da cidadania ativa e participativa, da justiça e da inclusão social.

Palavras-chave: Globalização - Desenvolvimento local e territorial sustentável–Convivência com o semiárido–Direitos humanos emancipatórios.

ABSTRACT

This thesis turns to the research and analysis of the educational experiences of coexistence with the semiarid region that occur in cities Land Hinterland San Francisco in Bahia, from the perspective of emancipatory human rights. It aims knowledge and analysis of these experiences under the responsibility of the Regional Institute of Small Agricultural Appropriate - IRPAA to identify whether such experiences include the emancipatory human rights capable of generating improvement in the living conditions of small farmers and farmers who live there. In theoretical deepened concepts such as local development and sustainable territorial, contextualized education, non-formal spaces of education and human rights in emancipatory, pluralist and intercultural perspective. Data were obtained from a qualitative approach, based on participant observation, document analysis, semi-structured interviews and focus groups. From the data analysis it was concluded that educational experiences aimed at coexistence with the semiarid region, under the responsibility of IRPAA include and promote the emancipatory human rights capable of generating improvement in the living conditions of small farmers and farmers in the Territory Hinterland of San Francisco, as sustained in ideals, values, principles and practices of human dignity, active and participatory citizenship, justice and social inclusion.

Keywords: Globalization - Local development and territorial sustainable-Coexistence with the semiarid-emancipatory human rights.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ASA – Articulação do Semiárido

DCH - Departamento de Ciências Humanas

CEBS - Comunidades Eclesiais de Base

CENPEC - Centro de Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.

CETAS - Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde.

CIRAD - Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento

CNCD - Comissão Nacional de Combate à Desertificação

Comissão Nacional de Combate à Desertificação

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CF - Constituição Federal Brasileira

COOPERCUC - Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá-BA.

CPATSA - Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Semi-Árido

CPR - Comissão Pastoral Rural

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CSA - Convivência com o Semiárido

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário

EMATERBA - Empresa Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índices de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano

IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

IFOCS – Inspetoria Federal de Fiscalização de Obras Contra as Secas

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IOCS - Instituto de Obras Contra as Secas

IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MOC - Movimento de Organização Comunitária

MPA - Movimento de Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra

ONG - Organização Civil Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAE/BA - Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca para o Estado da Bahia

PAIS - Sistema de Produção Agroecológica Integrada Sustentável –

PAN - Programa de Ação Nacional de combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

PIB - Produto Interno Bruto

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNDRSS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PNE - Plano Nacional de Educação

PPGESA - Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

PRÓCUC - ProgramadeAssessoria àsComunidadesdeCuraçá,Uauá eCanudos.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro

RIDE - Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA

SAB - Semiárido Brasileiro

SASOP - Serviço de Assessoria a Organizações Populares

SB - Semiárido Brasileiro

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

STR - Sindicatos de Trabalhadores Rurais

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUS - Sistema Único de Saúde

UNEB - da Universidade do Estado da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIVASF - Universidade Federal do Vale São Francisco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto da cidade de Juazeiro-BA.....27
Figura 2 – Foto da cidade de Uauá-BA.....33
Figura 3 - Terra em mãos.....40
Figura 4 – Flor do Mandacaru.....47
Figura 5 - Semiárido brasileiro.....84
Figura 6 - Espaço geográfico do Semiárido brasileiro.....85
Figura 7 - Percentual do território das unidades da Federação e das grandes regiões cujos espaços geográficos estão dentro e fora da porção semiárida.....86
Figura 8 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e seus Componentes: 2007.....89
Figura 09 - Sede do IRPAA em Juazeiro-BA.....102
Figura 10 - Produtos da COOPERCUC.....125
Figura 11 – Meninos utilizando-se de livro contextualizado.....131
Figura 12 - Fotos do Centro de Formação Dom José Rodrigues – Juazeiro-BA.....138
Figura 13 - Foto dos participantes da 23ª Escola de Formação para Convivência com o Semiárido.....142
Figura 14 – Foto da 23ª Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido.....151
Figura 15 – Foto do trabalho em grupo na 23ª Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido.....156
Figura 16 – Foto do Certificado de participação na 23ª Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido.....158
Figura 17 – Foto da Comunidade Testa Branca- Uauá-BA.....160
Figura 18 – Foto do grupo focal em Testa Branca- Uauá-BA.....165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... . 13

CAPÍTULO I - CAMINHOS METODOLÓGICOS TRILHADOS PARA A INVESTIGAÇÃO..... . 19
1.1. A Metodologia escolhida para a Pesquisa..... . 19
1.2. Os Elementos da Pesquisa: sujeitos, locais, técnicas utilizadas..... . 20
1.3. As Fases da Pesquisa..... . 21
1.4. Instrumentos de Coleta e Análise dos Dados..... . 25
1.5. Contextualizando o *locus* da Pesquisa: Os municípios baianos de Juazeiro e Uauá..... 27

CAPÍTULO II - DA GLOBALIZAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃOCONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E DOS DIREITOS HUMANOS EMANCIPATÓRIOS..... 36
2.1.Esfera pública e práticas neoliberais no mundo globalizado.....36
2.2.Desenvolvimento local sustentável: um desafio no mundo global contemporâneo..... 40
2.3. Desenvolvimento sustentável no semiárido baiano..... 47
2.4. Educação contextualizada para a convivência com o semiárido: um novo olhar, uma novaperspectiva..... 51
2.5. A educação libertadora e os espaços não formais de educação..... 62
2.6. Os Direitos Humanos numa perspectiva Emancipatória, Pluralista e Intercultural..... 66

CAPÍTULO III - O PARADOXO DO COMBATE A SECA À CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO..... 76
3.1. Contexto e evolução histórica da realidade agrária no Brasil..... 76
3.1.2.Fundamentos, programas, ações e consequências do combate à seca..... 81
3.2.O semiárido rural brasileiro: características e desafios atuais..... 84
3.3. A lógica da convivência com o semiárido..... 90

CAPÍTULO IV - O INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA – IRPAA, EM JUAZEIRO-BA.....102
4.1. Um pouco de sua história.....102
4.1.2. Os eixos de atuação do Instituto e seus significados no cotidiano.....107
4.1.2.1. Eixo terra 108
4.1.2.2. Eixo água.....115
4.1.2.3. Eixo produção.....119
4.1.2.4. Eixo comunicação.....127
4.1.2.5. Eixo educação.....131
4.2. O Centro de Formação Dom José Rodrigues.....137
4.2.1. A 23ª Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido: um olhar sobre as práticas educativas do IRPAA no espaço não formal.....142
4.3. Uma experiência de Convívio com o Semiárido: a Comunidade de Testa Branca: Uauá-BA.....161

CONCLUSÕES.....171

REFERÊNCIAS.....178

INTRODUÇÃO

A Região do Nordeste, especialmente o semiárido, caracterizou-se, ao longo dos anos, apenas como um lugar seco, pobre e mal sucedido, pois as condições inóspitas, aliado a falta de conhecimento e "indolência" da sua população não permitiam o pleno e moderno desenvolvimento. Era essa imagem e assertiva que prevaleciam nas escolas, livros didáticos, na grande imprensa e no imaginário de muitos que, inclusive, no nordeste vivam.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o semiárido brasileiro ocupa 18,2% (982.566 Km²) do território nacional, abrange mais de 20% dos municípios brasileiros (1.135) e abriga 11,84% da população do país. Mais de 22,5 milhões de brasileiros/as vivem na região, sendo 14 milhões na área urbana e 8,5 milhões noespaço rural. Quase 41,3% da população (10,9 milhões de pessoas) são crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos.

O semiárido baianoé formado por 265 municípios, compreendendo uma área de 388.274 Km2, com uma população de 6.316.846 habitantes. Isso significa dizer que esta área corresponde a 68% do território do Estado e 48% de sua população[1].

O presente estudo está voltado à região semiárida situada ao norte do Estado da Bahia, particularmente para a cidade de Juazeiro e Uauá, ambas pertencentes ao Território Sertão do São Francisco. Nestes municípios baianos vem sendo construída uma noção de desenvolvimento local e territorial sustentada em paradigmas que levam em conta as especificidades socioeconômicas, ambientais e culturais da região. Um desenvolvimento que vá além dos interesses do capital. Novas concepções e alternativas surgem tecendo novas perspectivas, muitas em andamento, outras em construção, mas com o escopo de estabelecer uma nova realidade, principalmente a partir dos problemas enfrentados e tendo como protagonistas o ser humano e o meio-ambiente.

Entre as propostas inovadoras de desenvolvimento sustentável, inclui-se a convivência com o semiárido, que considera, principalmente, a relação dialética entre o homem e a natureza, tendo a educação como fundamento. A proposta de Convivência com o Semiárido, que vem se consolidando numa perspectiva transformadora, objetiva, partindo do local, conscientizar os sujeitos a compreenderem o ambiente e os fenômenos naturais da região onde vivem, com vistas ao aproveitamento das potencialidades e da construção das novas possibilidades diante das problemáticas encontradas. Traduz-se como um "prático sócio

[1] Fonte: http://www.sei.ba.gov.br/ - Bahia em Números 2013, acessado em 11 de agosto de 2015.

espacial" novo.

Destarte, imersa nesse novo contexto, desenvolvi o presente estudo que tem por objetivo geral o conhecimento e análise das experiências educativas voltadas para a convivência com o semiárido, sob a responsabilidade do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, através da Escola de Formação Dom José Rodrigues, com o escopo de identificar se essas experiências contemplam os direitos humanos emancipatórios capazes de gerar melhoria nas condições de vida dos pequenos agricultores e agricultoras situados no Território Sertão do São Francisco-BA. E como objetivos específicos, a realização de uma análise histórica crítica das ações de combate à seca até a passagem para a lógica da convivência com o semiárido, a compreensão da pedagogia da convivência desenvolvida pelo IRPAA e o modo como às experiências educativas desenvolvidas por essa entidade foram incorporadas no cotidiano rural do semiárido baiano, especialmente nas cidades de Juazeiro e Uauá. Para tanto, formulei a seguinte indagação como problema de pesquisa: as práticas educativas voltadas à convivência com o semiárido promovida pelo IRPAA, através da Escola de Formação Dom José Rodrigues, contemplam os direitos humanos na perspectiva emancipatória?

O Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA é uma Organização Civil Não Governamental, sediada em Juazeiro, na Bahia, que atua em toda a Região do São Francisco e foi instituído no ano de 1990, por Dom José Rodrigues de Souza[2], Bispo diocesano de Juazeiro-BA, Dom Mário Zanetta, Bispo diocesano de Paulo Afonso-BA, Pedro Nunes da Silva, presidente da União das Associações de Sobradinho e Arredores, em Sobradinho, Estado da Bahia e Paulo Nunes da Silva, presidente da União das Associações Rurais de Juazeiro-BA[3]. Foi exatamente em consequência das seguidas secas que castigavam a região do semiárido baiano e das políticas públicas equivocadas de combate à seca, que só

[2]Dom José Rodrigues de Sousa era natural de Paraíba do Sul (RJ), mas viveu a infância e adolescência em Aparecida (SP). Ingressou no Seminário dos Redentoristas em 1938. Foi nomeado bispo de Juazeiro (BA) em 1974 aonde permaneceu até 2003. Logo ao chegar a Juazeiro, entrou na defesa dos atingidos pela construção da usina hidrelétrica de Sobradinho. Também prestou especial atenção às pastorais sociais em sua diocese. Preocupado com a formação dos agentes pastorais e a comunicação, foi pioneiro ao criar um Setor Diocesano da Comunicação Audiovisual, com uma biblioteca com 45 mil volumes. Durante seu episcopado, acompanhou a Comissão Pastoral da Terra e a Pastoral da Juventude do Meio Popular no Regional Nordeste três da CNBB. Foi ainda presidente nacional do Conselho Pastoral dos Pescadores. Desde sua renúncia, em 2003, Dom José vivia no Convento Redentorista de Trindade (GO). Ainda em tempos de ditadura, Dom José marcou a vida do povo sanfranciscano pela atitude firme e destemida, em defesa dos direitos da população pobre das caatingas, beira do rio e periferias urbanas. Sua biografia foi publicada por um jornalista na Alemanha, com o justo título de "O bispo dos excluídos". Ainda foi chamado "pequeno grande homem". Foi um dos fundadores do IRPAA. Faleceu em 09 de setembro de 2012.

[3]Estatuto do IRPAA – Registrado no Cartório Registral Público de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas, na Comarca de Juazeiro-BA.

aumentava as desigualdades e submissão, levando ao êxodo, para os grandes centros do país, milhares de agricultores e agricultoras, que, tendo à frente o "o Bispo dos Excluídos"nasce o Instituto.

O trabalho do IRPAA busca construir junto às comunidades do Território do São Francisco conhecimentos e tecnologias eficazes, que, respeitando as características e identidade do povo e das terras desta região, tornem-se sustentáveis ao desenvolvimento local e à autonomia de homens mulheres sertanejos e sertanejas, sob a perspectiva da convivência. A entidade sempre entendeu a necessidade da participação das comunidades rurais no processo de formação para, a partir dos saberes locais e das reflexões dos problemas cotidianos, construir e reconstruir conhecimentos, adotar novas posturas, elevar o nível de pertencimento e, especialmente, intervir na realidade na perspectiva de transformá-la.

A contextualização dos saberes tem sido a fundamentação metodológica que dá sustentação às ações educativas voltadas à 'Convivência'. Uma questão de grande relevância para o Instituto, que existe há mais de 25 anos, consiste na necessidade da formação, mesmo não institucionalizada, dos agricultores e agricultoras, num processo permanente, de forma educativa e pedagógica transformadoras, onde o conhecimento ocorre a partir da realidade concreta, singular e peculiar de cada educando, para se chegar ao conhecimento mais elaborado.

A importância desse estudo, vinculado à área da educação e contemporaneidade, na linha da educação, gestão e desenvolvimento local sustentável, encontra-se no fato de se intentar reconhecer nas práticas educativas voltadas à convivência com o semiárido, aspectos emancipatórios tais como a dignidade, cidadania ativa, emancipação social, consciência crítica e autonomia de comunidades rurais situadas no semiárido baiano que contribuam na desconstrução de relações e práticas sociais injustas e desiguais. Acrescente-se, ainda, a possibilidade de se aportarem elementos a estudos posteriores, no sentido de servir de análise, reflexão e ação às entidades não governamentais, aos movimentos populares, às comunidades envolvidas na pesquisa e aos Poderes Públicos Municipal e Estadual, além de contribuir para novas discussões sobre uma educação contextualizada que amplie a competência de se conviver com o semiárido, que responda às necessidades de vida e de trabalho dos agricultores e agricultoras que consolide, especialmente, o respeito à dignidade da pessoa humana nas suas mais variadas dimensões.

Justifica-se ainda o presente estudo pelo fato da existência, em Juazeiro-BA, do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos –

PPGESA, oferecido pelo Departamento de Ciências Humanas (DCH), Campus III, da Universidade do Estado da Bahia, UNEB, considerado como pioneiro por incluir a Educação para a Convivência com o Semiárido como objeto de estudos e produções acadêmicas.

Para mim, Professora do Curso de Bacharelado em Direito, no Campus III da Universidade do Estado da Bahia, que compreendo a educação como instrumento de luta e emancipação social, além de ser militante na defesa dos direitos humanos e sociais, esta pesquisa tornou-se fundamental e necessária no sentido de me possibilitar a inserção no cotidiano de homens e mulheres sertanejos, muitas vezes desrespeitados em seus direitos humanos e fundamentais, porém, corajosos e detentores de um saber local, singular e vinculado à natureza, para, a partir daí, numa perspectiva multidisciplinar, unir práticas educacionais contextualizadas aos direitos humanos emancipatórios na contemporaneidade. Educação aqui entendida como instrumento de transformação social, construída por meio de uma prática educativa participativa, dialógica e dialética, que respeita e considera a vida cotidiana, os saberes locais, sem desprezar o saber universal. Uma educação que engloba os direitos humanos em sua totalidade. Compreendo que a discussão e afirmação dos direitos humanos sob a perspectiva emancipatória tornam-se urgentes e necessárias, frente à realidade marcada pelas desigualdades estruturais, injustiças, conflitos e desrespeito à dignidade da pessoa humana. Ademais, entendo que a luta pela efetivação desses direitos não pode ser reduzida apenas a dimensão jurídica-formal, contida em Declarações Internacionais, Leis, Tratados, Acordos, mas, fundamentalmente, efetiva-se na vida cotidiana, no dia-a-dia de homens e mulheres desrespeitados historicamente dos seus mais elementares direitos, concretizam-se através de práticas educativas traduzidas nas suas metodologias, conteúdos, princípios, ações e pedagogias de resistência que libertam e emancipam os educandos. Os direitos humanos na contemporaneidade direcionam-se no sentido de buscar atender as exigências reais da própria sociedade diante das condições emergentes da vida e das crescentes prioridades determinadas socialmente.

Neste estudo, os direitos humanossão entendidos a partir de umavisão emancipatória, numa abordagem intercultural, que os colocam não numa perspectiva meramente individual e universal, mas numa dimensão social, que traduz os anseios do homem como ser social, que tem direitos concretos a serem assegurados pela sociedade, que é pluralista. Direitos Humanos que contemplem a solidariedade, dignidade humana e a emancipação social. Ou seja, busca-se considerar os direitos humanos como processos histórico-culturais emancipadores e como construções sociais. Introduz-se, assim, na temática

sobre os direitos humanos “a análise do papel do Estado Democrático, entendido como única formação institucional asseguradora de sua eficácia” (BARRETTO, 2004: 306).

Como fundamentação teórica buscou-se a contribuição de diversos estudiosos do campo da educação contextualizada para a convivência com o semiárido, educação popular e libertadora, do desenvolvimento local sustentável, da sociedade em rede, das entidades da sociedade civil e movimentos sociais, dos direitos humanos emancipatórios, justiça e cidadania ativa, indo desde autores estrangeiros, como Arendt (2010), Bauman (2001), Bobbio (2004), Castells (2001,2013), Dowbor (1981, 2003, 2012, 2013), Giddens (2011), Hobsbawm (1995), McLaren (1997), Mészáros (2015), Morin (2000), Sen (2011), a brasileiros como Barreto (2004), Boof (1997/1999), Candau (2000), Demo (2000), Favero e Santos (2002), Boaventura (2002/2006/2010), Freire (1967, 1980, 1998 1992,2011), Ghon (2000), Morais (1998), Santos, Boaventura (2002/2006/2010), Santos, Milton (1990, 1999, 2012), Sarlet (2010),Wolkmer (2002) entre outros e quanto à especificidade da Educação para Convivência com o Semiárido Brasileiro, dialogou-se com Caldart (2012), Carvalho (2012), Martins (2004), Macedo (2004), Pimentel (2002), Oliveira (2005), Reis (2010) e Silva (2010).

Como metodologia fez-sea opção pela pesquisa de cunho qualitativo, com enfoque para o estudo de caso, tendo como técnicas de pesquisa a observação, a entrevista semiestruturada, grupo focal e a análise documental.

A hipótese norteadora desta pesquisa é a ação educativa para a convivência com o semiárido desenvolvida pelo IRPAA, como mecanismo de construção de conhecimentos científicos e tecnológicos sobre o meio em que vive a população rural do Território Sertão do São Francisco-BA e como elemento mobilizador e disseminador de informações à população e grande mobilizadora das transformações social, econômica, política e cultural das comunidades, na promoçãodo seu desenvolvimento local e territorial sustentável e de seus direitos emancipatórios.

O estudo realizado sobre a prática educativa do IRPAA para a convivência com o semiárido à luz dos direitos humanos emancipatórios que constitui a presente dissertação final, compõe-se em cinco capítulos, quais sejam:

Capítulo I: “O Trajeto da Pesquisa: da Metodologia à Contextualização do Locus da Investigação”. Apresento neste capítulo os aportes teóricos, a metodologia, elementos, fases da pesquisa e os instrumentos de coleta e análise dos dados, encerrando-se com a contextualização dos municípios baianos de Juazeiro e Uauá, como locus da investigação.

Capítulo II: **“**Da Globalização ao Desenvolvimento Local e Territorial Sustentável, na perspectiva da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido e dos Direitos Humanos Emancipatórios”. Nesta parte se apresenta uma revisão da literatura em torno dos temas que direcionaram a pesquisa, tais como: globalização, desenvolvimento local e territorial sustentável, educação contextualizada para a convivência com o semiárido e os direitos humanos emancipatórios, situando-os em relação aos objetivos da pesquisa.

Capítulo III: “O Paradoxo do Combate a seca à Convivência com o Semiárido". Procedo, neste capítulo, a uma reflexão sobre o contexto e evolução histórica da realidade agrária no Brasil no período compreendido entre a colonização, com a implantação das sesmarias, a era republicana até os dias atuais, para compreender de que forma o processo de colonização e de ocupação das terras ocorreu no Semiárido e, por fim, analiso os fundamentos, programas, ações e consequências do combate à seca, frente às novas abordagens do convívio com o semiárido.

Capítulo IV- “O Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA, em Juazeiro-BA". Conto um pouco de sua história, incluindo os eixos de atuação do Instituto e seus significados no cotidiano. Destaco o Centro de Formação Dom José Rodrigues, onde acontecem as diversas formações, atividades e pesquisas voltadas à convivência com o semiárido, a exemplo da 23ª Escola de Formação ocorrida no período de 10 a 21 de agosto de 2015, voltada aos jovens agricultores. Neste sentido, descrevo as práticas e metodologias educativas do IRPAA nesse espaço não formal de educação. Por fim, apresento uma experiência de convívio com o semiárido que se desenvolve na Comunidade de Testa Branca, situada no município de Uauá-BA.

Capítulo V - Considerações Finais - Nesta parte retoma-se a essência das discussões geradas em torno dos temas apresentados nos capítulos anteriores relacionando-os aos resultados alcançados com a pesquisa e estes em relação aos objetivos propostos. Faz-se referência aos avanços e dificuldades existentes nas experiências de convívio com o semiárido, a partir do trabalho de campo realizado junto aos agricultores e agricultoras assistidas pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA. Colocam-se as pendências que ficaram desse estudo e se apontam as possibilidades de desdobramento que se vêm para ele.

CAPÍTULO I - O TRAJETO DA PESQUISA: DA METODOLOGIA À CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCUS DA INVESTIGAÇÃO

1.1. A Metodologia escolhida para a Pesquisa.

Para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, que objetiva conhecer e analisar as experiências educativas voltadas para a Convivência com o Semiárido, desenvolvidas pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, para identificar se essas experiências contemplam os direitos humanos emancipatórios capazes de gerar melhoria nas condições de vida dos pequenos agricultores e agricultoras situados no Território Sertão do São Francisco, optou-se por utilizar o método de cunho qualitativo, com enfoque para o estudo de caso, tendo como técnicas de pesquisa a observação participante, a análise documental, entrevista semiestruturada e o grupo focal.

A pesquisa qualitativa proporciona compreensão em profundidade do contexto do problema. É um método indutivo por excelência para entender por que o indivíduo age como age, pensa como pensa ou sente como sente, pois, respostas em profundidade são geradas apenas pela abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa se torna crescentemente importante como método de pesquisa aplicada a diversas áreas do conhecimento: às ciências sociais, educação, planejamento, trabalho social, desenvolvimento comunitário, ao estudo do comportamento político, em corporações e para pesquisas de mercado.

Para Ludke e André (1986) são cinco as características básicas da pesquisa qualitativa, chamada, às vezes, também de naturalística: a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; b) os dados coletados são predominantemente descritivos; c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; d) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo que tem como foco a fidelidade ao universo de vida cotidiana dos sujeitos, buscando-se o conhecimento crítico da realidade pesquisada estando, pois, baseada nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa.

Neste sentido, conduzi a pesquisa a partir da realidade concreta do objeto investigado, ou seja, o cotidiano das variadas atividades educativas desenvolvidas pelo IRPAA, além de me inserir, dentro do que me foi possível, no universo de vida cotidiana dos sujeitos pesquisados, buscando a compreensão crítica desta realidade e a apreensão da sua dinâmica no

contexto da convivência com o semiárido.

Yin (1994, apud ARAÚJO et al. 2008) afirma que esta abordagem se adapta à investigação em educação, quando o investigador é confrontado com situações complexas, de tal forma que dificulta a identificação das variáveis consideradas importantes, quando o investigador procura respostas para o "como?" e o "porquê?", quando o investigador procura encontrar interações entre fatores relevantes próprios dessa entidade, quando o objetivo é descrever ou analisar o fenômeno, a que se acede diretamente, de uma forma profunda e global, e quando o investigador pretende apreender a dinâmica do fenômeno, do programa ou do processo.

Quanto aos objetivos, a pesquisa assumiu um caráter exploratório e explicativo, já que a primeira teve como finalidade desenvolver, esclarecer e/ou modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses para estudos posteriores e o segundo, porque a preocupação central está voltada para a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, ou seja, foi possível, por meio desta pesquisa, identificar nas práticas educativas voltadas à convivência com o semiárido promovidas pelo IRPAA, através da Escola de Formação Dom José Rodrigues, os direitos humanos na perspectiva emancipatória capazes de melhorar as condições de vida dos pequenos agricultores e agricultoras situados no Território Sertão do São Francisco-BA e capacitá-los à aquisição de uma consciência mais crítica do ambiente onde vivem, que os mobiliza para ações de intervenções na realidade concreta.

1.2. Os Elementos da Pesquisa: Sujeitos, Locais, Técnicas utilizadas.

Foram os seguintes elementos utilizados nesta pesquisa qualitativa:

a) Sujeitos da pesquisa – Inicialmente foi sujeito da investigação a própria Entidade, por meio do conhecimento e análise dos trabalhos teóricos e práticos produzidos pela equipe técnica, ao longo dos anos, além de entrevistas semiestruturadas realizadas com Haroldo Schistek, Engenheiro Agrônomo e Presidente do Instituto, e com os Técnicos da Entidade José Moacir dos Santos, Pedagogo e Coordenador de Projetos e a Pedagoga Edineusa Ferreira Sousa, Assessora Pedagógica na Educação Continuada, além de reuniões com a equipe que forma o eixo "comunicação", tendo sido colhidos, por meio de entrevista, textos e vídeos, dados e informações antigas e atuais sobre o trabalho desenvolvido pelo IRPPA. Em seguida, a investigação prosseguiu com o grupo formado por 58 jovens provenientes da Bahia, Sergipe,

Pernambuco, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, que participou, no período de 10 a 21 de agosto de 2015, da 23ª Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido, em Juazeiro-BA. Foram ouvidos, por meio de entrevista, sete jovens mais diretamente assistidos pelo IRPAA, provenientes do Território Sertão do São Francisco-BA, com o objetivo de identificar o impacto do processo de formação na vida dos jovens rurais e de suas comunidades. Por fim, constituíram-se como sujeitos da pesquisa quatro agricultores e duas agricultoras pertencentes à Comunidade Rural de Testa Branca, situada no Município baiano de Uauá. O critério utilizado para a escolha desta comunidade deveu-se ao fato de que nela o trabalho educativo para a convivência com o semiárido encontra-se mais consolidado e onde há uma atuação mais sistemática do IRPAA. A escolha foi feita juntamente com a equipe técnica do Instituto.

b) Os locais da pesquisa foram à sede do Instituto, a Escola de Formação Dom José Rodrigues, sob a coordenação do IRPAA, ambos situados no Município baiano de Juazeiro e a Comunidade de Testa Branca em Uauá-BA, ambos pertencentes ao Território Sertão do São Francisco-BA.

c) Para a coleta e análise dos dados e das informações necessárias para responder ao problema levantado foram utilizados a observação sistemática, a entrevista semiestruturada e o grupo focal, além da análise do material didático e pedagógico sobre a convivência com o semiárido, disponibilizado pelo IRPAA. Foi realizado também revisão bibliográfica, a partir de dissertações, teses, artigos, livros e revistas científicas, que abordam e questão da convivência.

Ressalto que boa parte da coleta de dados para a elaboração do projeto de investigação e desenvolvimento da pesquisa foi levantada na sede do IRPAA, desde julho de 2014, através do conhecimento e análise do material didático e pedagógico produzidos pelo Instituto, por meio da consulta aos relatórios anuais, além da participação da Semana Comemorativa de 25 anos do IRPA em prol da convivência com o semiárido, realizado no período de 14 a 18 de abril de 2015, em Juazeiro-BA.

1.3. As Fases da Pesquisa:

A presente pesquisa desenvolveu-se em duas fases:

Na primeira fase fiz o levantamento qualitativo de dados e informações sobre a temática e área de estudo, através de visitas periódicas à sede do IRPAA, situado na Avenida das Nações, nº 04, em Juazeiro-BA, onde tive a oportunidade de conhecer a sua estrutura

física, os textos e matérias pedagógicos e cartilhas produzidas, os seus técnicos, que atuam nos Eixos Terra, Água e Clima, Produção, Educação e Comunicação, por onde se desenvolvem as práticas educativas. Pude, ainda, realizar entrevistas com José Moacir dos Santos, Pedagogo e Coordenador de Projetos da Entidade e a Pedagoga Edineusa Ferreira Sousa, Assessora Pedagógica na Educação Continuada e ainda entrevista realizada com Haroldo Schistek, Engenheiro Agrônomo e Diretor do Instituto e prosseguiu com a participação da Semana Comemorativa de 25 anos do IRPA em prol da convivência com o semiárido, realizado no período de 14 a18 de abril de 2015, em Juazeiro-BA, onde, por meio de uma programação extensa, discutiu-se, entre outros, temas como: "Diversidade no Semiárido", "Reserva e Preservação da Caatinga", "Educação Contextualizada no Semiárido", "Política de Convivência no Semiárido", "Experiências concretas de Convivência com o Semiárido", dentre outros. Estiveram presentes, neste evento, representantes das comunidades acompanhadas pelo IRPAA ao longo dos anos, Organizações da Sociedade Civil, Instituições de Ensino e Pesquisa e Órgãos dos Governos Municipais, Estadual e Federal que se relacionam com o trabalho do Instituto.

No mês de abril de 2015 também houve reuniões com a equipe que forma o eixo "comunicação", tendo sido colhidos, por meio de entrevista, textos e vídeos, dados e informações antigas e atuais sobre o trabalho desenvolvido pelo IRPPA.

Ainda nesta fase realizei revisões bibliográficas e "estado da arte", a partir de dissertações, teses, artigos, livros e revistas científicas por meio eletrônico e por consulta realizada na Biblioteca da PPGEduC, Campus I e Biblioteca do Campus III da UNEB, que abordavam e questão da convivência com o semiárido, direitos humanos emancipatórios, entre outros, o que muito contribuiu para ampliação e aprofundamento ontológico e epistemológico do conhecimento sobre os temas investigados.

Na segunda fase, o trabalho de pesquisa ocorreu de forma mais efetiva e concreta. Inicialmente, participei da 23ª Escola de Formação para Convivência com o Semiárido, com o tema "Juventude como Protagonista da Convivência com o Semiárido", que contou com a participação de 58 jovens da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, em um universo constituído de representantes da Cáritas Diocesana, do Serviço de Assessoria a Organizações Populares (SASOP), Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimento de Organização Comunitária (MOC), Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Movimento de pequenos Agricultores (MPA), Associação de Estudantes de Engenharia Florestal, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), ONG Caatinga e a

Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá-BA (COOPERCUC). Nesta oportunidade, além de vivenciar as atividades desenvolvidas no processo de formação, onde se abordou temas ligados a Terra, Água e Clima, Produção, Educação, Comunicação, dentre outros ligados aos Eixos de atuação do IRPAA e de refletir sobre o modo apropriado para se produzir e viver melhor no Semiárido brasileiro pude realizar, junto aos mesmos, algumas entrevistas semiestruturadas e observar, por meio das diversas atividades culturais, recreativas e de trabalho grupal, comportamentos, atitudes, valores e posicionamentos dos jovens quanto à convivência com o semiárido, além do nível de envolvimento e organização destes. Os dados colhidos nesta experiência foram selecionados e aprofundados no Capítulo IV, item 4.2.1, deste trabalho de escrita.

Para encerrar o trabalho de coleta, análise e aprofundamento de dados, desenvolvi mais uma investigação, desta feita junto à Comunidade de Testa Branca, no Município de Uauá-Ba, que dista 170 km do Município baiano de Juazeiro.

Realizei, inicialmente, entre os meses de agosto a novembro de 2015, três visitas a essa localidade, onde pude conhecer e observar o ambiente e escutar algumas pessoas da comunidade por meio de conversas informais. Ressalto que, desde o início, apresentei às mesmas o objetivo da minha visita e da investigação que lá desenvolveria, tendo sido muito bem acolhida.

A técnica escolhida e utilizada para o desenvolvimento desta etapa da pesquisa foi a do grupo focal.

Na busca por uma caracterização dessa técnica, pode-se argumentar que se trata de uma entrevista em grupo, na qual a interação configura-se como parte integrante do método. No processo, os encontros grupais possibilitaram aos participantes explorarem seus pontos de vista, a partir de reflexões sobre um determinado fenômeno social, em seu próprio vocabulário, gerando suas próprias perguntas e buscando respostas pertinentes à questão sob investigação (MINAYO,1994).O grupo focal representa uma técnica de coleta de dados que, a partir da interação grupal, promove uma ampla problematização sobre um tema ou foco específico.

O meu objetivo ao escolher o grupo focal foi o de identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito das experiências educativas de convivência com o semiárido promovido pelo IRPAA junto à comunidade de Testa Branca e o impacto destas na melhoria das condições de vida e da aquisição e consciência dos seus direitos, na perspectiva emancipatória.

O trabalho em grupo abrangeu um encontro ocorrido no dia 28 de novembro de 2015, após dois encontros com pessoas da comunidade nos dias 12 de setembro e 15 de novembro do mesmo ano. Optou-se por finais de semana, porque no decorrer da semana todos estão envolvidos na lida diária. Houve ainda duas reuniões de planejamento com a moderadora, realizado na sede do IRPAA, onde se definiu um guia de temas, que consiste em um resumo dos objetivos e das questões a serem tratadas, além da seleção e preparo antecipado do material a ser utilizado no encontro com o grupo. Saliento aqui que a construção e o uso do guia de temas, que serviu como um esquema norteador, sistematizando questões e objetivos para o GF, foi planejado após vários estudos. As questões constantes no guia foram as seguintes, sendo que nem todas foram respondidas no trabalho em grupo:

1.0. A convivência com o semiárido e o trabalho do IRPAA:

1.1. O que significa "Conviver com o Semiárido"?

1.2. O que melhorou em termos de qualidade de vida na caatinga depois da compreensão e experiências de convivência?

1.3. O que ainda se constitui obstáculo à implementação das práticas de convivência?

2.0. O desenvolvimento sustentável do semiárido:

2.1. O que se torna mais necessário ao desenvolvimento sustentável do semiárido?

2.2. O que se produz e se cria como fonte de renda e alimento às famílias residentes no semiárido?

2.4. Quem se envolve na produção de renda e alimento?

2.5. Qual é a vantagem de se morar no semiárido, mesmo com a falta de água?

3.0. Organização e participação política da comunidade:

3.1. Como se organiza a comunidade?

3.2. Qual o nível de participação da comunidade nas discussões, debates e intervenções locais?

4.0. Direitos humanos:

4.1. O que é ser sujeito de direitos?

4.2. Quais os direitos já conquistados e por conquistar para a garantia de uma vida digna no semiárido?

Sendo assim, o grupo focal da Comunidade Testa Branca foi formado por 06 (seis) pessoas, sendo constituído de quatro homens e duas mulheres. Todos agricultores e que já haviam participado da formação para a convivência com o semiárido promovida pelo IRPAA. O número de participantes do grupo seguiu orientação de estudos acerca do grupo focal, que

referem de seis a quinze pessoas como um módulo recomendável. A opção por um número menor deveu-se ao fato de se buscar um maior aprofundamento da temática na discussão. O encontro durou três horas, iniciando às 09h00min e encerrando-se ao meio dia. Ressaltando-se que os dias e horário foram previamente combinados com os participantes.

O encontro ocorreu na sede da Associação Comunitária Agropastoril da Fazenda Testa Branca. Um espaço grande e próximo a todos os participantes. Entre estes estiveram presentes, compondo o grupo, o Presidente da COOPERCUC o Sr. Adilson Ribeiro dos Santos, o Presidente e Secretária da Associação Comunitária, o Sr. João Bosco Dantas dos Santos e a Sra. Francilene Mara Batista dos Santos, respectivamente. Participou, ainda, uma das referências na comunidade no convívio e manejo do semiárido e sócio fundador da COOPERCUC o Sr. Izaias Ribeiro da Silva e seu filho Isaac Ferreira Ribeiro, jovem de 25 anos que trabalha junto à família, além da Senhora Helena Barbosa dos Santos, esposa do Sr. Adilson e uma das trabalhadoras da COOPERCUC.

Atuei neste trabalho como observadora, registrando no Diário de Anotações as interferências, observações e proposições do grupo e a técnica do IRPAA Denise Cardoso dos Santos, como moderadora.

A moderadora buscou, ao longo do encontro grupal, facilitar as discussões, encorajando os depoimentos e assegurando espaço para que todos e todas se expressassem. Realizou sínteses, retomando o foco da discussão e confirmando informações. Procurou falar pouco e ouvir mais, fazendo intervenções, quando necessário, para manter o debate focalizado, em consonância com as orientações de estudos sobre o grupo focal.

Os participantes estiveram durante o encontro sentados em círculo o que permitiu a interação face a face e, ainda, a manutenção de distâncias iguais entre eles, estabelecendo o mesmo campo devisão para todos.

Desta forma, o trabalho com o grupo desenvolveu-se com tranquilidade, num clima agradável e acolhedor, onde todos e todas puderam expressar suas opiniões, que foram devidamente registradas, destacando-se as principais e mais relevantes questões debatidas pelo grupo, que constam no capítulo IV, item 4.3., apresentadas como manifestação e resultado do trabalho desenvolvido pelo grupo.

1.4. Instrumentos de Coleta e Análise dos Dados

A análise qualitativa se caracteriza por buscar uma apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem

conceitual (teoria) do pesquisador, trazendo à tona, na redação, uma sistematização baseada na qualidade. (FERNANDES, 1991).

Para analisar e interpretar os dados obtidos com a pesquisa e validá-los entendi necessário adotar, na condição de pesquisadora, uma atitude de respeito, empatia, abertura e, principalmente, humildade diante dos sujeitos pesquisados. Neste sentido, coloquei-me, naturalmente, sempre muito próximos dos mesmos, longe de qualquer artificialismo e sem esquecer o rigor necessário, até porque as pessoas mais humildes são desprovidas de vaidades, subterfúgios e artificialismos. Busquei estabelecer com todos, desde os técnicos do IRPAA até os jovens e agricultores e agricultoras que foram envolvidos na pesquisa, uma relação de cordialidade e aproximação, o que possibilitou o envolvimento dos mesmos na transmissão de informações e na participação comprometida com a realidade dos fatos narrados.

Segundo Gil (1999):

> A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fortalecimento de respostas ao problema da investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (GIL, 1999, p. 168).

Neste sentido, após realizar as etapas descritas da pesquisa, passei a analisar e interpretar os dados obtidos, seja através das entrevistas semiestruturadas, seja por meio do grupo focal desenvolvido, sempre atenta à verificação da relevância e significados destes dados aos objetivos da pesquisa. Busquei ainda estabelecer uma relação entre os dados empíricos e os fundamentos teóricos que serviram de base ao trabalho de investigação.

Dentre as várias técnicas de análise de dados na pesquisa qualitativa, Merriam (1998) destaca: análise etnográfica, análise narrativa, análise fenomenológica, método comparativo constante, análise de conteúdo e indução analítica.

Para tanto, utilizei para a análise de dados colhidos duas técnicas: a análise narrativa e a análise de conteúdo. Com a primeira técnica busquei analisar o saber cotidiano e as experiências comunicadas por meio das narrativas (falas) apresentadas pelos sujeitos da pesquisa, seja por meio das entrevistas semiestruturadas, seja por meio do grupo focal. As narrativas emergiram como resultado da inter-relação das forças sociais e caracterizaram equacionamentos possíveis do fluxo histórico e social. A narrativa – sendo linguagem – deve sua inserção na economia textual ao diálogo com outros textos e ao conjunto de características sócio históricas que localizam um contexto. A narrativa abre-se à interpretação ao mesmo tempo em que estabelece condições para sua circulação, recepção e produção.

As narrativas (falas) colhidas, principalmente no grupo focal, constituíram-se como um modelo político fundamentado na ação e na palavra, mas nunca uma sem a outra. Denotaram (as narrativas), para a minha análise, as relações de poder existentes, além das relações da identidade dos sujeitos pesquisados, da compreensão do contexto social e político inserido nas falas e, ainda, constituíram-se em elementos práticos e teóricos para a produção textual ora apresentada.

A segunda técnica utilizada foi a de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), cujo objetivo principal é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento, de um texto. Valendo-me desta técnica, selecionei todo o material que foi lido e analisado, buscando apreender as ideias e conteúdo principais e seus significados. Assim, realizei uma pesquisa bibliográfica o mais vasta possível, dentro do tempo destinado para isso, com o escopo de dedicar aos temas investigados um olhar crítico e relevante à discussão.

Ademais, busquei analisar os referencias teóricos de forma contextual, histórica e interdisciplinar, o que possibilitou consideravelmente a ampliação da minha visão sobre os temas pesquisados. Ressalto que procurei, mesmo nesta análise de conteúdo, fazer inferências pessoais sobre os textos analisados, como uma construção criativa dos seus significados, o que não retirou, no meu sentir, a essência de tal procedimento.

1.5. Contextualizando o *locus* da Pesquisa: Os municípios baianos de Juazeiro e Uauá

Figura 1 – Foto da cidade de Juazeiro-BA

Acervo da pesquisadora

A Cidade de Juazeiro está localizada à margem direita do Rio São Francisco, no extremo norte da Bahia, na zona do médio e baixo São Francisco. Divisa com o Estado de Pernambuco, Juazeiro está ligada a Petrolina pela Ponte Presidente Dutra e dista 500 km de Salvador. Implantada à margem direita do Rio São Francisco, situa-se no ponto exato onde ocorria o cruzamento de duas importantes e estratégicas entradas interiores do Brasil.

A primeira entrada era a fluvial, representada pelo Rio São Francisco, integrando o norte ao sul. Nesta deu-se um verdadeiro entrelaçamento – a união dos habitantes do norte do país, com os moradores do sul. O rio iniciava assim a juntação, como primeiro elo de formação étnica da unidade nacional (DOURADO, 1983, p. 23). A segunda, um caminho das bandeiras, aberto pelos paulistas, sob o comando de Domingos do Sertão, pelos baianos sob o comandode Garcia d'Ávila II, pelos pernambucanos sob o comando de Francisco Caldas e pelos portugueses sob o comando de Manuel Nunes[4].

Relata a historiadora Maria Izabel Muniz Figueiredo[5], mas conhecida por "Bebela", que no ano de 1593 um bravo bandeirante percorreu a região em busca de minas de prata. Esse bandeirante contou ao senhor Garcia D'Ávila, o terceiro senhor da casa da torre, donos da terra desde Itapuã até o Vale do São Francisco, e muito mais, que tudo por aqui era maravilhoso. "Água em abundância, belos mananciais, peixes, frutos, e assim ao saber de tantas maravilhas o Senhor Garcia D'Ávila motivado preparou todo um esquema para vir explorar tão grande e belo paraíso".

Narra Cunha (1978, p.18) que a primeira bandeira a percorrer o interior da Bahia e a atravessar os sertões do São Francisco foi à de Belchior Dias Moréa, tendo ele partido do Rio Real em 1593, para as montanhas de Jacobina, através de Queimadas, e seguindo dali para Morro do Chapéu, até a Barra do Rio Grande, à margem do São Francisco, descendo por este, alcançando o Vale do Rio Salitre (hoje município de Juazeiro), continuando rumo a Curaçá, Geremoabo, Itabaiana (atualmente território Sergipano), até o ponto de partida, aonde chegava em 1909, ano em que ocorreu o falecimento do Primeiro Garcia d'Ávila.

Em 1975, percorreu aqueles sertões a bandeira de Barbosa Leal, a segunda a penetrar a região onde floresce o município de Juazeiro.

No início do século XVII foram implantados às margens do Rio São Francisco os primeiros currais, onde o segundo Garcia D'Ávila deixava em cada um deles um casal de escravos, dez novilhas, um casal de cães, galinha, galos, porcos, cavalos e sementes para lavoura (CALMON, 1983). Por isso o Rio São Francisco já foi chamado de "Rio dos Currais".

A cada curral instalado ampliava-se a ocupação e o domínio territorial. A dispersão dos currais pela imensidão das terras de uma ou várias sesmarias, que pertenciam a um mesmo senhor, tornava-se conveniente, pois possibilitava a ocupação da maior área possível e não só garantia as sesmarias já obtidas como justificava o pedido de novas. Assim, a Casa da Torre de

[4]Juazeiro (BA). Prefeitura. 2014. Disponível em: http://www2.juazeiro.ba.gov.br/sobre-juazeiro. Acesso em: jul. 2014.

[5]Maria Izabel Muniz Figueiredo é historiadora e mais conhecida por "Bebela". Nasceu em Juazeiro-BA e é filha de um ex-comandante dos navios de gaiola, "grande amante da navegação do Rio São Francisco".

propriedade do segundo Garcia D'Ávila, tornou-se proprietária de quase toda a região do São Francisco. Sem o consentimento da Casa da Torre não haveria a mínima condição de sobrevivência para quem quisesse criar gado na região. O segundo Garcia D'Ávila detinha quase todo o monopólio da mesma. (GONÇALVES, Esmeraldo Lopes, 1997, p. 26).

Com a implantação dos currais e as constantes andanças da gente do Sr. Garcia D'Ávila surgiu uma estrada que conduzia à margem direita do Rio São Francisco facilitando a travessia do majestoso rio. Essa estrada, esse lugar e imediação receberam o nome de "Passagem do Juazeiro", porque naquela passagem e em toda parte havia uma enorme quantidade de uma árvore muito bela, frondosa e sempre verdejante, que oferecia larga sombra aos viajantes, servindo, por isso, de ponto de descanso, apropriado também para as refeições e que todos a chamavam: Juazeiro. Então a cidade nasceu em razão da passagem que se transformou no povoado chamado *Passagem do Juazeiro*, que cresceu e parte dele recebeu o nome de Juazeiro Velho (DOURADO, Walter Castro, 1983, p. 22). Os primeiros moradores desta Passagem, nos idos de 1680 a 1690, eram bastante pobres e oprimidos e se constituíam de mestiços e, principalmente caboclos, havendo também negros (GONÇALVES, E. L., 1997, p. 54).

Um dos fatos marcantes relacionados com a expansão dos currais de gado da Casa da Torre através dos sertões da Bahia e das terras ao norte do São Francisco foi a abertura de uma estrada que passou a ligar a metrópole de então aos principais centros do Nordeste. Juazeiro, pela sua posição geográfica, teria constituído uma das portas de entrada para o Piauí e Maranhão, sendo, ao mesmo tempo, etapa obrigatória para os que, procedentes daquelas regiões e de outros pontos, procuravam o Recôncavo Baiano. Capistrano de Abreu incluiu o caminho de Juazeiro entre os menos antigos, vendo nele mais uma "via de vazão que de penetração".

Em 1710, com o propósito de se firmarem em definitivo e com o claro propósito de converter os índios ao cristianismo, os franciscanos construíram um convento e erigiram uma igreja consagrada à invocação de Nossa Senhora das Grotas, que, de acordo com a lenda local, fora encontrada em grutas das imediações, por um indígena. Deu-se ao local o nome de *Nossa Senhora das Grotas do Juazeiro*, que deu origem à atual sede do município. Como ocorria em todas as outras Missões, até o ano de 1790, a de Juazeiro era constituída de um, dois ou três Missionários, que exerciam todos os poderes eclesiásticos, e detinham jurisdição temporal sobre os índios que aldeavam (GONÇALVES, 1997, p. 40).

Por essa época Juazeiro apresentava as primeiras características de núcleo colonizado, dedicando-se seus habitantes ao cultivo da cana-de-açúcar e a criação de gado. No início do século passado era grande a importância de Juazeiro, não obstante as mazelas cometidas contra os índios nativos e negros. Aires de Casal refere-se ao arraial como "uma das passagens mais frequentadas da Bahia para Piauí". Spix e Martius admiraram-se da intensidade do trânsito de gado, naquela localidade, com destino ao Recôncavo, na média anual de 20.000 cabeças. O povoado teria então umas 50 casas e uns 200 habitantes. O ano de 1894 é assinalado como marco decisivo para o futuro da cidade com o alcance pelos trilhos da Viação Federal Leste Brasileiro que a ligam à capital do Estado.

Distrito criado com a denominação de Juazeiro, pela lei provincial nº 114, de 26-03-1840. Elevado à categoria de vila com a denominação de Juazeiro, entre os anos de 1766 e 1768 ou em 09-05-1833. Pela lei provincial nº 470, de 25-04-1853, foram criados os distritos de Caraibinhas, Curaçá Pequeno e Salitre e anexados ao município de Juazeiro. Elevado à condição de cidade com a denominação de Juazeiro, pela lei provincial nº 1814, de 15-07-1878.

Gonçalves (1997), ao tratar sobre a conquista das terras das margens do São Francisco relata que:

> Por volta de 1800, toda a região do Submédio São Francisco estava completamente dominada pelos fazendeiros. Os núcleos populacionais de origem indígena e africana já haviam sido controlados e seus membros subjugados. E tão logo os fazendeiros descobriram que as ilhas e as margens do São Francisco eram importantes para a refrigeração dos animais, nos períodos de seca, começaram a assenhorar-se delas e a expulsar ou sujeitar completamente os seus moradores. (GONÇALVES, 1997, p. 91).

Assim Juazeiro prossegue na história: passa durante o primeiro e o segundo impérios (1823 a 1889), segue ao período da primeira e segunda Repúblicas (1889 a 1930 a 1964), até os dias atuais. A região a partir das décadas 1970/80 passa a receber fortes intervenções em sua organização espacial. A partir da construção da Barragem de Sobradinho, projetos de irrigação e a montagem de uma institucionalidade em pesquisa e assistência rural, bem como a dotação um aparato técnico-informacional e infraestrutural para sua inserção ao mercado nacional e internacional.

Como todo município deste Brasil, Juazeiro viveu e vive momentos de desenvolvimento, mas também de grandes dificuldades e contradições. De um lado, tem-se neste Município o crescimento e fortalecimento do agronegócio, da irrigação, da exportação;

do outro, o crescimento da pobreza, do abandono e exclusão de inúmeros habitantes do campo e da cidade.

Segundo dados do IBGE de 2014, a população de Juazeiro está estimada em 216.588, quando no ano de 2010 era de 197.965. O que demonstra um crescimento populacional, como tem ocorrido nas diversas cidades brasileiras. Além da sede, Juazeiro possui alguns distritos em seu território, os quais são: Abóbora, Pinhões, Maniçoba, Itamotinga, Massaroca, Juremal, Carnaíba e Junco. Tem como municípios limítrofes Campo Formoso, Jaguarari, Curaçá e Sobradinho, em território baiano. Petrolina e Lagoa Grande em território pernambucano.

Juazeiro está localizada numa área de clima árido e semiárido com alto risco de seca e que o período chuvoso ocorre entre os meses de novembro e março. A precipitação média anual está nos 399 mm, podendo variar dos 1055 aos 98 mm. E a temperatura média anual é de 24,2 °C, mas pode atingir a máxima de 43,6 °C e a mínima de 20,3 °C. A vegetação que cobre o município é a caatinga arbórea aberta com e sem palmeiras e caatinga arbórea densa sem palmeiras.

O município de Juazeiro integra a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, criada pela Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.366, de 9 de setembro de 2002. A RIDE tem como objetivo articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos estados e dos municípios para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica e provisão de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento em escala regional. Enquanto institucionalidade legalmente constituída, tem prioridade no recebimento de recursos públicos destinados a investimentos que estejam de acordo com os interesses consensuados entre os entes. Esses recursos devem contemplar demandas por equipamentos e serviços públicos, fomentar arranjos produtivos locais, propiciar o ordenamento territorial e assim promover o seu desenvolvimento integrado. A Região Administrativa é constituída pelos municípios de Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, no Estado de Pernambuco, e pelos municípios de Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, no Estado da Bahia[6].

O Governo da Bahia passou a reconhecer, em seu Planejamento Territorial, por meio do Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010 a existência de 26 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região, aonde a divisão vem sendo utilizada para a implementação de políticas públicas no Estado.

[6]Ministério da Integração Nacional. www.integração.gov.br:acessado em 22 de março de 2015.

Território de Identidade é o agrupamento de municípios de acordo com os critérios de identidade social, cultural, econômico e geográfica e é reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial, segundo dispõe o parágrafo primeiro do artigo primeiro do mencionado Decreto. O conceito de territórios de identidade foi criado pelo geógrafo baiano Milton Santos, que produziu um conceito de território geográfico vivo e dinâmico, como um espaço ocupado e transformado, "indivisível dos seres humanos e de suas ações".

Além do território de identidade, existem os Territórios da Cidadania, ou seja, territórios de identidade com maior índice de pobreza – menor IDH, onde há prioridade para a aplicação de recursos e o desenvolvimento de ações transversalizadas nos diversos níveis de governo e da administração pública.

A formação do território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade, que de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas (ANDRADE, 1998). Entende-se, nesse sentido, que a própria prevalência de um sentimento de solidariedade entre os indivíduos constitui uma territorialidade.

O Território da Cidadania Sertão do São Francisco - BA abrange uma área de 61.750,70 Km² e é composto por 10 municípios: Uauá, Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Sobradinho.

A população total do território do Sertão do São Francisco é de 520.782 habitantes, dos quais 148.122 vivem na área rural, o que corresponde a 28,44% do total. Possui 31.768 agricultores familiares, 2.371 famílias assentadas, 1 comunidade quilombola e 1 terra indígena. Seu IDH médio é 0,64[7].

[7]Fonte: Sistema de Informações Territoriais (http://sit.mda.gov.br).

Figura 2 – Foto da cidade de Uauá-BA

Fonte: Google: www.google.com.br

Compondo também, como Juazeiro, o Território Sertão do São Francisco encontra-se o município de Uauá que está situado no Norte da Bahia, no Sertão nordestino, a 415 quilômetros de Salvador. Faz divisa com os municípios de Andorinha, Canudos, Chorrochó, Curaçá, Jaguarari e Monte Santo. O nome Uauá é uma palavra de origem indígena que significa vagalume ou pirilampo, inseto que durante a noite emite uma luz fosforescente.

Segundo informações prestadas pela Prefeitura de Uauá, disponibilizadas no site do IBGE[8]sobre a história do Município tem-se que no século XVIII, Francisco Ribeiro, um dos coronéis do sertão, organizou a fazenda Uauá às margens do Rio Vasa Barris, em terras de Garcia D'Ávila. Formou-se, então, o povoado de Uauá. Em 1896, o povoado serviu de acampamento a uma Companhia de Infantaria do Exército que se dirigia a Canudos. Posteriormente, em 1905, recuperado dos danos sofridos pela Campanha de Canudos, passou à sede distrital do Município de Monte de Monte Santo, pela lei estadual nº 590, de 08-07-1905. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Uauá, pela lei estadual nº 1866, de 09-07-1926, desmembrado de Monte Santo e instalado em 28/09/1926. Pelos decretos estaduais nºs 7455, de 23-06-1931 e 7479, de 08-07-1931, o município de Uauá, foi extinto, sendo seu território anexado novamente ao município de Monte Santo, como simples distrito.

Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Uauá, pelo decreto estadual nº 8641, de 19/09/1933, desmembrado de Monte Santo, reinstalado em

[8]Fonte: Uauá. Prefeitura Municipal; IBGE (HTTP://www.cidades.ibge.gov.br)http://www.pmuaua.ba.ipmbrasil.org.br/.

10/10/1933. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1950. Pela lei estadual nº 628, de 30-12-1953, foram criados os distritos de Caldeirão e Serra da Canabrava (ex-povoados) e anexado ao município de Uauá.
Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de distritos: Uauá, Caldeirão e Serra da Canabrava. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Em 24 de maio de 1923, por decreto do arcebispo dom Jerônimo Tomé de Sousa, foi criada a Paróquia de Uauá, com a nomeação de seu primeiro vigário, padre João do Sacramento, fato que deu margem à consolidação de seu recente desenvolvimento religioso, cultural e social. Nessa data, São João Batista seria elevado a padroeiro de Uauá, dando assim origem às tradicionais festas juninas do Município.

Segundo o IBGE (2010)[9], Uauá apresenta um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)[10] do Brasil e uma das menores rendas per capita da Bahia. Segundo o Censo Demográfico de 2010, a população total de Uauá é de 24.294 habitantes com uma área da unidade territorial de 3.035,236km². Possui uma densidade demográfica em torno de 9,2 habitantes por km², cuja maioria da população ainda vive na zona rural. A população estimada em 2015 foi de 25.087 habitantes. A população masculina representa 12.218, enquanto a população feminina é de 12.076 habitantes. Em Uauá existem 17.307 alfabetizados e 6.987 analfabetos.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Uauá se configurou, entre os anos de 1991 a 2010, nos seguintes patamares: 1991: 0,099; 2000: 0,249 e 2010: 0,535. Por outro lado, o Produto Interno Bruto – PIB – do município ao longo de vários anos, apresenta os resultados a seguir relacionados (em US$ de 1998): 1980: 10.593.846; 1985: 54.724.202; 1990: 12.669.517; 1996: 26.564.718.

O relevo do município é basicamente Planalto. Em Uauá ocorrem os solos de Classe Bruno não Cácicos (Luvissolos), relevo ondulado, suave ondulado, solo raso, até um metro, solos com reservas nutricionais, que favorecem o enraizamento. Os solos Litólicos (Neossolos Litólicos) são solos rasos, pobres em nutrientes, que ocupam a parte mais leste de Uauá. A vegetação característica da região é a caatinga constituída por árvores de porte baixo,

[9] Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. (www.cidades.ibge.gov.br)

[10]O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (**IDHM**) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento humano. A pesquisa foi elaborada a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Fundação João Pinheiro - FJP, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sócios – COPIS.

rala e por cactos, como mandacaru, palmatória, xique-xique, facheiro, cabeça de frade, macambira, e árvore de médio porte – umbuzeiro, juazeiro, caraibeira, umburana, aroeira, angico, pau-ferro, entre outras. Um dos aspectos que mais caracteriza a região é o clima, e Uauá está 100% inserido no Semiárido. Este é quente e seco (com temperatura média anual de 23º C), favorecendo chuvas irregulares no tempo e no espaço, isto é, apresenta baixa precipitação pluviométrica com má distribuição de chuvas.

A agricultura praticada no município é de subsistência que serve para abastecer o comércio local com feijão, milho, mandioca, abóbora, melancia, hortaliças etc. Na área de sequeiro cultiva-se palma, sorgo, andu e gergelim, complementando a produção agrícola e favorecendo o criatório de caprinos, ovinos e os demais. Na pecuária, a pele do bode é comercializada em seu estado natural, principalmente na cidade de Juazeiro onde sofre o processo de beneficiamento nos curtumes e de lá é exportada para vários países. A maior fonte de renda de Uauá é proveniente da caprinocultura, logo é conhecida como a "Capital do Bode". Devido à diversidade de plantas da caatinga, a carne de caprinos e ovinos é classificada como sendo a melhor da região, e os criadores exploram todos os seus derivados (leite, pele, carne etc.). Considera-se que no município exista um dos maiores rebanhos na escala dos municípios do nordeste da Bahia, ou seja, é um dos maiores produtores de carne e derivados de bode. A comercialização dos caprinos e ovinos em Uauá tem como principal ponto atrativo e centro de abastecimento a feira livre. Todos os anos acontece a Exposição de Caprinos e Ovinos, de caráter nacional, com o objetivo de incentivar e desenvolver a caprinocultura regional através da comercialização de matrizes e reprodutores que melhoram a qualidade dos rebanhos. O extrativismo do umbu serve para comercialização da fruta, no período da safra, mas também ocorre o beneficiamento com fabricação de geleias, doces, sucos, licores, xaropes, compotas, imbuzadas, batidas, vinhos, entre outros, feito por lavradores e lavradoras em Curaçá, Uauá e Canudos, cujos produtos são vendidos nos referidos e outros municípios e até exportados para diversos países. Devido a grande relevância no aumento de renda das famílias e potencial produtivo do umbu e do maracujá-do-mato, foi criado pelo Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada – IRPAA, o Programa de Curaçá, Uauá e Canudos – PROCUC que é realizado pela Cooperativa Agropecuária Familiar de Curaçá, Uauá e Canudos – COOPERCUC e tem como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar desenvolvida pelos lavradores e lavradoras, a comercialização in natura, o beneficiamento e a exportação dos produtos, fabricados pela COOPERCUC.

CAPÍTULO II – DA GLOBALIZAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL E TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E DOS DIREITOS HUMANOS EMANCIPATÓRIOS.

2.1. Esfera pública e práticas neoliberais no mundo globalizado

Em um mundo cada vez mais globalizado, perverso e confusamente percebido (SANTOS, 2012) o projeto de sociedade e de homem reduz-se, na maioria das vezes, aos interesses do capital, monetarizando-se a vida social e pessoal e repercute em toda esfera pública, que busca reagir a esse contexto. Esfera pública entendida aqui não na concepção original e clássica habermasiana ligada apenas à sociedade burguesa do século XVIII, mas como a constituída por movimentos, organizações e associações, inúmeras instâncias de públicos transversais, enfim, por uma sociedade plural.

Para Milton Santos a "globalização é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista". Ainda ao tratar sobre o processo capitalista de globalização, este autor, desmistificando a realidade falsamente produzida pelos interesses do capital, apresenta o mundo sob três dimensões: O primeiro seria o mundo imposto, como uma "aldeia global", onde se vive a ilusão do encurtamento de distâncias e do tempo e se convive com um mercado avassalador dito global, apresentado como capaz de homogeneizar o planeta: a globalização aqui é como uma fábula; O segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade, daí o aumento da fome, da pobreza, do desemprego, da mortalidade infantil, do aprofundamento dos males espirituais e morais; e o terceiro, o mundo como ele pode ser:

outra globalização, caracterizada por uma mudança radical das condições atuais, de modo que a centralidade de todas as ações seja localizada no homem e não mais no dinheiro. E, nesse sentido, o autor advoga que as bases materiais que dão sustentação ao grande capital, como: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta, deverão servir a outros objetivos, desde que postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. Argui que as condições históricas do fim do século XX apontavam neste sentido, tanto no plano empírico, como no plano teórico.

Para Santos, a mistura dos povos, culturas e filosofias tendem a enfraquecer o racionalismo europeu e a construir uma nova história. (SANTOS, 2012, ps. 9/11).

> No plano teórico, o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato. Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica. A universalidade deixa de ser apenas uma elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar da experiência ordinária de cada homem. De tal modo, em um mundo datado como o nosso, a explicação do acontecer pode ser feita a partir de categorias de uma história concreta. É isso, também, que permite conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história. (SANTOS, 2012, p11).

A sociedade capitalista apresenta, conforme Giddens (2011), características institucionais específicas: competitividade, expansionismo, isolamento de outros setores sociais, propriedade privada dos meios de produção, autonomia do Estado que é condicionada pela acumulação do capital. A sociedade capitalista está circunscrita ao Estado-nação, que é interpretado pelo controle que ele consegue sobre territórios delimitados. Ainda para o mesmo autor, as quatro dimensões institucionais básicas da modernidade são o capitalismo (acumulação do capital no contexto de trabalho e mercados de produtos competitivos), industrialismo (transformação da natureza), poder militar (controle dos meios de violência no contexto da industrialização e da guerra) e vigência (controle da informação e supervisão social).

Maria da Conceição Tavares, ao prefaciar a obra: "Por uma outra globalização", de Milton Santos (2012), destaca que, para o geógrafo, a grande perversidade na produção da globalização atual não reside apenas na polarização da riqueza e da pobreza, na segmentação dos mercados e das populações submetidas, nem mesmo na destruição da Natureza. Para o autor, segundo Tavares (2012), o novo que aterroriza, hodiernamente, reside na tentativa empírica e simbólica de construção de um único espaço unipolar de dominação. A

concentração do capital e do poder, que produz a tirania do dinheiro e da informação, são marcantes na história do capitalismo.

Em entrevista conduzida por Mitja Sardoc[11], do Instituto de Pesquisa Educacional, Ljubljana, Eslovênia em 2001, Peter McLaren (2011) apresenta vários elementos teóricos que dão sustentação ao seu posicionamento crítico e revolucionário frente ao sistema capitalista, principalmente na atualidade. Para MCLAREN (2011), a relação capitalista expandiu seu alcance para todas as coordenadas do tempo e do espaço, o que o faz parecer superior e universal. Enfatiza, ainda, como questão central e essencial para o enfrentamento ao capitalismo globalizado a luta de classes. Para o autor, recuperar a luta de classes é essencial para se criar solidariedades políticas cada vez mais amplas no atual movimento contra o capitalismo global. Compreende, ainda, que não há "socialmente excluídos", pois todos estão incluídos no universo social do capital, porém em grupos diferentes e desiguais. Para ele, questões de gênero, raça e outras diferenças sociais e culturais são sustentadas dentro da metafísica e ética burguesa para diferenciar e fragmentar a todos com base no dinheiro.

Para o defensor da "teoria da resistência", o grande desafio dos educadores críticos hoje estaria em lutar pela não integração da esfera pública nas práticas neoliberais e imperialistas do Estado e do capitalismo globalizado.

> Estou mais interessado, nesse momento, em como a educação pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento de novas formas de trabalho não-alienado por meio do desmantelamento das relações sociais capitalistas e do próprio capital. Estou tentando desenvolver formas de encorajar os estudantes a pensarem em tal possibilidade por meio da criação do que tenho chamado de "pedagogia revolucionária". Por extensão, estou interessado no papel que a educação pode desempenhar numa sociedade mais ampla graças ao desmantelamento das leis de valor do capital como uma forma central de mediação entre seres humanos. (MCLAREN, 2011, p.184).

Para Mészáros (2010), vive-se na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não se está frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado.

[11]Mitja Sardoc é professor de filosofia da educação na Eslovênia. Trabalha no Educational Research Institute, em Gerbicevara. É editor da Enciclopédia de Filosofia da Educação. É editor de The Shool Field – Internacional Journal of Theory and Research in Education.

No entendimento do escritor francês Ladislau Dowbor (1981) a formação social capitalista está em crise, atingindo não só o grupo de países industrializados, mas o conjunto do sistema, englobando tanto os países capitalistas industrializados como o Terceiro Mundo. Aponta o autor como um dos fatores da crise a "polarização", ou seja, o desenvolvimento desigual, do mundo capitalista, que permitiu simultaneamente uma riqueza e uma pobreza de extensões desmedidas. De um lado, a polarização Norte-Sul, do outro a polarização interna nos países subdesenvolvidos. Destaca Dowbor que a modernização "extrovertida e dependente" que existe no Terceiro Mundo nos últimos trinta anos, conduziu a marginalização das classes sociais mais populosas. Esta exclusão da imensa maioria do processo de modernização dá-se, segundo ele, através da interiorização da troca desigual entre setor moderno e o setor tradicional e também porque nem a tecnologia adotada, nem o perfil de produção permitem uma participação das massas no processo de mobilização para o desenvolvimento. Desta forma, para uma nova estratégia de desenvolvimento, defende o autor, a necessidade da participação efetiva das massas camponesas. Torna-se necessário, em termos econômicos, de generalizar a tecnologia simples e acessível ao campo, e de criar as redes de serviços de apoio indispensáveis nas áreas de comercialização, estocagem, transportes e crédito, bem como orientar a industrialização, hoje concentrada em escoar e transformar os produtos do campo, para a produção de insumos agrícolas indispensáveis ao seu desenvolvimento. (DOWBOR, 1981, p.05).

Outro aspecto que merece uma reflexão nesse contexto atual globalizado é a noção de tempo e espaço, que se quer diminuído, ou inexistente, o que tem causado estranheza e incômodo às pessoas, pois se aumenta cada vez mais as diferenças locais. Fala-se em modernidade sem territorialidade, ou ainda, desterritorialização do homem e de suas atividades. Dentro da nova ordem social o espaço é representado como algo que se desagrega. (GIDDENS, 2011). A modernização e a modernidade são baseadas em um processo, segundo o qual uma ideia fixa e estreita de "lugar" e "espaço" (que prevalece nos tempos modernos) são gradualmente destruídas por um cada vez maior conceito de "tempo universal". Trata-se, pois, do que Giddens (2011) denomina "desencaixe do espaço-tempo" na modernidade, diferentemente das sociedades tradicionais, onde as relações sociais eram encaixadas no tempo e no espaço.

De acordo com Bauman (1999), um dos efeitos da globalização seriam o aumento da exclusão social e o redimensionamento do conceito de bem-estar social. Para o autor, a pobreza leva ao processo de degradação social que nega as condições mínimas de vida

humana. As imensas desigualdades da globalização, situadas no ambiente da compressão do tempo e do espaço, permitem conceber essa nova ordem sob a marca da economia política da incerteza, definida como o conjunto de regras para pôr fim a todas as regras impostas pelos poderes financeiros, capitalista e comercial extraterritoriais sobre as autoridades políticas locais (BAUMAN, 2000, p. 175).

Entendo que é por meio do rompimento com o sistema capitalista que se pode construir novas formas de sociedade mais humana, fraterna e plural. Penso, porém, que antes do rompimento torna-se necessário implementar e consolidar novas formas de pensamentos e paradigmas que apontem para uma direção menos desigual e excludente, aliados a construção efetiva de modelos sustentáveis de desenvolvimento e a uma educação humana, transformadora e revolucionária.

Neste sentido, percebe-se, na atualidade, a movimentação de muitos organismos da esfera pública, como os movimentos populares, entidades não governamentais, categoriais profissionais, entre outros, no sentido de apontar e construir novas alternativas de poder político e econômicoa partir de novos valores e princípios, da reconstrução de velhas teorias, como um contraponto e em resposta ao padrão de desenvolvimento capitalista global.

Neste trabalho aparecem como protagonistas e atores “hegemonizados” (Santos2010) homens e mulheres do campo que vêm construindo e tecendo novos caminhos de desenvolvimento e de existência, num permanente processo de educação transformadora.

2.2. Desenvolvimento local e territorial sustentável: um desafio no mundo global contemporâneo

Figura 3 – Terra em mãos

Fonte: Arquivo de fotografia. Banco de Imagens. file:///C:/Users/User/Pictures/download.htm - 2016

O modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil, ao longo de décadas, não proporcionou a melhoria na qualidade de vida dos seus habitantes, não efetivou uma reforma agrária que garantisse o acesso a terra e à sua produção plena, não combateu as desigualdades, nem as injustiças sociais e, tampouco, preservou o meio ambiente. Continua sendo um modelo que atende apenas, ou preferencialmente, aos interesses dos latifundiários e do capital internacional, o que tem ocasionado o surgimento, cada vez mais contundente, na pauta dos movimentos sociais, partidos políticos, associações, sindicatos, entre outros, de outro modelo de desenvolvimento que incorpore os postulados da sustentabilidade, que, mesmo não rompendo com o sistema capitalista, busque assegurar alguns avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização econômica, social e cultural, e na preservação do meio ambiente.

Situando historicamente os modelos de desenvolvimento rural adotados no Brasil parte-se da década de 70 (pós-guerra), por entender ser um período emblemático e significativo, pois esta década correspondeu ao Estado "Desenvolvimentista", atraindo vultosos investimentos de capital externo, principalmente em função da mão-de-obra barata e pela abundância de matéria prima. Prevalecia, portanto, no campo um crescimento subordinado e dependente do capital estrangeiro.

Com a crise e declínio do modelo de desenvolvimento da década de 70, principalmente em função da crise do petróleo (1973-1979), que acarretou um aumento significativo dos preços do combustível, dá-se o enfraquecimento da convicção, até então predominante, da inesgotabilidade e abundância dos recursos naturais, acarretando o estancamento do ritmo de crescimento econômico e o enfraquecimento do Estado do Bem-Estar-Social. No Brasil, ocorre a falência do sistema centralizado e estatista de promoção da modernização e industrialização. (BUARQUE, 2002).

Sucede esta década uma grande aceleração e crescimento da revolução tecnológica, que institui novas regras, novas relações, a partir de outros paradigmas de desenvolvimento, inclusive.

> As novas tecnologias promoveram uma significativa economia do conteúdo de energia e recursos naturais no produto das economias modernas, incluindo processos de reciclagem e reprocessamento de recursos naturais, ao mesmo tempo em que elevam o peso relativo da tecnologia, das informações e do conhecimento no valor agregado dos produtos e a importância da qualidade dos recursos humanos e da educação na competitividade. (BUARQUE, 2002, p. 17).

A revolução tecnológica, pois, provoca ao mesmo tempo, fortes e significativas mudanças nos padrões de competitividade entre nações e regiões e nas relações entre economia e natureza. Nesse contexto, o Estado muda, redefine seu papel: privatização, terceirização e a introdução da administração gerencial, segundo Castells:

> ... a adaptação da administração do Estado, enquanto instrumento, às tarefas complexas que impõem o extraordinário processo de mudançasocial e tecnológica que estamos vivendo é condição prévia à capacitação do setor público para atuar estrategicamente e mesmo para a implementação de qualquer reforma social. O Estado-Nação herdado da era industrial não é mais este instrumento. (CASTELLS, 1998, p. 12).

Outras características que podem ser destacadas nesse contexto de avanços tecnológicos são: expansão do chamado terceiro setor, flexibilização do processo produtivo, formação de grandes redes empresariais e a formação de grandes blocos econômicos comerciais, a presença marcante da competitividade e a preocupação com o meio ambiente, em função do seu esgotamento.

Cresce, pois, a importância da natureza preservada como componente da sustentabilidade e da qualidade de vida da população, incluindo a valorização de produtos naturais.

Nesse diapasão, nunca se fez tão presente, mesmo na lógica capitalista, a preocupação com o desenvolvimento local e a descentralização econômica, social e política. A questão "local" passou a constar da agenda de pesquisadores, de formuladores de políticas e dos governantes brasileiros a partir do início dos anos 90, também em decorrência do novo desenho institucional proposto pela Constituição brasileira de 1988 e o processo de descentralização das políticas públicas.

Para se ter um resultado positivo, o desenvolvimento local sustentável deve mobilizar e ressalvar as potencialidades locais e oportunizar a qualificação das pessoas que vivem na comunidade, assegurando a conservação dos recursos naturais locais e a qualidade de vida social, sem perder, no entanto, a compreensão do fenômeno global. É consenso a idéia de que o desenvolvimento local é realizado em escala humana, e atribui-se a ele a capacidade de reafirmar as potencialidades e identidades locais frente à globalização.

Em uma perspectiva de desenvolvimento local, as dimensões social, cultural, ambiental, territorial e político-institucional ganham destaque, indo além da dimensão puramente econômica.

Segundo Sergio C. Buarque (2002) o conceito de desenvolvimento local está ligado ao processo de mudanças sociais seguido das melhorias de oportunidades para uma população territorial.

Ao se pensar num modelo de desenvolvimento local sustentável, emergem questões que se contrapõem a forma que predomina ainda sobre espaço territorial, atividades econômicas, sistemas de produção, atores sociais, aos processos de homogeneização e estranhamento, entre outros. Parte-se da ideia de um desenvolvimento horizontal, de um espaço de vivência e solidariedade.

> Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediantesolidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural comopropriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenhaminteresses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que geraa visibilidade do interesse comum. (SANTOS, 2012, p. 53).

Assim, o lugar ganha, na contemporaneidade, valiosa importância, especialmente para as classes excluídas dos espaços fluídos, competitivos, verticais e homogêneos, pois, a partir dele se pode pensar e entender o viver e o conviver, o habitar, os usos e costumes, a cultura, as diferenças e desigualdades, os processos de apropriação do espaço, enfim, é a partir do lugar que se busca construir o significado da existência e a sua transformação. Compreende-se o mundo que se descortina no e através do lugar. (CARLOS, 2007).

Macedo (2004) define a localidade como:

> ... as significações do local-lugar, ou solo, ou chão. Nelas se define o local com sentido que pode ser tanto o do lugar geográfico, como o do lugar político, como o do lugar histórico, como o lugar da administração. Assim, a palavra localidade pode dizer sobre uma circunscrição projetada do lugar, ou sobre o lugar do encontro diário, do cotidiano, ou sobre especificidades de um lugar quanto aos seus aspectos naturais e culturais que são pitorescos. (MACEDO, 2004, p. 21).

Para Bourdin (2001) o local é visto como o lugar da verdade social, o lugar privilegiado da manifestação da "base" essencial, indispensável ao social. É visto como refúgio da humanidade, como resistência à sociedade capitalista- "lugar de recusa aos padrões e valores que ela desenvolve de forma desagregadora". (BOUDIN, 2001, p. 28).

Segundo Dowbor (2010), o espaço local deve ser preservado em detrimento do processo impiedoso da globalização. E acrescenta que quanto mais se desenvolve a

globalização, mais as pessoas estão resgatando o espaço local e buscando melhorar as condições de vida no seu entorno imediato.

Milton Santos concebe que "cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente" (SANTOS, 2012, p.273). Entendo como Santos que a noção de sociedade global é abstrata, pois só adquire concretude na escala local. Para o homem comum, o mundo concreto, imediato, é a cidade onde vive, onde trabalha, onde se relaciona. Assim, é através do binômio local-global que se pode tentar compreender o fenômeno da globalização.

A tensão entre o local e o global é um fato que deve ser entendido por meio do papel da formação social nacional, que "funciona como uma mediação entre o mundo e a região, o lugar. Ela é também mediadora entre o mundo e o território" (SANTOS, 1996, p.270). Acrescenta ainda:

> Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. (...) O Mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares. (...) Mas o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o 'Mundo' necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o 'Mundo' escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo. É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar *espaço*, o Mundo depende das virtualidades do Lugar (SANTOS, 1996, p.271).

A informatização do espaço, em função do desenvolvimento tecnológico acelerou o processo de substituição dos fluxos de matéria por fluxos de informação. SANTOS (2001). Para o autor, estes fluxos de informação são postos em funcionamento, de forma acelerada, por intermédio de redes que se entrelaçam e se distribuem de maneira desigual pelo território. Entretanto, apenas os atores "hegemônicos", os dominantes, são capazes de acionar todas as redes e utilizar todo o território, além de exercitarem todas as ações de comando. Os espaços, sob o domínio destes atores, são, para Santos (2001), "espaços da fluidez e da competitividade", espaços de desagregação, ajustados aos propósitos mais perversos da globalização. Já os atores chamados de "hegemonizados" contrapõem-se se utilizando de fluxos lentos, em espaços justapostos, formados por pontos que se agregam sem descontinuidade. Nestes espaços dá-se a lentidão, as horizontalidades, a co-presença, o acontecer solidário.

Na obra “O lugar: mundialização e fragmentação”, in, *Fim de século e globalização,* a autora Ana Fani Alessandri Carlos (2007), compreende o lugar como produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que serealizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidospela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que seja aí que o homem se reconhece porqueé o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida.

> No lugar emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si. (CARLOS, Ana Fani Alessandri, 1993, p.22).

Associado à discussão sobre o “lugar” ganham destaque pela importância e sentido que adquirem ao desenvolvimento sustentável o empoderamento e fortalecimento da comunidade, pois, segundo OLIVEIRA (2005, p. 20), os mesmos são essenciais para a compreensão do desenvolvimento local, porque contemplam valores como autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito ao meio ambiente. É necessário também a promoção do desenvolvimento local tomando como critério organizativo o território e suas territorialidades.

O desenvolvimento territorial pode ser entendido como um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região. Desta forma, o desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local, um modo de regulação territorial, portanto, uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais (PIRES; MULLER; VERDI, In Geografia, v.31, n.2, set/dez, p. 448, 2006).

Ao tratar sobre educação sustentável, GADOTTI (2005, p. 79) advoga que o desenvolvimento sustentável possui um componente educativo que é a preservação do meio ambiente e que esta depende de uma consciência ecológica e que a formação da consciência depende da educação. Desse modo, torna-se impossível qualquer iniciativa no sentido de se promover um desenvolvimento local sustentável e transformador se não houver a garantia de uma educação que construa e consolide os princípios e valores da sustentabilidade.

Ademais, ao se buscar, num processo educativo permanente, aprender a conviver com a natureza e suas adversidades, torna-se imprescindível saber conviver com o outro,

partilhar com ele sua história, dúvidas, alegrias, dores, esperanças, a sua singularidade. Está com o outro.Convive-se com o outro a partir da ação e do discurso. Ao agir e ao falar, os homens mostram quem são, revelam suas identidades pessoais únicas, e assim fazem seu aparecimento no mundo humano. (ARENDT, 2010, p. 224).

As relações entre os homens formam-se em "teia", que existe onde quer que os homens vivam juntos.

> Juntos, iniciam novo processo, que finalmente emerge como a singular estória de vida do recém-chegado, que afeta de modo singular as estórias de vida de todos aqueles que com ele entram em contato. É em virtude dessa teia preexistente de relações humanas, com suas inúmeras vontades e intenções conflitantes, que a ação quase nunca atinge seu objetivo; mas é também graças a esse meio, onde somente a ação é real, que ela "produz" estórias, intencionalmente ou não, com a mesma naturalidade com que a fabricação produz coisas tangíveis. (ARENDT, 2010, p. 230).

Ao tratarem sobre a questão do desenvolvimento, os professores Celso Antônio Favero e Stella Rodrigues dos Santos (2002) expõem que o discurso da sustentabilidade teve início no final do século XIX, a partir de movimentos rebeldes ou ambientalistas. Neste cenário os Estados Unidos, Europa e Japão colocavam-se contrários ao crescimento de uso de produtos químicos na agricultura. Entretanto, em face do esgotamento das riquezas naturais e respondendo aos movimentos ambientalistas, as elites capitalistas mundiais apropriaram-se deste discurso e promoveram a ideia de desenvolvimento sustentável.

Ainda segundo os autores, a partir dos anos 80 a ideia de desenvolvimento sustentável transformou-se em um dos objetivos centrais de preocupação dos Organismos Internacionais, Governos Nacionais vinculados às elites capitalistas mundiais. Neste sentido a ONU criou a Comissão Brundtland, realizando, a partir daí inúmeras conferências que tinham como tema central a escassez dos recursos naturais do planeta. Entretanto, destaca os autores a existência de duas correntes e dois projetos de desenvolvimento que se opõem:

> A divergência de fundo pode ser resumida essencialmente através das seguintes questões: quem é o sujeito do desenvolvimento? O que é que se desenvolve? Como se concebe as relações entre a dimensão social (e o combate à pobreza, por exemplo) e a dimensão econômica do desenvolvimento? Mais precisamente, como se articula estrategicamente as diferentes dimensões do desenvolvimento? Ou seja, neste debate, coloca-se frente a frente o capital e o ser humano, que é frequentemente transformado em capital humano. (FAVERO e SANTOS, 2002, p. 33).

Para os mencionados autores, têm-se, de um lado, na luta pela sustentação do modo de produção capitalista, a predominância da produção em grande escala, a aceleração

dos ritmos e a homogeneização dos espaços sociais e naturais. Os sujeitos estão submetidos à lógica do capital e a ele submetidos. Do outro lado, em oposição à corrente liberal, o desenvolvimento significa "a busca da sustentabilidade das formas sociais de apropriação e uso da base material da sociedade". Citando Marx, Favero e Santos (2002) lembram que a fonte da desigualdade social no Capitalismo não reside na natureza, consoante defende a Teoria Liberal, e sim na existência da propriedade privada e da inserção dos indivíduos no mercado. Advogam, ainda, que "o desenvolvimento sustentável só tem sentido enquanto luta contra o capital" e que o mesmo deverá ser concebido como "um problema social e político", tendo como centro as pessoas, na sua complexidade e plenitude e que o Estado torne-se um coadjuvante e não o elemento essencial na construção do desenvolvimento. (FAVERO e SANTOS, 2002, p. 34/35).

Desenvolvimento sustentável, na definição clássica da ComissãoBrundtland, é "aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades". (CMMAD,1987).

Para se ter um resultado positivo, o desenvolvimento local e territorial sustentável deve mobilizar e ressalvar as potencialidades locais e oportunizar a qualificação das pessoas que vivem na comunidade, assegurando a conservação dos recursos naturais locais e a qualidade de vida social.

2.3. Desenvolvimento sustentável no semiárido baiano

Figura 4 – Flor do Mandacaru

Fonte: IRPAA, 2015

Em face das contradições e desigualdades da realidade semiárida surgem imensos desafios de como promover um novo desenvolvimento que se sustente e que promova principalmente o homem que lá vive. Impõe-se, portanto, uma indagação: será possível a promoção e a vivência de um desenvolvimento sustentável para o semiárido? O que se tem feito de concreto neste sentido que demonstre esta possibilidade?

Em busca de respostas às questões acima colocadas, inicialmente contextualizo o semiárido brasileiro e baiano e, em capítulos posteriores, apresento as experiências exitosas de desenvolvimento sustentável que têm ocorrido no semiárido baiano, especialmente no Território do São Francisco.

Segundo dados extraídos do XII Recenseamento Geral do Brasil (Censo Demográfico 2010), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a região Semiárida brasileira contabiliza 1.135 municípios distribuídos no espaço geográfico de nove unidades da Federação: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais, totalizando uma extensão territorial 980.133,079 km^2, onde reside uma população de 22.598.318 habitantes, superior o das regiões Norte e Centro-Oeste, representando aproximadamente 12% da população brasileira.Apresenta densidade demográfica de 24,2 hab./km^2 e uma população rural de 13,5 milhões de pessoas, taxa de urbanização de 62% (IBGE, 2010).

Como principais características climáticas destacam-se as temperaturas médias elevadas e precipitações médias anuais inferiores a 800 mm, extremamente concentradas em até três a quatro meses, gerando períodos de chuvas e estiagens. Cerca de 80% do subsolo do Semiárido é formado por rocha cristalina, que não favorece a acumulação de água. Os outros 20% são sedimentares, com boa capacidade de armazenamento de águas subterrâneas. As feições de relevo refletem a dinâmica climática e estrutural, mas, apesar de dominar grandes extensões dissecadas, é possível registrar significativas áreas ocupadas por serras e vales úmidos.

Com relação aos recursos hídricos, a região apresenta praticamente um só rio permanente: o São Francisco, pois o Rio Parnaíba toca só marginalmente à parte oeste do Semiárido. Os demais aparecem de forma intermitente (apenas nos períodos de chuva), desempenhando, contudo, um papel fundamental na dinâmica de ocupação dos espaços nessa região. Em relação à disponibilidade e potencial de água existente devem ser considerados também os açudes públicos e reservatórios privados, além das alternativas crescentes de

captação de água das chuvas para o consumo doméstico, consumo para os animais e, em algumas regiões, para a produção.

Do ponto de vista hídrico o Semiárido é bastante conhecido por características próprias: apenas uma pequena parcela da região tem uma média pluviométrica anual inferior a 400 mm. No Semiárido, como um todo, essa média sobe para 750 mm por ano. É bem verdade que existe o problema de má distribuição dessa chuva no período e no espaço geográfico, mas, de fato, não existe ano sem chuva. Nos anos mais secos dificilmente chove menos que 200 mm.

A vegetação predominante de Caatinga é uma expressão do clima, em conjunto com outros fatores geoambientais, representados pelo relevo, solo e subsolo. É um revestimento vegetativo baixo, arbustivo-arbórea ou arbóreo-arbustiva e, raramente, arbórea, comportando folhas miúdas e hastes espinhentas, adaptadas para conter os efeitos de uma evapotranspiração muito intensa.

A diversidade biológica, principalmente na flora, as várias formas de manifestações culturais e até mesmo os diferentes microclimas fazem do semiárido brasileiro uma região extremamente rica e com grande potencial para o desenvolvimento local. Apesar de rico, possui um ecossistema frágil e com pouca capacidade de reconstituição. Esta fragilidade é decorrente dos próprios fatores climáticos e acentuada pela pouca compreensão que as pessoas ainda têm sobre a natureza na região, o que leva a uma ação involuntária, predatória, na busca de recursos para sua sobrevivência, mas também a ações criminosas depredatórias de grandes empresas e grupos econômicos.

O semiárido, no estado da Bahia é formado por 265 municípios, compreendendo uma área de 388.274 Km2, ou seja, 70% da área do Estado, com uma população de 6.316.846 habitantes. Isso significa dizer que esta área corresponde a 68% do território do Estado e 48% de sua população[12].

O semiárido baiano apresenta baixa pluviosidade. Além disto, as chuvas são concentradas em poucos meses do ano. Apesar da gravidade destes indicadores, as poucas tentativas de mudanças desta situação se deram de forma exógena e não foram capazes de transformar as bases econômicas e sociais da região.

O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania[13], que tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A

[12]http://www.sei.ba.gov.br/ - Bahia em Números 2013, acessado em 11 de agosto de 2015.
[13]Portal da Cidadania - Governo Federal

participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar[14].

O Território Sertão do São Francisco é um deles e está localizado no semiárido baiano, abrange uma área de 61.750,70 Km² e é composto por 10 municípios: Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá. A população total do território é de 520.782 habitantes, dos quais 148.122 vivem na área rural, o que corresponde a 28,44% do total. Possui 31.768 agricultores familiares, 2.371 famílias assentadas, 1 comunidade quilombolas reconhecida e 1 terra indígena. Seu IDH médio é 0,64. No entanto, é a agropecuária a atividade que ainda lidera a economia territorial, principalmente a fruticultura e criação de caprinos e ovinos. Existem no Território várias comunidades consideradas remanescentes de quilombolas, porém ainda não são reconhecidas. A cultura das populações rurais e das periferias de Juazeiro tem uma forte ligação com a cultura africana, sendo evidente nos grupos e capoeira e samba de veio e outras manifestações culturais e gastronômicas[15].

Para o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, que atua há mais de 25 anos em todo Território do São Francisco, o desenvolvimento sustentável para este Território opõe-se ao modelo de desenvolvimento dominante, que promove a fusão das empresas, a concentração do capital e da renda, o aumento da desigualdade social, a segregação urbana, a exclusão social, a degradação do meio ambiente. Neste sentido, o IRPAA vem construindo com as comunidades, principalmente rurais, um novo sentido de desenvolvimento, que se sustenta na convivência com o semiárido. Desenvolve suas atividades voltadas à construção de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido, com o escopo de demonstrar a viabilidade econômica-social da região por meio de práticas que afirmam as potencialidades e possibilidades sustentáveis existentes no Semiárido.

Segundo o Relatório Anual do ano de 2010, o IRPAA reconhece que, para a implementação da proposta de convivência com o semiárido, quatro ações devem ser

[14]http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa
[15]Fonte**:** Sistema de Informações Territoriais (http://sit.mda.gov.br).

instituídas: redistribuição e reordenamento das terras, conforme a realidade climática; produção apropriada às condições climáticas da região; captação, armazenamento e gestão adequada das águas e educação contextualizada à realidade local. Neste sentido, essa Instituição produz suas ações educativas junto às comunidades rurais do Território Sertão do São Francisco há 25 anos, seja por meio de cursos de formação, através do seu Centro de Formação Dom José Rodrigues, seja pela prestação da Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER aos agricultores e agricultoras da região, ainda pela realização permanente de Seminários, Encontros e outros eventos sempre sob a ótica da Convivência com o Semiárido, considerando as especificidades da região, as características do clima, a sustentabilidade dos ecossistemas, a produção agroecológica e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Dessarte, pelos estudos e pesquisa realizadas posso asseverar que é possível desenvolver o semiárido baiano de forma sustentável e inovadora. Postulado que se fundamenta nas pesquisas, nos Centros de Estudos, na Universidade e, principalmente, nas experiências exitosas desenvolvidas, entre outros, pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada- IRPAA ao difundir e aplicar à lógica da convivência com o semiárido.

2.4. Educação contextualizada para a convivência com o semiárido: um novo olhar, uma nova perspectiva.

> *O sentido atribuído a Educação para a Convivência com o Semi-Árido (uma pedagogia da vida) está no fato de poder contribuir para que as pessoas assumam uma nova postura diante do meio em que convivem e de que, nesta busca do (re)conhecimento de si (como sujeito histórico) e do lugar (como reflexo dessa história),possam intervir e transformar a ambos. IRPAA, (2003, p. 11*)

Em meio às diversas ações de convivência com o semiárido que se fundamentam na construção de novos paradigmas, novas relações e novos saberes, especialmente para o campo, impõem-se, necessariamente, a inclusão do espaço escolar formal ou não-formal como instrumento legítimo para a consolidação da ideia de convivência com o meio em que se vive.

A escola, seja urbana ou rural, precisa ser concebida no sentido de formar um novo olhar sobre a realidade local e concreta, ampliando e (res) significando o seu papel para que a educação contemple às diversidades regionais e, por conseguinte, promova um conhecimento que contribua efetivamente para o desenvolvimento humano e sustentável.

Torna-se, pois, necessário que o conhecimento seja produzido a partir da realidade concreta, singular e peculiar de cada educando, afim de que, reconhecendo-se neste lugar concreto, aproprie-se dele e estabeleça relações de sentido e valor com o conhecimento universal, produzido pela humanidade, principalmente quando se trata da educação do campo. Não uma educação que viabilize a adaptação do sujeito ao meio, mas sim que viabilize a passagem de uma consciência ingênua a uma consciência crítica, capaz de promover o aumento da participação coletiva na construção da sociedade, que seja concretizada por uma relação verdadeiramente dialógica, democrática, horizontal, de mão dupla, entre educando e educador. (FREIRE, 1998).

A educação é um tema que está presente em toda história da humanidade. Ao longo dos anos desenvolvem-se estudos, pesquisas, análises, debates e propostas com o escopo de melhor compreender e ampliar o seu sentido. Sabe-se, ao certo, que não há neutralidade quanto ao processo educativo. A educação está a serviço de uma ideologia, seja a que almeja à alienação e dominação do homem, seja a que busca a libertação e autonomia. O pensador francês Louis Althusser vê a escola como reprodutora (“serva”) do modo de produção capitalista e por isso principal aparelho ideológico do Estado. Para ele o Estado Moderno está nas mãos da burguesia e esta, para manter o Estado em seu poder e se manter como classe dominante, controla e manipula ideologicamente as instituições a fim de se reproduzir o status quo. (ALTHUSSER, 1985). Para Bourdieu (1998), o sistema educacional preenche duas funções importantes para a sociedade capitalista: a reprodução da cultura e a reprodução da estrutura de classes. Pode-se, pois, afirmar que a educação sempre estará a serviço de um projeto político e de uma proposta de sociedade. A escola, entretanto, apesar das dificuldades e limitações que enfrenta como o espaço da reprodução e transmissão do saber, é indiscutivelmente um dos mais importantes e privilegiados *locus* de construção do conhecimento.

Para o educador brasileiro Paulo Freire, que se posicionou clara e explicitamente ao lado das classes oprimidas:

> Não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica. A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre em si

> mesma e a perseguir certo fim, um sonho, uma utopia, não permite a neutralidade. (FREIRE, 1995, p. 37).

Freire defendeu a Educação como uma força de mudança e de libertação e, para tanto, necessário seria fazer uma opção entre uma "educação" para a "domesticação", para a alienação, e uma educação para a liberdade. "Educação" para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito. Ele construiu, com sabedoria, uma teoria político-filosófica e pedagógica voltadas à libertação da consciência ingênua, oprimida, através da prática dialógica, através da postura crítico-problematizadoras, através da politização. "Nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador igualmente sujeito do processo". (FREIRE, 1995, p. 26).

A educação, segundo Demo (2000), assume um papel fundamental quando articulada com a assistência, formando uma conexão a serviço da cidadania. De acordo com Morin (2000, p.36), "é preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido". Paulo Freire (2011) assevera que "minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história". (FREIRE, 2011, P. 53).

Para Saviani (1998):

> A educação significa tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos da sua situação para intervir nela, transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens, observando-se assim, um sentido ontológico e antropológico dado à escola, que ultrapassa em muito, a noção meramente metodológica com que normalmente ela é vista. (SAVIANI, 1998, p. 61).

Morin (2007) afirma que diante dos problemas complexos que as sociedades contemporâneas hoje enfrentam apenas estudos de caráter inter-poli-transdisciplinar poderiam resultar em análises satisfatórias de tais complexidades. Outra questão que cabe aqui ser considerada diz respeito às consequencias de uma educação conservadora que, sempre falseando a realidade, reforça preconceitos, desconhece as diferenças, desenvolve atitudes passivas e acríticas, e o que é pior comete erros, muitas vezes irreparáveis.

Ainda segundo o supracitado autor (2007), ao tratar sobre as cegueiras do conhecimento, defende a importância de se considerar os inúmeros erros e ilusões que podem ocorrer em qualquer transmissão de informação. Ele destaca os erros mentais, intelectuais e os erros da razão, enfatizando, neste último item, a diferença entre racionalização e

racionalidade, considerando a racionalidade a melhor proteção contra o erro e a ilusão. Morin também destaca as cegueiras paradigmáticas e mostra como os paradigmas que controlam a ciência podem desenvolver ilusões. Para o autor a educação deve sempre estar atenta à identificação da origem de erros, ilusões e cegueiras. E mais que isso, considerar sempre todos os aspectos dos problemas, sejam eles antropológicos, políticos, sociais ou históricos.

Sobre o conhecimento e/ou o ato de conhecer é imperioso que se aprofunde teoricamente o seu sentido. Ontologicamente, a palavra deriva-se do latim *cognoscível*, possuindo várias acepções como: saber, entender; experimentar; ter amizade com. Ainda há o conhecimento científico, artístico, cultural, erudito e popular. O ato de conhecer ocorre dentro de um processo permanente de construção, em um "devir". Rolo e Ramos (2012) ao tratarem sobre o tema entendem que são variadas as formas como o ser humano apreende o real, abrangendo tanto os aspectos de conhecimento de propriedades do mundo real (ciência) quanto também os de valorização (ética) e de simbolização (arte) desse mundo. Para Freire (2011) aprender é ato de construir, reconstruir e constatar para mudar, acrescenta, ainda, que nada disso se faz sem que se abra para o risco e à aventura do espírito.

Diferentemente da concepção positivista do século XVIII, identificada com a ordem industrial burguesa, a concepção marxista entende que o conhecimento ocorre num processo histórico e dialético, ou seja, o que motiva e dá a forma ao ato de conhecer são orientadas historicamente pelos problemas que a humanidade se coloca e pelas delimitações e contornos teóricos, políticos e metodológicos que as relações sociais de produção impõem ao processo de produção de conhecimento. (ROLO e RAMOS 2012).

Neste sentido, ganha especial relevo o saber local adquirido ao longo dos anos a partir das experiências pessoais e coletivas dotadas de sentidos e nas vivências estabelecidas com o meio e seu entorno. O grande desafio é unir dialeticamente o saber popular ao saber científico, é entender a educação, seja ela formal ou não, como um instrumento eficaz de transformação humana e social. Para tanto é imprescindível que todos que estejam envolvidos em um processo educativo transformador tenham clareza de seus objetivos, compromissos com a ética, a justiça, a liberdade, a autonomia e com os demais princípios que dignificam a humanidade.

Uma questão que merece referência ao se tratar sobre a educação diz respeito à trajetória histórica das políticas educacionais, que tem revelado, ainda, uma nítida ligação com a forma conservadora e patrimonialista com a qual o Estado e a sociedade brasileira foram forjados. Assim, as políticas educacionais que foram implementadas, ao longo de

décadas no Brasil, principalmente quanto à educação voltada ao homem do campo, não conseguiram reduzir o analfabetismo, o êxodo escolar, o desinteresse dos educandos pela escola, principalmente porque esta se colocava distante da realidade vivida pelos mesmos, com conteúdos absolutamente descontextualizados da realidade, além de reduzir o conhecimento aos aspectos meramente formais e alienadores. Dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)[16] mostra que mais 4.084 escolas do campo foram fechadas em 2014 no Brasil. Ao se pegar os últimos 15 anos, essa quantidade salta para mais de 37 mil unidades educacionais a menos no meio rural. Na Bahia, só no ano de 2014, foram fechadas 872 escolas.

Diante deste cenário, vem sendo construída nos municípios do semiárido brasileiro uma nova proposta de educação, com base no princípio da ética e da convivência harmoniosa do homem com a natureza. Uma educação comprometida com um novo projeto de desenvolvimento sustentável, que busca construir com os adultos, jovens e crianças uma consciência e mentalidade de reconhecimento e valorização do semiárido como um lugar que tem e produz conhecimento. Uma educação que se sustenta, também, nos pilares norteadores da educação para o século XXI, apontados pelo relatório de Jacques Delors no Documento publicado pela UNESCO[17] em 2000: "saber conhecer, saber fazer, saber conviver e saber ser". Sem olvidar no que recomenda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação[18], promulgada em 20 de dezembro de 1996, por meio do seu artigo 28 apregoa que "[...] na oferta da educação básica rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias para sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região [...]". Os dispositivos seguem no sentido de elaborar o currículo e a metodologia conforme as necessidades e os interesses dos alunos, assim como adequação do calendário escolar ao contexto agrícola (BRASIL, 1996).

Em 2001, como resposta às lutas empreendidas pelos movimentos populares, com destaque o MST, foram aprovadas as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo que apontam: "O campo é mais que perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições de existência social e com as realizações da sociedade humana".

Ainda a Resolução n° 01 que institui as Diretrizes Operacionais por uma Educação Básica nas Escolas do Campo de 03 de abril de 2002, do Governo Federal, dispõe, por meio do seu art. 2°, parágrafo único que:

---

[16]Dados obtidos por meio do site: http://portal.inep.gov.br/, acessado em 01/05/ 2015.
[17]Dados obtidos por meio do site: http://unesdoc.unesco.org/, acessado em 20/08/ 2015.
[18]Dados obtidos por meio do site: http://portal.mec.gov.br/, acessado em 21/08/ 2015.

> A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível da sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por estas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

O Plano Nacional de Educação - PNE - LEI nº 13.005, de 25 de junho de 2014, tem como uma das suas diretrizes à promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB- também garante a concretização da Educação Contextualizada.

Na direção já apontada pelos marcos legal e no firme propósito de contribuir para a construção de uma nova sociedade, nos últimos anos na região semiárida brasileira, algumas ONGS, pastorais sociais e uma série de outras organizações populares têm desenvolvido experiências político-pedagógicas que hoje, pode-se afirmar, tem servido de referência para as políticas públicas relacionadas à convivência com os ecossistemas da Região.

Dentre estas, atuando em todo o Território do São Francisco desde o ano de 1990, encontra-se o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, que se constitui numa organização não governamental sediada em Juazeiro, ao norte da Bahia, fundado por um grupo composto de animadores sociais, militantes das Comunidades Eclesiais de Base – CEBS, religiosos e técnicos da área agrícola. Todos com trajetória e origem em ações populares e comunitárias. Dois fundamentos tornaram-se o pilar de sustentação do IRPAA: 1º - os modelos de produção mais comuns, não funcionavam no semiárido. Seria preciso buscar formas apropriadas para essa região, partindo do princípio de que existia um profundo conhecimento empírico de convivência; 2º - mais do que tecnologia, era preciso difundir um imaginário, uma ideia-força de que a vida existe, segue e se perpetua também nas regiões secas. Com esta abordagem, não se revia apenas como fazer, mas principalmente se desenvolvia um entendimento do porquê e para que fazer[19]. Para SILVA (2008), vive-se hoje no Brasil um momento de transição paradigmática entre o "combate à seca" e a "convivência com o semi-árido".

Vários Professores da Região semiárida no Norte da Bahia, especialmente, professores/pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – e Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF - têm se dedicado à compreensão e produção teórica acerca da educação contextualizada para o semiárido, como os que, a seguir, destaco:

[19]Convivência com o Semiárido – IRPAA – 20 anos trabalhando pela convivência com o semiárido, 2010, p. 18.

Reis (2010) defende uma educação que compreende o semiárido como uma realidade singular, com suas problemáticas e potencialidades, que merece e deve ser tematizada na escola. Uma educação que traz, nas suas práticas educativas, o desafio de exercitar a contextualização e a interdisciplinaridade.

> Do que é que a educação vem tratando no sentido de ajudar as pessoas a "*saírem do seu lugar?* E não é sair do seu lugar por meio da migração, é sair do seu lugar no que se refere à construção de um conhecimento que lhes permita intervir no mundo em que se vivem, por meio da compreensão e da articulação dos conhecimentos e saberes diversos na concepção do mundo. Ou seja, é um deslocamento no campo do alargamento das ideias, da maneira de ser e estar no mundo. É essa condição que a educação precisa criar. (REIS, 2010, p. 115).

Para Martins (2010), a contextualização é um problema de "descolonização".

> Contextualizar, portanto, é esta operação mais complicada de descolonização. "Será sempre tecer o movimento de uma rede que concentre o esforço em soerguer as questões "locais" e outras tantas questões silenciadas na narrativa oficial, ao status de "questões pertinentes" não por serem elas " locais" ou "marginais", mas por serem elas "pertinentes" e por representarem a devolução da "voz" aos que a tiveram usurpada, roubada, negada historicamente. ... Portanto, não se trata estabelecer um ressentimento bairrista ou fazer inverter a situação de colonização simbólica: o colonizado vira colonizador e vice-versa. Trata-se de legitimar as lutas por reconhecimento que os sujeitos já sustentam. (MARTINS 2010. p, 43).

A Professora Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira, ao investigar as experiências do IRPAA com as escolas rurais para a sua tese de Doutorado, assevera que:

> Na experiência do IRPAA com as escolas rurais estão sendo retomadas matrizes da tradição pedagógica com ampla valorização da memória coletiva onde os educadores mostram que o campo ao se renovar pode ser um local aprazível para se viver e trabalhar. Vale ressaltar que educação aqui está sendo considerada como um conjunto de práticas da qual resulta a formação de indivíduos portadores de um repertório de saberes, de habilidades, de valores conscientemente mobilizados para a ação transformadora, estabelecendo-se assim um forte vínculo entre educação e desenvolvimento local. (OLIVEIRA, 2005, p. 94).

Foi também pelos estudos feitos e publicados por esses pesquisadores acima citados, no sentido de apontarem para uma educação que emancipa, que dignifica, que liberta, que reconhece o sujeito e o seu local, numa relação dialética e dialógica, que desenvolvi este Projeto de Pesquisa, em busca de identificar nesta educação "insurgente" (REIS, 2010), a

afirmação dos direitos humanos emancipatórios, numa perspectiva contemporânea, onde questões como "cidadania ativa", "direito de resistência", "respeito às diferenças", "dignidade humana", sejam referências.

A educação para a convivência com o semiárido referencia-se, principalmente, no legado do grande educador e filósofo pernambucano Paulo Freire (1921-1997), nos princípios da educação popular, definida como uma prática e um processo coletivo de produção de conhecimentos, atitudes e aptidões através do qual os setores populares se constituem como sujeitos históricos para a realização de um projeto popular que expresse interesses, necessidades e aspirações das classes populares (PERANI, 1986, p. 160).

A proposta de educação contextualizada proposta pelo IRPAA, e por demais entidades civis que atuam neste sentido, sustenta-se numa pedagogia da convivência, que é crítica-educativa e que se define e se firma ao lado dos setores populares e aos marginalizados da sociedade capitalista como uma pedagogia libertadora. “Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (FREIRE, 1995, p.34).

A educação alicerçada nos fundamentos Freireanos desenvolve uma práxis educativa capaz de libertar o homem de toda situação de opressão, ao qual se encontra sujeitado, através da libertação de sua consciência, tornando-o um sujeito critico e reflexivo capaz de transformar sua realidade e inserir-se na sociedade de forma efetiva.

Um dos principais eixos da educação para a convivência com o semiárido consiste em estabelecer diálogos interdisciplinares através dos conhecimentos escolares, visando o desvelamento dos fatos e a compreensão aprofundada dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que estão implícitos na vida do sertanejo e sertaneja, com o escopo de levar os educandos a ampliarem o olhar sobre o contexto no qual estão inseridos, superando as visões ingênuas e simplificadas da realidade.

Em resposta a entrevista semiestruturada feita por mim, em 21 de julho de 2014, sobre o conceito de Educação para a Convivência com o Semiárido, a Pedagoga do IRPAA, Edineusa Ferreira Sousa[20], assim respondeu:

> A Educação para a Convivência com o semiárido é um processo dinâmico de construção de conhecimentos e atitudes dos seres humanos, considerando o

[20]Edineusa Ferreira Sousa é pedagoga e técnica pedagógica do IRPPA e responsável pela formação continuada e produção de materiais pedagógicos contextualizados.

> ambiente no qual esta inserido. É uma educação que se fundamenta no contexto semiárido, tendo este como ponto de partida e de chegada dos conhecimentos e dos saberes, mas que não se isola no próprio local. Uma educação que dá significado ao ensino, considerando as especificidades e valorizando e a história de vida de cada sujeito que habita neste lugar. (SOUZA, Edineusa Ferreira, 2014).

Destaco aqui um dos fundamentos epistemológicos que sustenta a proposta de educação para a convivência, presentes na fala de Edineusa Ferreira como a consciência de que se trata de um processo dinâmico, o que implica em algo que segue, que se renova, que se movimenta, "dentro do ambiente em que se insere", mas que "não se isola no próprio local", ou seja,uma educação que reconhece e dá significado à realidade local, à história de vida de cada sujeito que lá vive e pertence, mas a partir deste lugar, segue-se em direção a outros, estabelecendo conexões entre os diversos saberes, entre as das diversas realidades, com competência e consciência crítica, sempre na perspectiva de construção de condições dignas de existência para todos.

Já José Moacir dos Santos[21], que também é Pedagogo da mesma Instituição respondeu a mesma pergunta, em 31 de julho de 2014, no seguinte sentido:

> É compreender o ambiente, natural e social em que vivemos, nesse caso o Semiárido quente do Brasil, e construir as condições ideais para o bem viver nesse local. Para isso se faz necessário apreender novas conceitos, mudar paradigmas, ter diferentes posturas frente a situações dadas como naturais ou como apropriadas. (SANTOS, José Moacir, 2014).

Percebe-se claramente, pelas respostas apresentadas em dias e locais diferentes, que ambos mantêm uma coerência conceitual e de complementariedade, que se mantém nas demais respostas dadas em toda a entrevista[22]. Nota-se também o compromisso e intenção revelados pelos entrevistados em desenvolver a educação contextualizada com vistas a provocar "diferentes posturas frente a situações dadas como naturais ou como apropriadas". Trata-se de uma educação que revoluciona o *"status quo"* das pessoas e do meio ambiente

> Não dá para pensar desenvolvimento no Semiárido Brasileiro sem se reportar à questão do acesso a água, a terra assim como aos latifúndios que ainda vigoram nessa região. Não dá para se pensar em desenvolvimento humano nessa região se não tocamos na questão do financiamento das pequenas empresas, dos pequenos produtores, dos agricultores. Não dá para não pensar em um desenvolvimento que não compreenda o papel da educação nesse processo, não dá pra construir o desenvolvimento sem que ele seja participativo, sem se contemplar a inclusão dessas questões. Se

[21]José Moacir dos Santos é Pedagogo e Coordenador de Projetos do IRPAA.
[22]As entrevistas realizadas com os Técnicos do IRPAA constam nos anexos deste trabalho.

> assim não for, continuaremos a fazer a política de desenvolvimento no papel que não se efetiva na prática. (REIS, 2010, p.08).

Destarte, a Educação Contextualizada assume um papel imprescindível dentro dos processos constitutivos da 'Convivência' para conscientizar os sujeitos a compreenderem o ambiente e os fenômenos naturais do Semiárido com vistas ao aproveitamento das potencialidades e da construção das novas possibilidades diante das problemáticas encontradas (MARTINS e REIS, 2004). Segundos estes autores, a convivência passa a ser o elemento fundante de toda ação educativa. Penso também que as atividades educativas desenvolvidas na escola devem está voltadas, permanentemente, à construção de conhecimentos sobre a realidade da comunidade, à valorização dos saberes e da cultura local e às alternativas de convivência com o semiárido.

Maturana (1998) defende a ideia de que a convivência é também o lugar de contestação, de lutas invisíveis entre o profano e o sagrado, a força e a fraqueza, a fé e o desespero, o feminino e o masculino, a ordem e a desordem. Ele argumenta também que a convivência pode ser entendida como "a congruência de desejos entre os seres vivos e o conhecimento como uma congruência dos seres com o seu meio" (MATURANA, 1998, p.29).

O autor chileno defende a necessidade de aceitação do outro como legítimo outro, primando pela sabedoria da convivência, lidando com os erros como oportunidades de mudança e atribuindo valores às ações, por meio de uma postura reflexiva no ambiente no qual se está inserido. O ambiente em que se insere deve-se constituir num espaço reflexivo que permita ao sujeito se perguntar: "Como estou fazendo, como estou lidando com isso?", tomando a si mesmo como referência:

> [...] o educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência. O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca. Ocorre como uma transformação estrutural contingente com uma história no conviver, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o conviver na comunidade em que vivem. A educação como "sistema educacional" configura um mundo, e os educandos confirmam em seu viver o mundo que viveu em sua educação (MATURANA, 1997b, p. 29).

Neste sentido, o processo educativo deverá ser desenvolvido na perspectiva de uma pedagogia da convivência que pressupõe complementaridade e interdependência. A proposta de aprender a conviver com o semiárido trabalha o sentido das coisas a partir da vida cotidiana. Opera na dimensão comunitária, através da atuação no nível micro, onde é possível

desenvolver novas perspectivas para a reapropriação subjetiva da realidade e abrir um diálogo entre o conhecimento e os saberes tradicionais (MATTOS, 2004).

Embutida na proposta de convivência com o semiárido encontra-se outra proposta de desenvolvimento, que, além de outras questões, transforme a relação do homem com a natureza. A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)[23], por sua vez, afirma que, sendo o Semiárido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico. Implementando essa política, em pouco tempo não haverá a necessidade de continuar distribuindo água e pão.

Nesta caminhada para se construir e consolidar uma educação contextualizada para convivência com o semiárido, surgem muitos desafios: seja quanto à formação dos professores que devem assumir uma nova postura, frente às diversas outras formas de ensinar e aprender. [...]. O (a) professor (a) deverá ser o elemento articulador de ações que permitirão escutar os alunos e transformar isto em algo que faz sentido no espaço educacional, [...] (Pistoia, 2009, p. 107-108). Seja quanto à necessidade de se repensar o currículo escolar para a promoção de aprendizagens mais significativas. Seja ainda quanto à pertinência dos conteúdos dos livros didáticos, que, quase sempre, não conseguem relacionar os conteúdos didáticos com a realidade em que vivem os alunos, o que tem provocado também a evasão escolar.

Na região semiárida do São Francisco, o trabalho de repensar o currículo escolar para a promoção de aprendizagens mais significativas teve início no município de Curaçá no ano de 1997, onde a parceria entre IRPAA, Secretaria Municipal de Educação, UNICEF e a Universidade do Estado da Bahia - UNEB possibilitou aos professores e professoras o acesso aos conhecimentos sobre o semiárido que já vinham sendo discutidos nas comunidades e que até então estavam distanciados da escola. Com o êxito do trabalho em Curaçá, os Municípios baianos de Canudos e Uauá resolveram se integrar a esta parceria (desde 1999), cuja experiência vem se desdobrando para muitos outros municípios (a exemplo de Coronel José Dias – PI e Lagoa de Dentro – PB), que já compreenderam a importância de se investir na promoção de uma educação contextualizada, a serviço da melhoria das condições devida no

[23]A Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA foi criada a partir do processo de mobilização e fortalecimento da sociedade civil no início da década de 1990. A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG´s, Oscip, etc.Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciado em valores culturais e de justiça social.

semiárido.

O pesquisador José de Souza Silva (EMBRAPA, CAMPINA GRANDE), ao tratar sobre a educação descontextualizada da realidade e colonial, advoga no sentido de superar-se a "aridez mental" já instalada e ainda em uso:

> A superação da aridez mental, resultante da educação colonial descontextualizada—alienadora, domesticadora—que temos, inclui uma desconstrução cultural e descolonização epistemológica. A desconstrução torna visíveis falsas verdades (culturalmente invisíveis) que inspiram e orientam 'decisões e ações de desenvolvimento'. A descolonização revela a gênese histórica, a intenção política e a origem epistemológica destas 'verdades do desenvolvimento'. A desconstrução e a descolonização devem incorporar o marco da etnografia institucional que analisa criticamente as relações entre poder (política) e saber (ciência) que afetam a vida (ética) cotidiana das pessoas comuns (Smith 2005). O enfoque foi aplicado com sucesso por pensadores críticos da América Latina, como o Antropólogo colombiano Arturo Escobar em A Invenção do Terceiro Mundo. (SILVA, 2010, p. 3).[24]

Ainda o mesmo pesquisador acima citado arremata que **"**a educação contextualizada deve emocionar a muitos; sem emoção não há paixão, e sem paixão não há compromisso. Contra isso existe o pensamento dominante".

> A (neo)colonização cultural esteriliza a diversidade do pensamento crítico e criativo local e semeia o pensamento único, universal, do dominador. O problema da educação descontextualizada é que foi concebida para levar-nos a pensar como Eles para ser como Eles; um desafio da educação contextualizada é construir o dia a partir do qual pensaremos como nós para sermos nós mesmos. Este será o 'dia depois do desenvolvimento'. (SILVA, 2010, p 4/5).

A ideia-projeto adentra-se nos processos educacionais, organizacionais e sócio produtivos, contextualizando as práticas e programas a fim de se elaborar outra/nova percepção de sentido de natureza, cuja ética da prudência (o guardar) compreende o Semiárido como um território complexo e multidimensional. Trata-se, indubitavelmente, de uma educação popular que se desenvolve no meio das comunidades ribeirinhas, quilombolas, de fundo de pasto, enfim, de uma educação que adquire um novo sentido de vida, um novo olhar para a realidade local/territorial e uma nova perspectiva de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

2.5. A educação libertadora e os espaços não formais de educação.

"O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção".

Paulo Freire

Não há como tratar de educação libertadora sem citar o educador Paulo Freire. Este mestre propõe a construção de uma educação transformadora que permita ao homem a organização reflexiva de seu pensamento, em um processo de conscientização e reconhecimento de si próprio como sujeito histórico e politizado, face à análise critica da sociedade. Uma educação que esteja disposta a considerar o ser humano como sujeito de sua própria aprendizagem e não como um objeto. Onde sua vivência, sua realidade e seu modo ver o mundo, sejam considerados, tornando esta aprendizagem realmente autêntica para ele. Paulo Freire buscou sempre a criação de uma pedagogia crítica-educativa, postulou a possibilidade de as pessoas lerem a palavra escrita ao mesmo tempo em que leem sua realidade vivida, pronunciando sua palavra sobre o mundo, à medida que atuam nele, mediante o processo de conscientização (FREIRE, 1979, 1998, 2002).

> Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 1979, 34).

Trata-se, pois, de uma pedagogia que propõe uma educação crítica a serviço da transformação social. A educação libertadora vê o educando como sujeito da História e vê na comunicação "educador-educando-educador" uma relação horizontal. O diálogo é um traço essencial da educação libertadora. Todo esforço de conscientização baseia-se no diálogo, na troca, nas discussões. A educação libertadora volta-se para os marginalizados pelo sistema capitalista, para que reflitam sobre sua situação miserável e opressora e, consciente dos mecanismos socioeconômicos responsáveis pela marginalização e pela negação de humanidade, encontrem caminhos de transformação social. Para Freire (1980, p. 29) a conscientização significa "tomar posse da realidade [...] é o olhar mais crítico possível da realidade, que a 'des-vela' para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante".

Freire observou que dentro de cada sociedade existem temas geradores a serem discutidos que se subdividem de acordo com a época e o local. E, a sua inexistência, aparente ou oculta, "pode significar, já, a existência de uma 'situação-limite' de opressão em que os homens se encontram mais imersos que emersos." (FREIRE, 1982, p. 112). Ou pode significar ainda a existência do tema do silêncio.

A educação libertadora proposta por Paulo Freire tem fundamental preocupação com o homem. Investiga, acima de tudo, o homem enquanto humano, portanto, de interesse para humanização. Desse modo, ele procurava contextualizá-lo nos seus aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais. Isso fazia com que Paulo Freire enxergasse a educação fora dos muros da sala de aula tradicional, fazia com que ele percebesse o homem enquanto sujeito histórico e transformador dentro do grande ambiente global, onde se edifica a sociedade dos tempos modernos.

Ao tratar sobre a proposta pedagógica freiriana, Brandão (2005) argumenta:

> Em nome de uma educação libertadora, o exato oposto da "bancária", é que Paulo e os que procuram ser seus re-criadores assumem o compromisso de vida e de trabalho a serviço dos povos do Brasil, educando-os e formando-os para que eles aprendam a ser criadores de suas vidas livres, de suas culturas emancipadas e de suas sociedades justas e felizes. (BRANDÃO, 2005, p. 107).

Como ensina Frei Leonardo Boff, a educação pode desempenhar um papel decisivo no crescimento da cidadania, na formação da consciência da dignidade humana e, num estágio mais avançado, na consciência da grandeza de todos os seres, como expressão cósmica da Criação.

A educação que emancipa e que também se pode denominar de educação popular vem sendo cada vez mais praticada no contexto das lutas sociais, como mais um instrumento em defesa dos direitos humanos e transformação do mundo. As raízes da educação popular são, segundo Paludo (2012):

> ...as experiências históricas de enfrentamento do capital pelos trabalhadores na Europa, as experiências socialistas do Leste Europeu, o pensamento pedagógico socialista, as lutas pela independência na América Latina, a teoria de Paulo Freire, a teologia da libertação e as elaborações do novo sindicalismo e dos Centros de Educação e Promoção Popular. Enfim, são as múltiplas experiências concretas ocorridas no continente latino-americano e o avanço obtido pelas ciências humanas e sociais na formulação teórica para o entendimento da sociedade latino-americana. (PALUDO, Conceição, 2012, p.281).

Entende-se que os espaços de educação popular permanecem extremamente importantes por serem locais em que se discutem questões não problematizadas em espaços formais, como a escola. Nesse sentido, os espaços, para além do ensino formal, têm se configurado em um novo campo da Educação, abrangendo organizações sociais e não governamentais movimentos sociais estratégicos, que passam a exigir novas formas de aprendizagem que considerem a vida e a luta do homem e mulher trabalhadores, suas necessidades e anseios, sua cultura e diversidades.

Segundo Frigotto (2002):

> O patrimônio natural e científico e os processos culturais e educativos não podem estar subordinados ao mercado e ao capital, mas ao conjunto de direitos que configuram a possibilidade de qualificar a vida de todos os seres humanos. A educação, nesta perspectiva, é elemento crucial no processo de emancipação da classe trabalhadora e de estabelecer práticas sociais comprometidas com a dignidade e a vida de todos os seres humanos. (FRIGOTTO, 2002, p. 65).

Observa-se que a educação emancipadora e popular ocorre com mais frequência nos espaços não formais de educação. Talvez porque nestes há mais flexibilidade, menos burocracia, mais respeito às diferenças, mais fortalecimento da identidade, da tolerância e do diálogo, Uma educação que forma mais para e pela cidadania. A educação ocorre num processo dinâmico, interativo, complexo e criativo.

Segundo Maria da Glória Gohn (1999:98-99), a educação não formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados. Por isso ela também é muitas vezes associada à educação popular e à educação comunitária.

A Educação não formal (GOHN, 2010) “foi um campo de menor importância no Brasil, até os anos de 1980, tanto nas políticas públicas, quanto entre os educadores”. E a esse respeito Maria da Glória Gohn ainda coloca que o caminho institucional aos processos educativos em espaços não formais foi aberto em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), quando define educação como aquela que abrange [...] processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (LDBEN, art.1º, 1996 apud Gohn, 2011: 11).

Na compreensão de OLIVEIRA (2005) a educação que ocorre no espaço não formal ou com menor grau de institucionalização dá-se, na maioria dos casos, em um processo

coletivo. E arremata:

> Quando assim ocorre, o traço predominante é prioritariamente a educação para a cidadania, em cujo bojo centralizam as ideias da significação do convívio social entre pessoas que vivem num mesmo espaço geográfico e cultural com vistas ao fortalecimento da identidade, da tolerância, do respeito e do diálogo, fundados na consciência da dignidade humana, o que supõe a escolha de conteúdos e atividades pertinentes ao alcance desses objetivos. (OLIVEIRA, 2005).

Não se pode, pois, falar de educação abstratamente, nem desconsiderando a história. Além disso, as finalidades com que se educa também não são as mesmas em todas as épocas, em todos os lugares e em todas as sociedades. Simplificando, poder-se-ia dividir a educação àquela ministrada em sala de aula, com professores, programas e conteúdos, objetivos definidos, que é realizada de forma sistemática. A segunda diz respeito à realizada cotidianamente, baseada nos costumes, nas leis, nas tradições, nas lutas do dia-a-dia, nas mobilizações, na aprendizagem durante a vida.

Quanto à educação formal, ela geralmente se parece mais com uma forma de adestramento, disciplinarização, treinamento e docilização dos indivíduos, do que como meio de transformação e de revolução social. Mesmo quando tem a preocupação de ser crítica, de subverter a ordem acadêmica e de questionar o sistema vigente, o que é um tanto raro e incomum nos tempos atuais, é envolvida por um amplo aparato disciplinar e burocrático deixando pouco espaço para a flexibilidade e para a realização das experiências alternativas. Além disso, na maioria das vezes, os conteúdos estão mais voltados para ensinar que "a Eva viu a uva", ou seja, conteúdos abstratos, do que para compreender a vida concreta, isto é, a matemática da fome, o português da violência, a geografia e a história da exploração e dos problemas sociais, a ciência da história da vida real dos homens e voltam-se mais para a adaptação, para a alienação e para o conformismo do aluno ao meio do que para desmistificar, para questionar as condições de vida e o modo de produção capitalista.

2.6. Os Direitos Humanos numa perspectiva Emancipatória, Pluralista e Intercultural.

> *"Todo homem – e toda mulher! – tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei. Independente do sexo, da cor, da idade, do credo, do país, do grau de escolaridade ou até de grande cidadania, santos ou criminosos, nenéns ou vovozinhos, sendo gente – apenas gente, todo homem e toda mulher são pessoas. E devem ser*

> *reconhecidos como tais na vida de casa e da rua, na família e na sociedade, no trabalho e no lazer, na política e na religião. Também nos canaviais e nas carvoarias. Também nas penitenciárias e sob os viadutos. Diante dos olhos dos transeuntes e ante as câmeras de televisão. Em todos os lugares, pois, deste redondo planeta azul que é a Terra (...) – não é um cara; é uma pessoa. Não é uma vagabunda; é uma pessoa. Não é um mendigo (para brincar de fogo com ele!); é uma pessoa. Uma pessoa, senhora Juíza!"*
>
> CASALDÁLIGA, 2002, p. 85

Diante do atual cenário marcado por disputas e concorrências mais ferozes, por contradições e incertezas, por profundas e aceleradas mudanças, crises de paradigmas, mas, também marcado pelo surgimento de novos atores sociais, antes excluídos e invisíveis ao sistema capitalista, torna-se necessário à compreensão do direito numa outra perspectiva, ou seja, numa dimensão emancipadora, pluralista, dialógica e multicultural. Mesmo os direitos humanos de tradição liberal-burguesa não estão mais centrados apenas nos direitos individuais, mas incluem direitos sociais, econômicos e culturais.

Admite Flávia Piovesan que,

> [...] se, tradicionalmente, a agenda de Direitos Humanos centrou-se na tutela de direitos civis e políticos [...], testemunha-se, atualmente, a ampliação dessa agenda tradicional, que passa a incorporar novos direitos, com ênfase nos direitos econômicos, sociais e culturais [...] (PIOVESAN, Flávia, 2000, p.29).

Sen (2011) entende e defende os direitos humanos numa perspectiva ética, para além da via legislativa, estabelecendo sua relação com a ideia de justiça. Segundo o autor:

> As vias e as maneiras de defender os direitos humanos não precisam se restringir à elaboração de novas leis; por exemplo, o monitoramento social e outras formas de apoio ativista, oferecidas por organizações como o HumanRichts, A Anistia Internacional, a Oxfam, Os Médicos sem Fronteiras, SavetheChildren, a Cruz Vermelha e a ActionAid (citando tipos muito variado de ONGS), podem contribuir para ampliar o alcance concreto dos direitos humanos reconhecidos. Em muitos contextos, de fato, não há nenhum envolvimento da legislação. (SEN, 2011, p.400).

Tradicionalmente, confere-se aos Direitos Humanos a natureza inata, inicial, inerente a todo indivíduo. Essa concepção advém das teorias filosóficas antropocêntricas do século XVIII, em que a construção histórica dos direitos humanos potencialmente teve sua origem.

Sustenta-se no sentido de que os indivíduos nascem com direitos fundamentais, que em uma ótica internacional são denominados Direitos Humanos, basilares para a existência nas diversas civilizações. Haveria, assim, uma autoevidência quanto aos direitos e garantias fundamentais, ou seja, os direitos humanos seriam autoevidentes, não necessitariam de positivação ou objetivação em normas jurídicas para que fossem observados. Essa corrente teórica baseia-se em estudos do Jus naturalismo, comum na Ciência Jurídica a partir do século XVII, e que no século XVIII atingiu seu apogeu enquanto teoria do Direito. O reconhecimento e afirmação de direitos chamados "humanos" ou "fundamentais" constituiu uma verdadeira conquista da sociedade moderna ocidental.

Entretanto, a partir do término da II Grande Guerra (1939-1945), com a incidência dos fenômenos da codificação do Direito das Gentes e da expansão do Direito Internacional dos Direitos Humanos, o paradigma da característica inata dos direitos humanos começa a tomar novos rumos e ser questionado por Jusfilósofos e Jus internacionalistas. Até porque se pode concluir que as políticas de Direitos Humanos, no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, estiveram, em geral, a serviço dos interesses econômicos e geopolíticos dos Estados capitalistas hegemônicos.

Para os estudiosos contemporâneos dos Direitos Humanos, estes devem ser considerados não como inatos, inerentes, autoevidentes, mas sim como uma realidade sociocultural construída – até mesmo porque se de fato fossem inatos, não haveria tanto desrespeito e inobservância de suas normas na praxe forense internacional, tendo de haver a necessidade da estruturação de órgãos de jurisdição internacional para proteção dos direitos e garantias fundamentais do indivíduo e dos povos – como a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Europeia de Direitos Humanos.

Verifica-se, assim, que os direitos humanos são sócio culturalmente construídos, embora se admita que as grandes potências políticas e econômicas mundiais ainda dominem os fóruns internacionais de discussão da matéria.

Assinalou Hannah Arendt (2010) que os humanos não nascem iguais, nem são criados igualmente por conta da natureza. Somente a construção artificial (de artifício humano) de um sentido igualitário atribuído aos seres humanos, então considerados como portadores de direitos, pode, de fato, afirmar a igualdade ou renovar sua busca.

Entendo como Norberto Bobbio (2004) que os direitos não nascem todos de uma vez. A evolução histórica de tais direitos é lenta e gradual. Não são reconhecidos ou construídos todos de uma vez, mas sim conforme a própria experiência da vida humana em sociedade.

> Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. Nascem quando o aumento do poder do homem sobre o homem – que acompanha inevitavelmente o progresso técnico, isto é, o progresso da capacidade do homem de dominar a natureza e os outros homens – ou cria novas ameaças à liberdade do indivíduo, ou permite novos remédios para as suas indigências: ameaças que são enfrentadas através das demandas de limitação do poder; remédios que são providenciados através da exigência de que o mesmo poder intervenha de modo protetor. (BOBBIO, 2004, p.5/6).

Pode-se afirmar que os direitos essenciais à pessoa humana nascem das lutas contra o poder, das lutas contra a opressão, das lutas contra o desmando, gradualmente, ou seja, não nascem todos de uma vez, mas sim quando as condições lhes são propícias, quando se passa a reconhecer a sua necessidade para assegurar a cada indivíduo e a sociedade uma existência digna.

Concorda-se com Antônio Carlos Wolkmer quando o mesmo afirma que "processo histórico de criação ininterrupta dos "novos" direitos fundamenta-se na afirmação permanente das necessidades humanas e na legitimidade de ação dos novos sujeitos sociais". (WOLKMER, 2002, p. 27).

Deve-se hoje tratar o Direito como forma de garantir à dignidade da pessoa humana. E este tem sido um tema presente na contemporaneidade, desde os aspectos elementares do dia-a-dia, passando pelos diálogos e estudos acadêmicos, seguindo na discussão ativa dos movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, igreja, até como fundamento utilizado em Ações Populares, Medidas de Segurança, Ações Civis Públicas, entre outros, é necessário que se compreenda como um direito elementar e constitucional. Entretanto, não se pode deixar de consignar que a dignidade humana não se restringe ao bem estar da classe burguesa, em detrimento da exclusão de uma grande maioria de necessitados e excluídos. Buscar a dignidade humana requer um compromisso com as classes exploradas, no campo ou na cidade, requer uma atitude de repulsa, indignação e denúncia contra todas as formas de exploração social e econômica.

José Afonso da Silva ao tratar sobre dignidade da pessoa humana, assim se

manifestou: “A dignidade da pessoa humana não é uma criação constitucional, pois ela é um desses conceitos e priori, um dado preexistente a toda experiência especulativa, tal como a própria pessoa humana”. (SILVA, José Afonso da, 1998, p.84).

O professor Sarlet (2010), com o claro propósito de estabelecer a maior eficácia aos direitos fundamentais e o consequente respeito à dignidade da pessoa humana, sustenta, ao tratar dos direitos sociais prestacionais e seu objeto, que, diversamente dos direitos de defesa, mediante os quais se cuida de preservar e proteger determinada posição (conservação de uma situação existente), os direitos sociais de natureza positiva (prestacional) pressupõem seja criada ou colocada à disposição a prestação que constitui seu objeto, já que buscam a realização da igualdade material, no sentido de garantirem a participação do povo na distribuição pública de bens materiais e imateriais. Torna-se, pois, imprescindível, especialmente na atualidade, associar educação e direitos humanos como elo necessário em busca do princípio da dignidade da pessoa humana.

Neste sentido, o mesmo Sarlet afirma ser difícil uma definição clara e precisa para a dignidade da pessoa humana, já que se trata de conceito de contornos vagos e imprecisos. Propõe, então, uma conceituação jurídica:

> Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão dos demais seres humanos. (SARLET, 2010: p.100/101).

Para a efetivação dos direitos humanos, torna-se necessário adotar-se prática e comportamentos comprometidos com a afirmação da vida, da dignidade, da cidadania, da liberdade, justiça, que não se dá apenas por mera convicção teórica ou ideológica. E neste sentido, a educação deve exercer um papel fundamental na promoção de tais direitos. Uma educação que, para além do saber sistematizado e científico, reconheça e respeite as diferenças, que forme seres autônomos, críticos, independentes, capazes de se indignar e de se escandalizar diante de todas as formas de violação dos direitos humanos, que percebam, dentro e fora do ambiente escolar, formas de preservação e promoção da vida e da dignidade, esperança e criticidade. Educação formal e não formal que se considere quatro dimensões, que devem ser trabalhadas articuladamente: ver, saber, celebrar e comprometer-se (CANDAU,

SACAVINO, MARANDINO e MACIEL, 2000, p.16).

É preciso também se dá um novo significado ao direito na contemporaneidade, como defende o sociólogo Boaventura Sousa Santos (2006), professor da Universidade de Coimbra:

> [...] enquanto forem concebidos como direitos humanos universais em abstrato, os Direitos Humanos tenderão a operar como um localismo globalizado, e, portanto, como uma forma de globalização hegemônica. Para poderem operar como forma de cosmopolitismo insurgente, como globalização contra-hegemônica, os Direitos Humanos têm de ser reconceitualizados como interculturais. (SANTOS, 2006, p. 441-442).

Penso ser esta a mesma lógica da convivência com o semiárido que se sustenta em um novo modelo de desenvolvimento centrado no homem e na natureza, que se embasa na justiça e no respeito a todas as formas de vida, que se opõe aos interesses do capital. Que se insurge ao modelo de desenvolvimento hegemônico e desigual e aponta para outras direções, considerando o homem e a mulher que lá vivem.

Um grande desafio na atualidade, que para Santos (2002) constitui-se numa "tarefa científica e política", é a reinvenção do direito para além do "modelo liberal" e "demo-socialista" sem cair na denominada agenda conservadora. E ainda como reinventar o direito de forma que se combata o conservadorismo de "maneira mais eficaz".

Este mesmo autor questiona, em artigo, se o direito pode ser emancipatório e, após proceder a uma análise da situação presente como um período de transição, afirma que sim. Para ele a verdadeira emancipação social não poderá ser expressa na linguagem do contrato social, verdadeira concessão liberal, mas sim por meio do direito contra-hegemônico e construído para além do Estado.

> O direito conservador neoliberal não faz mais do que fixar o quadro em que uma sociedade civil baseada no mercado funciona e floresce, cabendo ao poder judiciário garantir que o Estado de direito é amplamente aceito e aplicado com eficácia. Afinal, as necessidades jurídicas e judiciais do modelo de desenvolvimento assente no mercado são bastante simples: há que baixar os custos das transações, definir com clareza e defender os direitos de propriedade, fazer aplicar as obrigações contratuais, e instituir um quadro jurídico minimalista. (SANTOS, 2002, p. 11).

Esta lógica, segundo SANTOS (2002), está a ser imposta a todo sistema global, ou seja, na agenda política e científica de todos os países ocidentais, não ocidentais, centrais, semiperiféricos e periféricos. Trata-se da globalização neoliberal. Assim, a questão do papel

do direito na busca da emancipação social torna-se, na atualidade, numa questão contra-hegemônica de todos que lutam em desfavor da globalização hegemônica neoliberal, ou seja, uma globalização a partir de baixo, desde que também haja, segundo o autor, uma desocidentalização do direito. (Santos, 2002).

Ainda para o mesmo autor a globalização hegemônica produziu, nos últimos vinte anos, um duplo impacto decisivo na dinâmica da sociedade civil com todos os estratos que a compõem: a hiper-inclusão e a hiper-exclusão se impõem como uma dinâmica global. Para ele é necessário um outro direito e uma outra política (política da globalização contra-hegemônica e do cosmopolitismo subalterno ou dos oprimidos), para confrontar com êxito o fascismo social (a forma mais extrema da exclusão social) e dar respostas às necessidades da sociedade civil incivil.

> Por todo mundo se assiste a grupos sociais, redes, iniciativas, organizações e movimentos de tipo local, nacional e transnacional, que têm mostrado activos no esforço de enfrentar a globalização neoliberal e de lhe contrapor alternativas.(...) São contra-hegemónicas não apenas porque combatem as sequelas econômicas, sociais e políticas da globalização hegemónica, mas porque também desafiam a concepção de interesse geral que lhe está subjacente, propõem uma concepção alternativa. Para a globalização hegemónica, a expansão desenfreada do capitalismo global é o interesse geral, estando, como tal, legitimada para produzir formas de exclusão social amplas, inevitáveis e, em última análise, positivas (porque visam promover o crescimento). Pelo contrário os movimentos e as organizações contra-hegemónicos defendem que uma exclusão maciça a esse ponto é a prova clara de que os interesses do capital, longe de ser o interesse geral, são na verdade inimigos deste, porquanto a exclusão social – e, em particular o fascismo social, que é a sua forma mais extrema – negam a dignidade básica e o respeito a uma grande parte da população mundial. (SANTOS, 2002, p. 27).

O Professor Titular de História das Instituições Jurídicas dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da UFSC Antônio Carlos Wolkmer defende também novas formas emancipatórias e contra-hegemônicas de legitimação do Direito. Introduzindo como paradigma um pluralismo jurídico de tipo democrático e participativo, capaz de viabilizar-se como instrumento de resistência e de afirmação aos direitos humanos emergentes, frente aos recentes processos de dominação e de exclusão de mundialização do capital neoliberal.

> Trata-se de repensar um projeto social e político contra-hegemônico, capaz de reordenar as relações tradicionais entre Estado e Sociedade, entre o universalismo ético e o relativismo cultural, entre a razão prática e a filosofia do sujeito, entre o discurso de integração e de diversidade, entre as formas

> convencionais de legalidade e as experiências plurais não-formais de jurisdição. (WOLKMER, 2006, p. 113).

No atual contexto, a emancipação social passou a ser uma alternativa radical à regulação social (SANTOS 2002). Assim, o direito precisa ser reinventado na perspectiva dos que lutam por alternativas à globalização neoliberal, e dos que entendem necessário as novas formas plurais emancipatórias e contra-hegemônicas de legitimação do Direito. (SANTOS, 2003).

Para Boaventura Sousa Santos (2006) uma das premissas necessárias à ressignificação dos direitos humanos é a articulação entre a igualdade e a diferença, já que, para ele, todas as culturas tendem a distribuir as pessoas e os grupos sociais entre dois princípios competitivos de pertença hierárquica: princípio da igualdade e princípio da diferença. Esta última premissa situa-nos no âmago da questão da ressignificação dos direitos humanos hoje, ou seja, não se pode falar em igualdade sem reconhecer as diferenças existentes. Dialeticamente, afirma Santos que: "temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza" (idem, p. 462).

Para Candau (2008) faz-se presente hoje no debate público e nas relações internacionais, a discussão e tensão entre igualdade e diferença. Compreendendo que houve um deslocamento do centro de interesse que era a igualdade, exemplo da luta da modernidade pelos direitos humanos, para evidenciar o tema da diferença. Como reflete Boaventura de Sousa Santos (2005): a igualdade absoluta é uma forma de violência.

Outro aspecto que merece destaque é o que diz respeito à interculturalidade. A luta pelos direitos humanos hoje supõe o exercício do diálogo intercultural. Para a professora Vera Candau, "a perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade" (CANDAU, 2008, p.51)

> A problematização e a relevância da temática pluralista conduz, necessariamente, à discussão das possibilidades de nova cultura jurídica, com legitimação assentada no reconhecimento da justa satisfação de necessidades básicas e na ação participativa dos sujeitos insurgentes, singulares e coletivos. (WOLKMER, 2016, p. 119).

Para Catherine Walsh (2001), Coordenadora do Programa de Doutorado em Estudos Culturais Latino-Americanos da Universidad Andina Simon Bolívar e estudiosa da questão intercultural na América Latina, a interculturalidade é:

> [...] um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. Uma tarefa social e política que interpela o conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade. Uma meta a alcançar. (WALSH, 2001, p. 10-11).

Ressalte-se que o multiculturalismo crítico (McLaren, 1997) e de resistência, segundo Antônio Carlos Wolkmer (2006), parte da afirmação de que aquele (multiculturalismo) tem de ser situado a partir de uma agenda política de transformação, sem a qual corre o risco de se reduzir a outra forma de acomodação à ordem social vigente.

Não obstante todo o intento por parte da classe dominante global de estabelecer e impor uma cultura homogênea há, na sociedade, cada vez mais uma pluralidade de culturas, que abarca a diversidade e a heterogeneidade, o diálogo e a convivência.

Na perspectiva pluralista, os Direitos Humanos devem ser admitidos como uma busca constante de diálogos com outros, devem servir para a reflexão de nossa condição humana, como também revelar a filosofia da alteridade intercultural. A perspectiva pluralista faz-nos aceitar a abertura às outras maneiras de vida social e cultural, a outras culturas jurídicas não ocidentais e não modernas.

Admitir e relevar a temática pluralista como imprescindível, leva-nos, necessariamente, a construirmos uma nova cultura jurídica com legitimação, assentada no reconhecimento da justa satisfação de necessidades básicas e na ação participativa dos sujeitos insurgentes, singulares e coletivos. (WOLKMER, 2006)**.**

Na visão de Wolkmer o pluralismo democrático deve tornar-se condição primeira da legitimidade política, jurídica e cultural.

> Redefinir a vida humana, configurada na historicidade de sujeitos singulares e coletivos com dignidade, com identidade e com reconhecimento à diferença implica ter consciência e lutar contra imposições padronizadas que caracterizam a sociedade mundial, estremecida com o enfraquecimento dos

> Estados-nacionais, com a supremacia selvagem do mercado financeiro e com a hegemonia política do neoliberalismo. (WOLKMER, 2006, p. 115).

É necessário, pois, novas formas de legitimação no âmbito do pluralismo jurídico centrado na alteridade e na emancipação, como uma das condições para se opor a hegemonia do neoliberalismo.

Asseveram com razão Krohling e Marchiori (2009) sobre o pluralismo jurídico:

> Temos que empreender o estudo do pluralismo jurídico, através da Teoria Crítica do Direito, na perspectiva histórico-dialética, que se formou após a Segunda Guerra Mundial com a crise do positivismo e a crítica da Modernidade dos pensadores da Escola de Frankfurt. Não é possível compreender uma cultura jurídica distinta da ocidental sem se despojar do paradigma racionalista e empirista, pois muitos povos não adotaram a "razão instrumental" da racionalidade científica da Modernidade Ocidental. (KROHLING e MARCHIORI, 2009, p. 16).

É certo que somente o pluralismo jurídico é capaz de contemplar as formas de "produção legal informal engendrada pelas condições materiais, lutas sociais e contradições pluriclassistas". (WOLKMER, 2016, p. 119).

Em síntese, entendo que é na perspectiva paradigmática do Pluralismo Jurídico de tipo comunitário-participativo e com base num diálogo intercultural, como defendem os teóricos acima citados, que se deverá definir e interpretar os marcos de uma nova concepção de direitos humanos.

Por fim, a visão de que podemos ser donos da nossa própria transformação econômica e social, de que o desenvolvimento pode ser construído a partir de outros parâmetros, para além do capital constitui uma das mudanças mais profundas que estão ocorrendo no país. Devolve ao cidadão a compreensão de que pode tomar o seu destino em suas mãos, conquanto haja uma dinâmica social local que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços. A ideia da educação para o desenvolvimento local, da educação que reconheça as diferenças, as singularidades, o local e o global está diretamente vinculada a essa compreensão e à necessidade de se formarem pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas e de, reconhecendo-se, reconheçam o outro e a natureza.

CAPÍTULO III - O PARADOXO DO COMBATE A SECA À CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

3.1 Contexto e evolução histórica da realidade agrária no Brasil

Para se chegar ao fenômeno da convivência com o semiárido, materializado ou materializando-se hoje em projetos, ações, políticas e esboçado, mesmo que timidamente, em lei, o percurso histórico foi longo, penoso e marcado por lutas, perdas, ganhos, alegrias e tristezas, o que não significa, ainda, um processo acabado e radicalmente transformador.

Neste sentido, almejo neste capítulo proceder a uma reflexão sobre o contexto e evolução histórica da realidade agrária no nosso País no período compreendido entre a colonização, com a implantação das sesmarias, a era republicana até os dias atuais, para compreender de que forma o processo de colonização e de ocupação das terras ocorreu no Semiárido. Procuro analisar também os fundamentos, programas, ações e consequências do combate à seca frente às novas abordagens do convívio com o semiárido.

Alguns estudos sobre a história econômica do Brasil, entre os quais destaco ABRAMOVAY. R. (1992), FAORO (2001), FURTADO (2003), PRADO Jr. (1981), STEDILE (2005), apontam no sentido de que sempre houve o predomínio das relações de produção capitalista, mesmo no campo. Relatam que a invasão ao Brasil teria sido financiada pelo nascente capitalismo comercial europeu, que deu suporte à supremacia econômica e militar da Monarquia Portuguesa. Neste sentido, todo o processo de colonização, incluindo o campo, ocorreu visando atender às leis do mercado europeu em busca da acumulação do capital. Para tanto, a Coroa Portuguesa impôs neste País suas leis, sua vontade política, subjugando os que aqui se encontravam. Há a afirmação de que o Brasil foi governado, desde a colônia, por uma comunidade burocrática que acabou por frustrar o desenvolvimento de uma nação independente, que se apropriou, para atender ao seu intento, das terras, riquezas e da natureza abundantes aqui existentes.

Os colonizadores impuseram ao Brasil à produção da cana-de-açúcar, café, algodão, pimenta do reino e outros produtos necessários à sociedade europeia, além da intensiva criação de gado. As atividades econômicas brasileiras, desde o início da colonização, foram dirigidas para as exportações em decorrência dos interesses mercantis. As exportações representavam, na época, a base de renda das colônias, sendo a metrópole a principal beneficiária, o colonialismo e o mercantilismo eram os sistemas que determinavam a

orientação da economia para o comercio exterior. Alguns historiadores, como Faoro (2001), Furtado (2003) e Prado Jr. (1981), denominaram este modelo de “agroexportador”.

Ressalte-se que toda a produção agrícola aqui desenvolvida ocorria em grandes extensões de terra, por meio da monocultura e utilizando-se da mão de obra escrava, formada por índios e negros. Percebe-se, pois, que o que se almejava não era o desenvolvimento independente do Brasil e sim à sua exploração para atender aos anseios do capitalismo comercial europeu, ou seja, adotou-se um sistema de exploração econômica que priorizou o fortalecimento do mercado europeu e não incluiu medidas voltadas para a constituição de um mercado interno e de políticas de autonomização do país. (STEDILE, 2005).

Nos três primeiros séculos de colonização portuguesa, o povoamento das terras brasileiras se realiza de forma intensa e complexa. Assim, a Coroa Portuguesa define, organiza e subordina o modelo de exploração econômica sustentado em três elementos fundantes, conforme descrito pela professora da Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (2004):

> O primeiro refere-se à centralização das decisões e ao sistema de exploração definido para o Brasil, que se situa em Portugal; o segundo refere-se ao próprio tipo de exploração econômica e de relações da Colônia com Portugal e com os demais países europeus, que se caracterizam por relações de ampla subordinação e pela inexistência de um debate sobre a formulação de um projeto de desenvolvimento para o país e, terceiro, a formação no Brasil de uma classe social emergente economicamente, que se submete ao modelo de exploração empreendido por Portugal. (ESMERALDO, 2004, p.26).

Segundo Faoro (2001), o Brasil foi governado, desde a colônia, por uma comunidade burocrática que acabou por frustrar o desenvolvimento de uma nação independente. Segundo o mesmo autor a era capitalista, caracterizada pela propriedade dos meios de produção pela burguesia e da exploração do trabalho assalariado teve seu ponto de partida no século XVI. (FAORO, 2001, p. 33).

Assim, a economia do período colonial brasileiro foi caracterizada pelo tripé: monocultura, latifúndio e mão de obra escrava.

Há de se destacar que a ocupação do território semiárido pelo homem e mulher sertaneja, na época da colonização, ocorreu principalmente na lida com o gado e com o cultivo de lavouras para a subsistência, pois eles não dispunham de terras nem de outros meios de produção que resultassem em grandes plantações, portanto, desmatavam menos. A concentração da terra no Brasil é histórica, perdura desde o século XVI até os dias atuais.

Segundo os estudos realizados por Darcy Ribeiro (1995) sobre a formação histórica do Brasil e o processo civilizatório, há registros da existência humana no nosso território muito antes da chegada dos colonizadores europeus em 1500.

> Desde os primórdios da nossa sociedade até o ano de 1.500 D.C., a História registra que as populações que habitavam nosso território viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos, clãs, a maioria nômade, dedicando-se basicamente à caça, à pesca e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura". (STEDILE, João Pedro (org.), 2005, p.20).

Darcy Ribeiro apresenta, em quadro estatístico, que em 1500 a população nativa que habitava o país era de, aproximadamente, cinco milhões, e que, após 350 anos de exploração no final do séc. XIX havia pouco mais de cinco milhões de habitantes.

Ao tratar sobre o povo brasileiro, Ribeiro (1995) advoga que a história brasileira sempre foi contada na versão dos invasores, "... é ele também, quem relata o que decidiu aos índios e negros, raramente lhes dando a palavra de registro de suas próprias falas". O mesmo escritor descreve com riqueza de detalhes o encontro ocorrido entre os invasores "d'alem-mar" e os gentis que aqui viviam muito antes da chegada dos mesmos. Lembra-nos da "sanha com que os invasores se lançavam sobre o gentio, prontos a subjugá-los pela honra de Deus e pela prosperidade cristã". Quando discorre sobre a exploração econômica do Brasil pelos colonizadores, em busca de identificar as causas do seu desenvolvimento desigual, o citado antropólogo acentua que:

> No plano econômico, o Brasil é produto da implantação e da interação de quatro ordens de ação empresarial, com distintas funções, variadas formas de recrutamento da mão-de-obra e diferentes graus de rentabilidade. A principal delas, por sua alta eficácia operativa, foi à empresa escravista, dedicada seja à produção de açúcar, seja à mineração de ouro, ambas baseadas na força de trabalho importada da África. A segunda, também de grande êxito, foi a empresa comunitária jesuítica, fundada na mão-de-obra servil dos índios. Embora sucumbisse na competição com o primeiro, e nos conflitos com o sistema colonial, também alcançou notável importância e prosperidade. A terceira, de rentabilidade muito menor, inexpressiva como fonte de enriquecimento, mas de alcance social substancialmente maior, foi a multiplicidade de microempresas de produção de gêneros de subsistência e de criação de gado, baseada em diferentes formas de aliciamento de mão-de-obra, que iam de formas espúrias de parceria até a escravização do indígena, crua ou disfarçada (RIBEIRO, 1995, p.176).

Na obra *"Casa- grande e senzala"*, Gilberto Freyre (2006) apresenta como características gerais da colonização portuguesa do Brasil a formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida.

> Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. (FREYRE, 2006, p. 65).

Tendo à época a Coroa Portuguesa interesse na produção de bens voltados ao comércio exterior, institui no Brasil à concessão de sesmarias. A doação de sesmarias e a implantação de grandes unidades voltadas para a produção e exportação - especialmente a da cana-de-açúcar – foram seguidas pelas tentativas de escravizar a população indígena. Entretanto, como muitas destas tentativas foram frustradas, buscou-se solucionar o problema de mão-de-obra com a vinda de levas de escravos africanos, que executavam o trabalho forçado e desumano para os donos das terras. (MEDEIROS, 2012, p. 445).

> A "concessão de uso" era de direito hereditário, ou seja, os herdeiros do fazendeiro-capitalista poderiam continuar com a posse das terras e com sua exploração. Mas não lhes dava o direito de venderem as terras, ou mesmo de comprarem terras vizinhas. Na essência, não havia propriedade privada das terras, ou seja, as terras ainda não eram mercadorias. (STEDILE, João Pedro (org.), 2005, p.24).

Assim, as terras foram doadas, desde o início da colonização do Brasil, até 1821, em sesmaria. Pode-se asseverar que a desigualdade na distribuição de terras no Brasil tem origem no período colonial. Originalmente, as sesmarias foram criadas para fazer com que mais terras fossem cultivadas. No quadro da crise agrícola do século XIV, em Portugal, a saída foi a Coroa doar terras para indivíduos, que, ao receberem-nas, supostamente estavam comprometidos com seu plantio. As sesmarias eram terrenos incultos e abandonados, entregues pela Monarquia portuguesa, já desde o século XII, às pessoas que se comprometiam a colonizá-los dentro de um prazo previamente estabelecido. Muitas dessas terras estavam sob a jurisdição eclesiástica da Ordem de Cristo e ainda lhes eram tributárias, sujeitas ao pagamento do dízimo para a propagação da fé.

A ocupação da terra era baseada em um suporte mercantil lucrativo para atrair os recursos disponíveis, já que a Coroa não possuía meios de investir na colonização, consumando-se como forma de solucionar as dificuldades e promover a inserção do Brasil no antigo Sistema Colonial.

A terra continuava a ser patrimônio do Estado português. Os donatários possuíam o direito de usufruir a propriedade, mas não tinham direitos como donos. Estavam, então, submetidos à monarquia absoluta e fortemente centralizada.

Nos dois primeiros séculos XVI e XVII, os grandes adensamentos se realizam no litoral nordestino, especificamente na Bahia e em Pernambuco, por conta da exploração da cana-de-açúcar; já no século XVII são os bandeirantes paulistas quem dirigem a exploração economicamente mais rentável para os portugueses. Nesse mesmo Século (XVII) formam-se também intensos povoamentos na Capitania de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso em função da descoberta e expansão da exploração mineradora. Após o surto da mineração, a população migra para regiões ribeirinhas e vai explorar o gado em grandes fazendas. (FERNANDES, 1987, p. 31).

Com a independência do Brasil, extinguiu-se o regime das sesmarias, e com um vácuo legal de concessão de terras, por alguns anos, somente se regularizando com a aprovação da Lei de Terras – Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 – que legitimou as áreas anteriormente concedidas sob o regime das sesmarias, bem como as posses, normatizando a propriedade privada da terra. No caso da posse, a regularização dependia da comprovação de uso com atividades agrícolas e da existência de habitual moradia.

Estabeleceu, ainda, que as demais terras fossem transformadas em terras devolutas do Estado e estas só poderiam ser obtidas por compra. Condição que só beneficiava poucos bastardos e favorecia a instalação de grandes latifúndios, reconhecido como principal razão do "atraso político e econômico" do país.

Segundo Stedile (2005, p. 24):

> O critério fundamental para a seleção dos eleitos pela "concessão de uso" das terras era- muito além do que simples favores a fidalgos próximos – a disponibilidade de capital e o compromisso de produzir na colônia mercadorias a serem exportadas para o mercado europeu.

Adiante, enfatiza o escritor:

> A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo de grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil. (STEDILE, 2005).

O interior do Nordeste, praticamente, esteve sob o domínio de grandes latifundiários. Essa lei impediu que os ex-escravos e escravas, camponesas e camponesas

adquirissem terras pelo fato de serem despossuídos de recursos[25].

Com a abolição da escravatura milhares de ex-escravos saem das senzalas e vão povoar as cidades, vendendo sua força de trabalho, principalmente nos portos, já que não tinham como se apropriar das terras pelas suas escassas condições financeiras.

Boa parte desta mão de obra escrava foi substituída pelos camponeses pobres europeus que, atraídos pela promessa do *"el dourado"* brasileiro migraram principalmente para o Sul do país, para o cultivo do café.

A partir desse contexto marcado pelos interesses mercantis da Coroa Portuguesa, pela ocupação concentrada das terras, pela escravidão de índios e negros, pelo desenvolvimento das relações de produção capitalista, pelo uso da monocultura, especialmente a cana-de-açúcar, pelo surgimento das oligarquias rurais, que se formou o semiárido brasileiro e fez surgir o "sertanejo", que ocupou todo o interior do Nordeste brasileiro.

3.1.2. Fundamentos, programas, ações e consequências do combate à seca.

Ao longo de sua história, o semiárido foi tido como uma região inviável economicamente, pois a seca não poderia permitir o desenvolvimento da região. Neste sentido, as iniciativas voltadas à resolução das questões peculiares a essa realidade foram sempre equivocadas, a exemplo das históricas políticas públicas de combate à seca, especialmente as promovidas pela SUDENE. Os modelos de desenvolvimento executados na região semiárida sempre buscaram culpabilizar condições e fenômenos naturais pelo atraso desse espaço, levando-os à conclusão de que era impossível viver nas regiões afetadas pela seca. Foi nessa época também que se intensificou a migração para outros estados e regiões, especialmente para São Paulo[26].

Segundo o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA/INSA, Roberto Marinho Alves da Silva[27], a visão de mundo e o pensamento que instituíram o Semiárido brasileiro como "região-problema" têm origem na ciência moderna, que viabilizou a consolidação do capitalismo a partir dos séculos XVI e XVII, e nos legou o

[25]http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm - acesso em 02/10/2014.
[26](Convivência com o Semiárido – IRPAA – 20 anos trabalhando pela convivência com o semiárido, 2010, p. 12).
[27]Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da UFRN. Diretor do Departamentode Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério doTrabalho e Emprego.

paradigma clássico de inovação que penetrou e condicionou a natureza e dinâmica da "educação universal". (SILVA, Roberto Marinho, 2010, p. 14).

Os primeiros registros de ocorrência de secas no sertão, segundo o historiador Joaquim Alves (1982), datam de 1587, com o relato de Fernão Cardin sobre a fuga de índios do sertão para o litoral em busca de alimentos. Desde então, as secas no sertão nordestino apareciam como um elemento de desordem no projeto de colonização.

Havia um contraste significativo entre uma perspectiva sedentária de ocupação e a fixação de povoamentos para exploração de riquezas, com as possibilidades de ocorrências de flagelos de fome e de sede decorrentes das grandes secas.

A seca na região semiárida só passou a ser considerada como problema relevante no século XVIII, depois que se efetivou a penetração da população branca nos sertões, com o aumento da densidade demográfica e com a expansão da pecuária bovina. A seca tornou-se vilã do drama nordestino, a principal imagem de "uma terra estorricada, amaldiçoada, esquecida de Deus". (CASTRO, 2011, p. 168).

Na segunda metade do século XIX, quando as ocorrências de secas prolongadas colocaram em risco o povoamento e as atividades econômicas no sertão nordestino, tiveram início os estudos científicos sobre a problemática. Destacam-se nestes estudos a visão e ações de combate à seca e aos seus efeitos.

Com o intuito de combate à seca, identificado como "o grande problema para o desenvolvimento do Nordeste", especialmente em relação à região semiárida como um espaço problema, região de fome e da miséria, de seca permanente, explicação do atraso econômico, do subdesenvolvimento e das disparidades regionais, o governo cria, em 1909, a Inspetoria Federal de obras contra a Seca (IFOCS), seguida do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), em 1945 (ROCHA NETO, 1999). Logo após em 1948, inaugura-se a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) atuava no sentido de 'modernizar' a região e agregá-la à economia nacional, usando como principal estratégia à atração de indústrias (ROCHA e MONTEIRO).

Com o fim da SUDENE, em 2001, e com a atenção do poder central voltada para os objetivos da política macroeconômica e sob o domínio de ideias e políticas neoliberais, a problemática do semiárido nordestino foi colocada à margem de ações efetivas. Diante da crise fiscal financeira dos estados brasileiros e no vácuo de políticas regionais em escala federal, emerge a guerra fiscal entre os estados; que produz pouco ou nenhum impacto sobre a

estrutura econômica e social existente. Sem medidas vindas do poder central, o êxito das políticas regionais é colocado em xeque. A ação do poder central no semiárido baiano restringe-se a políticas compensatórias de transferências de renda. Embora políticas compensatórias contribuam para minorar as condições adversas da população, contribuindo para redução da pobreza extrema, elas são meramente assistenciais e voltadas para atender uma condição específica do individuo e não da região.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS se constituiu na mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste. Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS através do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909 editado pelo então Presidente Nilo Peçanha, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. O DNOCS recebeu ainda em 1919 (Decreto 13.687), o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS antes de assumir sua denominação atual, que lhe foi conferida em 1945 (Decreto-Lei 8.846, de 28/12/1945), vindo a ser transformado em autarquia federal, através da Lei n° 4229, de 01/06/1963.

Ressalte-se que todas estas iniciativas redundaram no aprofundamento dos problemas sociais e econômicos, na solidificação das políticas meramente assistencialistas e de emergência, pois passageiras, reforçando o clientelismo, a dependência e submissão do homem e da mulher sertaneja aos “detentores do poder”, aos "coronéis do sertão", além de impulsionarem o êxodo rural, com as suas nefastas consequências. Destaque-se que a grande quantidade de sertanejos que saíram de suas terras para o sul serviu como mão de obra barata para as indústrias e compuseram a classe dos operários que sustentavam o sistema capitalista ora implantado no Brasil. Não se podendo também esquecer os graves problemas de desertificação pelo uso inadequado e devastador da caatinga. O homem e mulher do semiárido foram, indubitavelmente, vilipendiados em sua dignidade humana. Foi à época da denominada “indústria da seca”. Tal modelo de desenvolvimento, centrado no capital, torna-se responsável pela depredação em grande escala dos recursos naturais e concentrador de riqueza, de terra e de poder.

> Em países como o Brasil e regiões como o Semi-Árido Brasileiro (SAB), com experiência colonial, a colonização cultural transcendeu à colonização territorial, alienou mentes, desvalorizou saberes e domesticou corações. Gerado para viabilizar a dicotomia superior-inferior, o discurso colonial normalizou relações assimétricas de poder e naturalizou violências, desigualdades e injustiças. Legitimado pela ideia de progresso, o discurso justificou no passado a conquista do Novo Mundo. O “civilizado” tinha o direito à dominação e o “primitivo” a obrigação da obediência. Porém, como afirma Jonas Duarte, Historiador da UFPB, a resistência histórica de nossos indígenas à ocupação colonial do SAB indicava seu potencial para a sustentabilidade e sentido de seus modos de vida.

> Porém, prevaleceu o interesse do invasor: saquear as 'potencialidades' do SAB e divulgar suas 'adversidades'. Instituiu-se a visão do SAB como região homogênea em termos de sua paisagem natural e de seu quadro de "problemas". Ao penetrar, esterilizar e recriar os imaginários-técnico e social-locais, a colonização cultural instituiu a visão da região seca e pobre: "região inviável". (SILVA, Roberto Marinho Alves 2010, p.5).

Assim, desde a época da colonização o semiárido foi compreendido sob a ótica dos colonizadores e sempre atendeu os interesses externos. Ora os interesses da Coroa Portuguesa, ora para atender os vastos plantios de cana de açúcar no litoral brasileiro, que obrigou a instalação no semiárido de currais de criação de gado que serviam para o fornecimento de carne, couro e força de tração para estes plantios. Ademais, o estabelecimento de grandes latifúndios, desde a colonização, deu início à desastrosa distribuição fundiária, vigente até hoje, que excluiu o homem e a mulher que efetivamente trabalham a terra e cuidam dos animais.

3.2. O semiárido rural brasileiro: características e desafios atuais

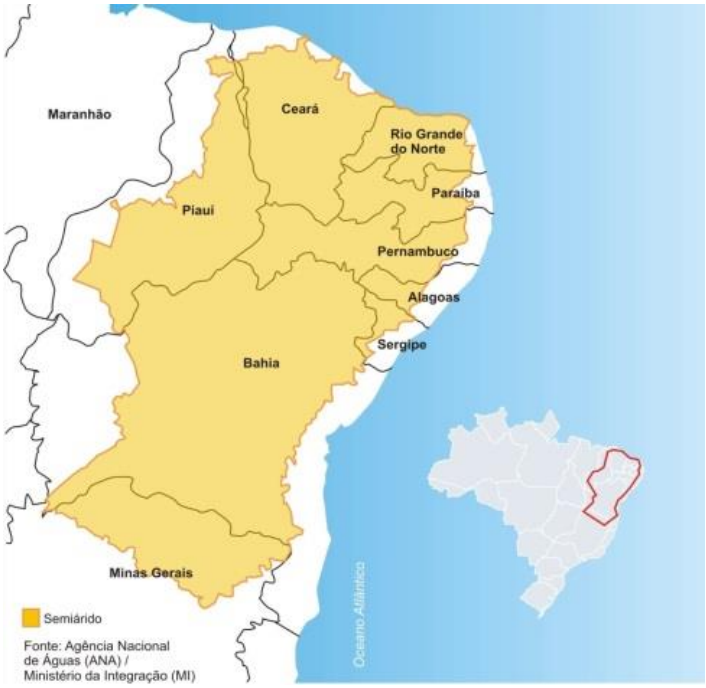

Figura 5 - Semiárido brasileiro

Fonte: Agência Nacional de Águas – ANA

Ministério da Integração - MI

Segundo dados extraídos do XII Recenseamento Geral do Brasil (Censo Demográfico 2010), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a

região Semiárida brasileira contabiliza 1.135 municípios distribuídos no espaço geográfico de nove unidades da Federação: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais, totalizando uma extensão territorial 980.133,079 km^2, onde reside uma população de 22.598.318 habitantes, superiores as das regiões Norte e Centro-Oeste, representando aproximadamente 12% da população brasileira. Apresenta densidade demográfica de 24,2 hab./km² e uma população rural de 13,5 milhões de pessoas, taxa de urbanização de 62% (IBGE, 2010). A elevada densidade populacional para uma região semiárida (Ab'Saber, 1999) coloca forte pressão sobre a base de recursos naturais, contribuindo para a degradação da Caatinga e para o avanço do processo de desertificação, presente em quase metade do território do Semiárido Brasileiro (MMA, 2011). Quanto à representatividade dos grupos etários na região semiárida, os números evidenciaram um predomínio da população adulta em relação aos demais grupos etários[28].

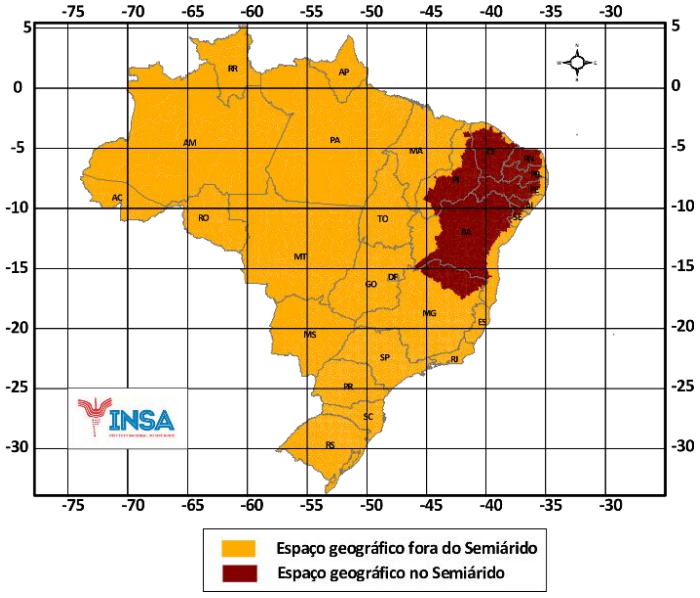

Figura 6 - Espaço geográfico do Semiárido brasileiro.

Fonte: INSA, **http://www.insa.gov.br/**

O semiárido brasileiro é um território imenso, com duas vezes mais habitantes que Portugal, um território no qual caberiam a França e a Alemanha reunidas. Essa imensidão não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, vamos encontrar problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e

[28]IBGE/2010- Atlas do Censo Demográfico 2010. http://www.censo2010.ibge.gov.br/acessado em 23 de março de 2015.

mulheres). (ASA, 1999).

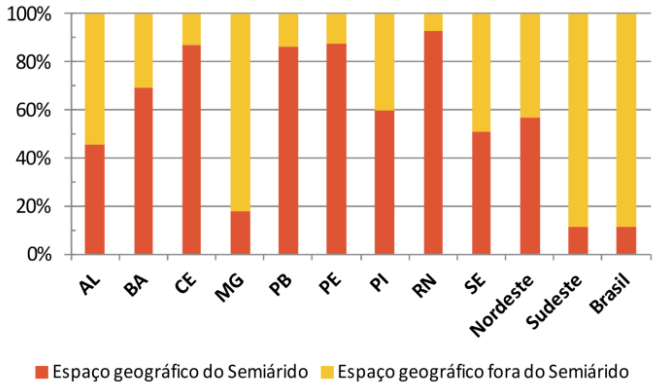

Figura 7 - Percentual do território das unidades da Federação e das grandes regiões cujos espaços geográficos estão dentro e fora da porção semiárida.
Fonte: INSA, http://www.insa.gov.br/

Outra característica do Semiárido brasileiro é o déficit hídrico. Mas, isso não significa falta de água. Pelo contrário, é o semiárido mais chuvoso do planeta. A média pluviométrica vai de 200 mm a 800 mm anuais, dependendo da região. Porém, as chuvas são irregulares no tempo e no espaço. Além disso, a quantidade de chuva é menor do que o índice de evaporação, que é de três mil mm/ano, ou seja, a evaporação é três vezes maior do que a de chuva que cai.

Isso significa que as famílias precisam se preparar para a chegada da chuva. Ter reservatórios para captar e armazenar água é fundamental para garantir segurança hídrica no período de estiagem, a exemplo das cisternas domésticas, cisternas-calçadão, barragens subterrânea e dos tanques de pedra.

O semiárido brasileiro apresenta clima quente e seco com altas temperaturas com chuvas pouco frequentes. Os solos da região são rasos, de baixa fertilidade e a vegetação característica é a caatinga. Esta vegetação nativa do semiárido apresenta diversidade de espécies com folhas atrofiadas, raízes longas e cactáceas, algumas utilizadas para o consumo humano e animal (LUCCI, 2000). A caatinga é um tipo de floresta baixa e espinhenta, formada por capins e outras plantas rasteiras, arbustos e plantas de porte médio, árvores altas e de altura mediana. Muitas espécies de plantas perdem suas folhas durante uma seca. (Secretaria da Agricultura, 1997).

A diversidade biológica, principalmente na flora, as várias manifestações culturais e até mesmo os diferentes microclimas fazem do semiárido brasileiro uma região extremamente rica e com grande potencial para o desenvolvimento sustentável. Apesar de

rico, possui um ecossistema frágil e com pouca capacidade de reconstrução. Esta fragilidade é decorrente dos fatores climáticos, mas acentua-se devido à falta de conhecimento sobre a natureza da região[29].

Os solos são de uma maneira geral de baixa fertilidade. Mas tudo isto em nada impede uma atividade humana bem sucedida e lucrativa, desde que se conheçam as características de cada região e se desenvolvam as atividades de vida e de produção humana, conforme a vocação do solo e do microclima.

Durante quase quatro séculos as atividades econômicas desenvolvidas na região do semiárido estiveram assentadas em relações de produção atrasadas em comparação àquelas vigentes nas áreas mais dinâmicas do país, em atividades marcadas pela elevada concentração da riqueza e da renda gerada e pela aglutinação de grandes contingentes populacionais em atividades de baixíssima produtividade, insuficiente até mesmo para assegurar os meios de subsistência básicos para as famílias, principalmente nas zonas rurais (PRADO Jr., 1977; FURTADO, 1980).

As propostas de desenvolvimento rural para o SB apresentavam, até as últimas décadas, um amplo enfoque de estratégia agrícola, que previa ocupação e colonização de novas terras, aberturas de fronteiras agrícolas, introdução de novos produtos para o mercado, projetos de irrigação voltados principalmente para a exportação, incentivo à agropecuária, à agroindústria, políticas agrícolas com base em produtos, etc. Este conceito de desenvolvimento rural partia da suposição - que predominou no País durante muitas décadas - de que a tecnologia, aliada ao capital, é que promove o desenvolvimento. O desenvolvimento rural era medido através do nível crescente da produtividade dos produtos agrícolas, do aumento do mercado exportador e da balança comercial. Assim, os resultados econômicos e políticos prevaleciam em relação aos resultados sociais. A promessa amplamente divulgada de progresso material e bem-estar social com base neste modelo de desenvolvimento restringiu-se às mesmas camadas sociais, ou seja, a elite rural dominante. Os dados obtidos sobre o SB ainda apresentam uma realidade cruel e socialmente desigual, marcado pelas contradições do desenvolvimento de cunho elitista: percebe-se a continuidade dos indicadores sociais e econômicos inferiores às médias nacional e regional.

O Semiárido é um espaço com grande concentração de terra, da água e dos meios de comunicação, que, historicamente, sempre estiveram nas mãos de uma pequena elite.

[29] Convivência com o Semiárido – IRPAA – 20 anos trabalhando pela convivência com o semiárido, 2010, p. 12.

Segundo publicações obtidas junto a Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA[30], 2010, quanto à divisão das terras propícias à agricultura na região, encontram-se os seguintes dados (IBGE, 2010): cerca de 1,5 milhões de famílias agricultoras (28,82% de toda a agricultura familiar brasileira) ocupam apenas 4,2% das terras agricultáveis do Semiárido. Ao passo que 1,3% dos estabelecimentos rurais com mais de um mil hectares, conhecidos como latifúndios, detêm 38% das terras.

Mais da metade (59,1%) dos brasileiros em situação de extrema pobreza estão no Nordeste. Destes, mais da metade (52,5%) vivem em áreas rurais da região. Olhando para a faixa etária, 4 em cada 10 pessoas extremamente pobres têm entre 0 e 14 anos (IBGE, 2010).

Em 60,09% dos municípios do Semiárido, com mais de nove milhões de habitantes, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de Muito Baixo a Baixo. O IDH leva em consideração indicadores de longevidade, educação e renda. Todos os municípios do Semiárido apresentaram IDHM inferior ao do Brasil (0,727).

As contradições e injustiças sociais que permeiam a região podem ser percebidas inclusive no acesso à renda, que reflete também uma forte desigualdade de gênero. Segundo dados do IBGE (Censo Demográfico 2000), metade da população no Semiárido, ou mais de oito milhões de pessoas, não possui renda monetária ou tem como única fonte de rendimento os benefícios governamentais, a maioria (59,5%) são mulheres. Os que dispõem de até um salário mínimo mensal somam mais de cinco milhões de pessoas (31,4%), sendo 47% mulheres. Enquanto isso, apenas 5,5% dispõe de uma renda entre dois a cinco salários mínimos, a maioria (67%) homens, e dos 0,15% com renda acima de 30 salários mínimos apenas 18% são mulheres.

Ainda segundo dados do IBGE (Censo Demográfico 2000) a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade no Brasil é de 9,02% (área urbana 6,84% e rural 21,25%), enquanto na Região Nordeste é de 17,65% (área urbana 13,34% e rural 29,78%) (IBGE, 2010). A pior taxa na área rural é a de Alagoas (34,9%) e a menor é a da Bahia (27,5%). (IBGE, 2010).

Outro indicador social atualizado para situar as condições sociais nos municípios brasileiros é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)[31]. Segundo este, a

[30]Dados obtidos junto a ASA http://www.asabrasil.org.br/acessado em 23 de março de 2015.

[31]O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) acompanha o desenvolvimento socioeconômico dos mais de cinco mil municípios brasileiros com base nas três áreas fundamentais ao desenvolvimento humano: Educação, Saúde e Emprego Renda. Criado em 2008, o índice possui periodicidade anual e é calculado exclusivamente com estatísticas públicas oficiais. Sua metodologia permite tanto analisar a fotografia anual dos municípios quanto à evolução ao longo dos anos.

maioria dos municípios do Semiárido (991) tem IFDM regular (entre 0,4 e 0,6), e aqueles que registram IFDM baixo e moderado, 11 e 131, respectivamente, e não tem nenhum município com alto desenvolvimento (Figura 2). Enquanto que o IFDM do Brasil atingiu 0,7478 em 2007.

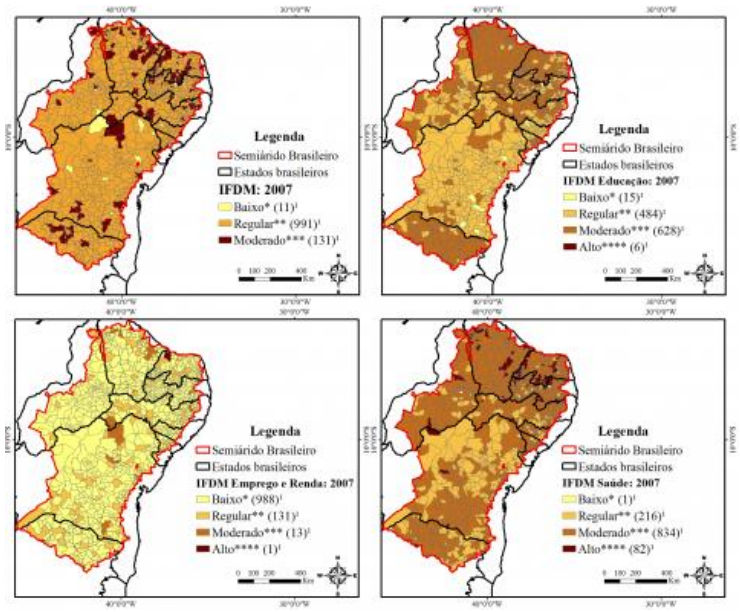

Figura 8 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e seus Componentes: 2007
Fonte: Mapa elaborado por Antônio Marcio Buainain e Junior Ruiz Garcia com base em Firjan (2010). Revista Franco-Brasileira de Geografia - CONFINS - número 19/2013, https://confins.revues.org, acessado em 06/01/2016.

Pode-se observar, segundo o IFDM, na Educação mais de 44% dos municípios têm baixo e regular desenvolvimento, apenas 5 têm nível alto (Várzea-PB, Santana do Seridó-RN, Doutor Severiano-RN, Acari-RN e São João do Sabugi-RN) (Figura 6). Na maioria dos municípios o IFDM Saúde registrou nível com moderado de desenvolvimento (834), e 82 municípios com alto desenvolvimento (Figura 6), reflexo claro do progresso na construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e de um conjunto de políticas focalizadas em grupos mais vulneráveis (mulheres, grávidas, crianças e idosos), em prevenção (programas massivos de vacinação infantil, contra gripe, entre outras) e em atenção às enfermidades continuadas, como a diabetes, pressão alta e asma. Já os indicadores do IFDM Emprego e Renda revelam, claramente, a abrangência da pobreza no SB: a maioria dos municípios é classificada com baixo desenvolvimento (988), indicando a precariedade da ocupação, o baixo nível de renda e a desigualdade na distribuição de renda (Figura 6).

Ocorre, entretanto, que, aos poucos, uma nova realidade vem sendo construída no semiárido brasileiro, a partir de uma consciência crítica quanto às concepções e práticas de

"combate à seca e seus efeitos", além da denominada "modernização econômica conservadora". (SILVA, Roberto Marinho Alves da, 2010).

> A partir da década de 80, novos atores sociais resgatam e desenvolvem propostas e práticas orientadas pelo desenvolvimento sustentável que possibilite a harmonização entre a justiça social, a prudência ecológica, a eficiência econômica e a cidadania política. (SILVA, Roberto Marinho Alves da, 2010, p. 64).

Neste sentido, tem se consolidado, nas últimas décadas, um novo paradigma de desenvolvimento para a região semiárida, como decorrência das contradições, agravamento dos problemas econômicos e sociais desagregadores e excludentes, aliados às intervenções forjadas na luta diária dos movimentos populares, de Organizações Não-Governamentais, Entidades outras ligadas às causas populares, inclusive através de um conjunto de ações do Governo Federal.

Para o IRPAA (2015), o conceito de "combate à seca" que predominou historicamente neste país significou o combate à natureza, ao sol, à tentativa de fazer o mar evaporar mais água, arrastar as nuvens sobre o Semiárido.

Esse novo projeto de desenvolvimento se fundamenta nos princípios do paradigma da complexidade, que valoriza o local e o territorial, a diversidade cultural e a construção e afirmação de identidades dos sujeitos sociais.Esse processo aponta para a superação de valores e de paradigmas estabelecidos para se chegar a uma concepção do real que seja capaz de responder às questões que emergem no processo. (CONTI e PONTEL, 2013 p. 22)[32].

3.3. A lógica da convivência com o semiárido

> *"A Convivência com o Semiárido é uma proposta de desenvolvimento que se pauta na lógica de um sistema de vida e de produção eficientes e sustentáveis, onde se busca, através da formação de uma consciência coletiva, constituir um equilíbrio ambiental e social, capaz de garantir melhor as condições de vida para as populações dessa região".* (IRPAA, 2002, p. 10).

Em função das grandes contradições e problemas acumulados, os sertanejos

[32]CONTI, Irio Luiz e PONTEL, Evandro, em artigo intitulado: Transição paradigmática na convivência com o Semiárido, publicado no Livro Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social / Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder (organizadores), pela Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013.

resistem e, em sua luta diária pela sobrevivência, também aprendem a conviver com o semiárido, descobrindo, por meio de suas riquezas e diversidades, outras formas de se viver, mais dignas e justas. Impõe-se, dessarte, a sustentação de um novo modelo de desenvolvimento centrado no homem e na natureza.

Para os autores Celso Antônio Fávero e Stella Rodrigues dos Santos a resistência e a coragem dos sertanejos podem inverter a lógica do "combate à seca" e assumir o controle de suas histórias:

> Assim como é longa a história dos projetos das elites no semiárido, também é longa a história da resistência e da luta dos pobres da região, querendo construir vida digna. Através da resistência, de sua invenção e da sua luta, eles falam da pobreza; eles dizem que o problema da pobreza não é técnico e que não se pode resolvê-lo através da criação e da implementação de projetos emanados de sujeitos que não vivem a pobreza e que não sabem o que é fome. Eles proclamam, ao invés disso, que o enfrentamento da pobreza só será possível com base nos projetos dos pobres (FAVERO; SANTOS, 2002, p. 9/10)

Neste sentido, a partir das lutas camponesas e dos movimentos sociais do campo e o consequente rompimento com velhas formas de desenvolvimento dá-se início à construção coletiva do processo da convivência com o semiárido, baseado em novas concepções, princípios e paradigmas, embasados ainda, na justiça e no respeito a todas as formas de vida.

Diferentemente do que historicamente as classes burguesas e coronéis do sertão afirmavam, o semiárido brasileiro é uma região de muita riqueza e diversidade, especialmente na cultura, na alegria e na força do seu povo. A maior riqueza do semiárido são os seus povos que, durante séculos, criaram as condições de vida nesta região inóspita, considerada por aqueles que não a conhecem verdadeiramente. Esses povos encontraram na caatinga formas de resistência e de convivência, constituíram uma cultura riquíssima e heterogênea. (COUQUEIRO, 2012).

Diversos estudos e pesquisas, entre os quais posso destacar as de Álamo Pimentel (2002), Edmerson dos Santos Reis (2003), Evandro Pontel (2013), Irio Luiz Conti (2013), José da Rocha Couqueiro (2012), Josemar da Silva Martins (2004), Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira (2005), Luzineide Dourado Carvalho (2012), Naidison de Quintella Baptista (2013), Odomaria Rosa Bandeira Macedo (2004), Roberto Malvezzi (2007), Roberto Marinho da Silva (2006), apontam no sentido de que as comunidades sertanejas têm uma relação harmoniosa com a natureza, o seu modo de vida não se resume à busca desenfreada pela acumulação de riqueza, mas nas relações pessoais, comunitárias, na produção de cultura e preservação das tradições.

Oliveira (2013) advoga para a necessidade de uma proposta pedagógica que se sustente a partir da realidade das comunidades rurais, neste sentido, ao prefaciar a obra: Escola do Campo: espaço de vida e de trabalho, afirma que:

> (...) é urgente o enfrentamento do desafio de integrar e valorizar os saberes populares na perspectiva de uma ética social onde se afirme a realidade educacional do e no campo, trazendo para a mesa de discussões às lutas dos movimentos sociais por um ensino vivo que ressignifique a identidade rural; a importância da reforma agrária e, sobretudo, a construção de outra proposta pedagógica baseada na escuta e na fala das comunidades, que desconstrua paradigmas preconceituosos e injustos, revertendo a visão "urbano centrista" do campo como espaço de atraso. (OLIVEIRA, 2013, sem p).

Silva (2010) lembra que o economista Celso Furtado propôs que o desenvolvimento seria concebido como um "projeto social", que possibilitasse a transformação global da sociedade. O crescimento econômico seria um instrumento a serviço dessa transformação, combinando a produção das riquezas necessárias à satisfação das necessidades de toda a população com a incorporação de direitos (humanos, civis, culturais, sociais e econômicos), preservando o equilíbrio ecológico (SILVA, 2010, p. 66). Para este pesquisador a convivência com o semiárido não é uma proposta de passividade e acomodação diante da pobreza existente na região, definindo-a como sendo:

> Uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais. (SILVA, 2010, p. 78).

Isso não significa uma atitude contrária às tecnologias (hídricas, produtivas etc.), mas de uma mudança de perspectiva, orientada pela "convivência" e não pelo "combate", com a valorização das tecnologias apropriadas que viabilizem não apenas os investimentos de capital, mas que tenham por prioridade a melhoria nas condições de vida da população local.

Concorda-se com os estudos de Couqueiro (2012, p. 59), ao asseverar que a convivência com o semiárido tem confrontado as concepções de combate à seca e possibilitado a constituição de outro olhar sobre as formas de se relacionar com a natureza, aprendendo com ela e abrindo caminhos para oportunidades nas diversas dimensões da vida que não eram sequer sonhadas pelos/as camponeses/as.

Para Álamo Pimentel (2002) a convivência com o semiárido "significa a possibilidade de interação e coexistência dentro de uma lógica de reciprocidade".

(PIMENTEL, 2002, p. 193).

Para Silva (2008) a convivência com o semiárido define-se como sendo:

> Uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais (SILVA. 2008 p. 78).

Ainda Silva (2010), na sua tese de Doutorado, ao tratar sobre a convivência pontuou:

> A convivência não é uma expressão vazia (chavão). Possui significados ideológicos próprios, com base em interesses socioeconômicos, e fundamentados em diferentes visões de mundo e intenções de futuro, influenciando na identificação das necessidades e na definição de prioridades. (SILVA, 2006, p. 245).

A Professora Odomaria Rosa Bandeira Macedo em Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, em 2004, concluiu que:

> A Convivência com o Semi-Árido constitui-se da forma que se define como projeto, segundo as concepções de Castoriadis (1982 e 1999) e Boaventura Santos (2001 e 2002), ou seja, respectivamente como: um pensamento se fazendo na práxis como um pensar/fazer em andamento, em permanente curso de transformação com a participação que nele vai ocorrendo, tendo como perspectiva a autonomia dos indivíduos e seu empoderamento; ou *um conhecimento prudente para uma vida decente* que integra um conjunto de lutas processuais, sem fim definido, que tem um sentido de emancipação social. (MACEDO, 2004, p. 145).

A professora Luzineide Dourado Carvalho (2012) sustenta que a Convivência com o Semiárido adquire um arcabouço teórico-prático nos anos 2000, direcionando outro/novo sentido de desenvolvimento territorial, calcado em políticas públicas de inclusão social, de equidade e controle social e prudência com os recursos naturais do Semiárido.

> A proposta torna-se um guarda-chuva, abrigando todos àqueles que buscam relacionar-se por outra/nova maneira de viver ou ampliar as maneiras de viver e se relacionar na mundaneidade semiárida. A articulação e mobilização passou a se dar em redes sociais, as porta-vozes da inflexão política da ‘Convivência’. Dentre essas, destacam-se, além da ASA, também

> a RESAB. Essas duas redes atuam na escala territorial do Semiárido Brasileiro, que engloba os onze Estados brasileiros considerados susceptíveis à desertificação. Entretanto, além dessas há uma diversidade de redes menores em escala estadual ou local articuladas direta ou indiretamente em torno dessas grandes redes. A Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro (ECSAB) é priorizada dentro das Diretrizes e Linhas de Ação da 'Convivência' estabelecidas pelas redes. (CARVALHO, 2012, p.2/3).

Segundo, Bueno (2007), o sentido ontológico da convivência significa "viver em comum; ter familiaridade, convivência, con.vi.ver".

Para mim, a convivência com o semiárido tem se constituído numa nova teoria de desenvolvimento sustentável voltado para essa região, pois se fundamenta em novos paradigmas que apontam novos valores éticos, crenças, racionalidades já aceitas e incorporadas por comunidades rurais e acadêmicas. Constatei, pelas experiências vivenciadas pela pesquisa, o rompimento com as velhas formas, modelos e metodologias reducionistas e fragmentadas de conceber a realidade do campo. Entendo como CONTI e PONTEL (2013, ps. 23/24) que a convivência com o semiárido está embasada "numa nova racionalidade". E completam, citando Thomas Kuhn, com a idéia da existência da "revolução científica":

> O termo revolução é análogo às revoluções que ocorrem à medida queas possibilidades de resolução dos problemas se esgotam em um determinado paradigma científico. A passagem de um paradigma para outro se configura como uma revoluçãocientífica que influi na mudança de concepções de mundo. Esse processo apontapara a superação de valores e de paradigmas estabelecidos para se chegar a umaconcepção do real que seja capaz de responder às questões que emergem noprocesso. Deste modo, para Kuhn, a revolução científica se caracteriza pela mudançade um paradigma para outro e ocorre a partir da crise em relação a um determinadofenômeno ou mesmo diversos fenômenos. A noção de paradigma compreende umconjunto de regras, suposições teóricas e técnicas de aplicação de leis que orientamas atividades dos envolvidos no processo de pesquisa da comunidade científica.(CONTI e PONTEL, 2013, ps. 23/24).

No Território Sertão do São Francisco, onde se encontram os municípios baianos de Juazeiro e Uauá, a convivência com o semiárido é uma proposta de desenvolvimento que vem se consolidando há muito tempo, especialmente pelas organizações populares que atuam na região, a exemplo do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA, que desenvolve intenso trabalho há mais de vinte e cinco anos.

A proposta da Convivência envolve, hoje, várias organizações sociais (não governamentais em sua maioria, como o IRPAA) aglutinadas em redes sociais que articulam e mobilizam para que a região semiárida seja protagonista de um conjunto de lutas sociais para

conquista de direitos (água, terra, educação etc.), e, por conseguinte, pela garantia de um desenvolvimento sustentável. Segundo um dos fundadores do IRPAA, hoje Presidente da ONG, Harold Schistek "contextualizar não é reduzir ou limitar-se ao local, mas dá significado ao que se trabalha ao que se educa".

As redes sociais existentes que atuam no sentido de se consolidar a política de convivência com o semiárido são: A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), que é uma rede formada por mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciado em valores culturais e de justiça social. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos nove estados que compõem o Semiárido Brasileiro (AL, BA, CE, PE, PB, PI, SE, RN e MG). A ASA hoje é uma das principais referências de articulação da sociedade civil no Brasil, com mais de 600 organizações participantes[33].

O surgimento da ASA está diretamente relacionado ao processo de mobilização e fortalecimento da sociedade civil no início da década de 1990. Um dos mais marcantes foi a ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1993, com o objetivo de pautar a convivência com o Semiárido em contraposição à política governamental vigente na época.

Em 1999, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), em Recife, a sociedade civil organizada e atuante na região semiárida brasileira promoveu o Fórum Paralelo da Sociedade Civil. Esse fórum provocou grande repercussão nos níveis regional e nacional, dando visibilidade às questões do Semiárido brasileiro. Foi durante o Fórum que a Articulação Semiárida Brasileira – ASA - lançou a Declaração do Semiárido, se consolidando enquanto articulação e propondo, na oportunidade, a formulação de um programa para construir um milhão de cisternas na região.

Outra é a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), que se constitui em um espaço de articulação política regional da sociedade organizada, congregando educadores e educadoras e instituições Governamentais e Não-Governamentais, que atuam na área de Educação no Semiárido Brasileiro. Visa desenvolver ações que contribuam, de forma geral, com a melhoria da qualidade do ensino e do sistema educacional público do Semiárido. Sua função primordial é consolidar uma proposta político-pedagógica de educação para o SAB,

[33]Fonte: FÓRUM NORDESTE (1993); ASA (2001).

através do diálogo dos diversos sujeitos individuais e coletivos e suas experiências com a educação para a convivência com o Semiárido Brasileiro considerando a rica diversidade e opções metodológicas dessas[34].

O sociólogo espanhol Castells (2013), ao refletir sobre os movimentos sociais recentes e as manifestações da coletividade por meio de redes autônomas, admitiu que esse novo "espaço de autonomia" serve para a troca de informações e para a partilha de sentimentos coletivos de indignação e esperança.

> Os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais. A constituição de redes é operada pelo ato de comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações. Para a sociedade em geral, a principal fonte da produção social de significado é o processo da comunicação socializada. (CASTELLS, 2013, p. 15).

O mesmo sociólogo nos fornece uma elaborada conceituação de rede:

> Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. São mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede de fluxos financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede pública que governa a União Europeia [....]. São sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global da nova mídia no âmago da expressão cultural e da opinião pública, na era da informação. (CASTELLS, 1999, p. 498).

Pelo exposto, defende-se a construção de redes autônomas e fortes, constituídas pelos movimentos sociais, professores, pesquisadores comprometidos com a liberdade e a emancipação humana, para servirem, também, de contraponto às investidas cruéis e desumanas das redes globais a serviço do capital.

Ademais, acredito também que um dos instrumentos necessários e eficazes para a implementação da nova lógica da convivência com o semiárido é a educação, seja ela formal ou não formal, tendo como componente fundamental na formação o estudo de ética e cidadania, com responsabilidade social e ambiental, além de se partir do "local" para o "global", numa perspectiva multidisciplinar e integral.

Nesta direção da convivência com o semiárido surgem novos Programas, Leis,

[34]Extraído de: http://www.resab.org/resab.htm.

Projetos e Diretrizes e Políticas Nacionais, entre as quais se destacam: 1. O Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), elaborado e aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), resultado da quarta etapa da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS), realizada ao longo de 2013; 2. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, pelo Decreto nº 6.040/2007; 3. Programas de Educação e Cultura no Campo, de Fortalecimento do Cooperativismo, Projeto Dom Hélder Câmara, Dinamização Econômica dos Territórios Rurais, Programa de Ação Nacional de combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN). 4. Plano Safra específico para o Semiárido brasileiro, considerando o bioma Caatinga. 5. Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, iniciativa construída pela articulação do Semiárido (ASA) em parceria com as associações, STR, ONGs e Cooperativas. 6. Criação da Lei n. 14.922, de 18 de março de 2013, que institui a Política Estadual de Convivência com o semiárido para o Estado de Pernambuco. 6. Projeto de Lei 2447/07, do Senado, que torna lei a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e cria a Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD). 7. O Plano Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca para o Estado da Bahia (PAE/BA). 8. Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação, de 1996[35].

São vários os objetivos da política nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, entre os quais se destacam o uso de mecanismos de proteção, preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais; o fomento de pesquisas sobre o processo de desertificação; a educação socioambiental dos atores sociais envolvidos na temática e o apoio a sistemas de irrigação socioambientalmente sustentáveis em áreas que sejam aptas para a atividade.

Especialmente no ano de 2013 o IRPAA desenvolveu suas atividades voltadas à construção de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido, com o escopo de demonstrar a viabilidade econômica-social da região, por meio de práticas que afirmam as potencialidades e possibilidades sustentáveis existentes no Semiárido, dessa forma garantido à permanência do povo no Semiárido. Atuando também no incentivo e formação das mulheres e homens do campo, no fortalecimento das associações e grupos empreendedores, na luta pela democratização da comunicação e acesso a terra e de ações integrais e em redes para expansão

[35]www.mda.gov.br- incra.gov.br. acessado em 10 de março de 2015.

da educação contextualizada em espaços formais e não formais de educação, o que ampliou as possibilidades de uma melhor qualidade de vida para mais famílias sertanejas.

Segundo o Relatório Anual do ano de 2010, o IRPAA reconhece que, para a implementação da proposta de convivência com o semiárido, quatro ações devem ser instituídas: redistribuição e reordenamento das terras, conforme a realidade climática; produção apropriada às condições climáticas da região; captação, armazenamento e gestão adequada das águas e educação contextualizada à realidade local. Desta forma, o Instituto realiza suas ações de acordo com projetos e programas desenvolvidos a partir de quatro eixos principais: Água, Terra, Produção e Educação, além dos denominados eixos transversais como Políticas Públicas, Comunicação, Meio Ambiente, Gênero e Juventude.

Desde o ano de 1970 as ONGs dinamizam lutas sociais, levantam bandeiras e tentam impulsionar as sociedades para a promoção dos direitos humanos. Surgem com a decadência do Estado do Bem Estar Social e acompanham o impulso do projeto neoliberal.

No Brasil, as ONGs sem fins lucrativos ganham força a partir do processo de redemocratização política que ocorreu após a Ditadura Militar (1964-1985). Entretanto, foi a partir da década de 90 que surgiram as principais organizações não governamentais como o Instituto Ethos (1988) e a rede de ONGs da Mata Atlântica (1992) que reúne cerca de 310 instituições em 16 Estados[36].

Ao tratar sobre as origens e (des)caminhos das ONGs, Joana Coutinho[37] descreve que não obstante o termo "ONG" tenha sido utilizado na década de 1940, pela ONU, para designar diferentes entidades executoras de projetos humanitários ou de interesse público, no Brasil, a expressão se referia, principalmente, às organizações de "Cooperação Internacional", formada por Igrejas (católica e protestante), organizações de solidariedade, ou governos de vários países. Essas organizações priorizavam a ajuda às organizações e movimentos sociais nos países do sul, com o intuito de "consolidar a democracia". Lembra a professora que:

> Se na década de 1970 associavam-se aos movimentos sociais, a partir dos anos 1990, as ONGs estão submetidas a uma outra lógica: priorizam trabalhos em "parceria" com o Estado e/ou empresas; proclamam-se "cidadãs"; exaltam o fato de atuarem sem fins lucrativos. Desenvolvem um perfil de "filantropia empresarial"; mantêm relações estreitas com o Banco Mundial e com agências financiadoras ligadas ao grande capital, como é o caso das Fundações Ford, Rockfeller, Kellogg, MacArthur, entre outras.

(COUTINHO, Joana. p. 58)

Um elemento fundamental no contexto da convivência é a contraposição que se faz aos valores e princípios individualistas e competitivos inerentes ao modelo de desenvolvimento capitalista. Ao se buscar aprender a conviver com a natureza e suas adversidades, torna-se imprescindível saber conviver com o outro, partilhar com ele sua história, dúvidas, alegrias, dores, esperanças, a sua singularidade. Está com o outro. Assim, a convivência adquire outro sentido.

Conforme Silva, Roberto Marinho (2006), "o desafio fundamental a ser dado às novas orientações de desenvolvimento sustentável no Semiárido brasileiro é o de construir o sentido da convivência". Este autor (2006, p. 225-257) apresenta cinco "sentidos e significados da convivência". O primeiro aspecto relevante é a convivência com o meio ambiente, mediante o manejo e uso sustentáveis dos recursos naturais num ecossistema, sem inviabilizar a sua reprodução, em vista do equilíbrio do espaço comum vivido. Para garantir a perpetuidade dos ecossistemas frágeis, é importante aprender a viver em harmonia com o código da natureza, buscando a adaptação ao seu habitat, e não a partir de uma relação de estranhamento, de destruição ou de combate. Convivência é "viver com", estar junto com outros. Significa a possibilidade de interação e coexistência dentro de uma lógica de reciprocidade. (SILVA, 2006, p. 227)

Um segundo sentido diz respeito à economia da convivência, que remete à combinação dos princípios e valores da convivência com a viabilização das atividades econômicas necessárias ao desenvolvimento sustentável. Na dimensão econômica, a convivência consiste na capacidade de aproveitamento sustentável das potencialidades naturais e culturais em atividades produtivas e apropriadas ao meio ambiente. Isto é, são as práticas e métodos produtivos que devem ser apropriados aos ambientes, não o contrário. Para o autor, a perspectiva da convivência possibilita inverter as explicações sobre a baixa produtividade e os baixos rendimentos nas atividades econômicas no Semiárido, que culpabilizavam a natureza, a escassez hídrica e a baixa capacidade produtiva dos solos. Hoje há uma nova interpretação em sentido oposto afirmando que foi a falta de uma adequada compreensão sobre os limites e potencialidades da realidade semiárida que conduziram à introdução de atividades econômicas não adequadas, que terminaram por agravar ainda mais os problemas ambientais, quebrando o equilíbrio biológico existente e empobrecendo mais ainda as famílias sertanejas. Neste sentido, o autor defende o fortalecimento da agricultura familiar no semiárido, além das alternativas baseadas na agroecologia, no manejo sustentável

da caatinga, na criação de pequenos animais e nos projetos associativos e cooperativos, que expressam uma economia solidária. Advoga, ainda, a necessidade de se modificar a estrutura socioeconômica do semiárido, promovendo a justiça social no acesso aos recursos naturais, principalmente a terra e à água.

O terceiro sentido é o da convivência com a qualidade de vida, expresso na possibilidade de se viver bem com os outros seres em um lugar. A convivência com o Semiárido significa uma nova perspectiva do desenvolvimento, capaz de visualizar a satisfação das necessidades fundamentais como condição de expansão das capacidades humanas e da melhoria da qualidade de vida, concebida como redução das desigualdades, da pobreza e da miséria.

O quarto sentido diz respeito à dimensão da cultura da convivência. Esta requer a valorização e a reconstrução dos saberes da população local sobre o meio em que vive, sobre suas especificidades, fragilidades e potencialidades. Os processos formativos, sistemáticos e participativos, são fundamentais para o resgate e a construção de práticas alternativas. Ou seja, a dimensão cultural no que tange à formação de uma consciência sobre a realidade local e sobre as formas apropriadas de conceber, compreender e incidir em uma determinada realidade socioambiental. A convivência com o Semiárido é uma nova cultura, construída a partir de uma relação de proximidade entre ser humano e natureza. É por meio da observação dos fenômenos naturais, dos "comportamentos" das plantas e dos animais, em distintos momentos ou ciclos climáticos na Região, que os agricultores ampliam seus conhecimentos e formulam experimentações. A combinação desses saberes locais com os conhecimentos universais acumulados pela humanidade complementa o processo de educação para a convivência[.....]Em síntese, a cultura da convivência com o Semiárido está em processo de construção. No entanto, seus sentidos e significados estão subjacentes nas diversas práticas produtivas apropriadas, nas tecnologias alternativas e nos conteúdos das ações socioeducativas que têm sido desenvolvidos e disseminados nos últimos anos. (SILVA, 2006, ps. 252/256).

O quinto e último aspecto que corrobora o fortalecimento do sentido da convivência refere-se à dimensão política. A convivência emerge e se configura como uma proposta política de mobilização da sociedade e do Estado brasileiro para a implementação de políticas públicas apropriadas ao desenvolvimento sustentável na região semiárida. Conforme Carvalho (2012, p.134), essa "territorialização da convivência que está em construção é um processo de afirmação da ideia-projeto, que vai se manifestando através das ações para a

água, terra, produção, educação e uma série de outras demandas". E nesse âmbito há que se destacar as iniciativas de organização e mobilização da sociedade civil, por meio de redes de movimentos e organizações sociais, que propiciam a disseminação dos valores sociais da convivência com o Semiárido e pressionam pela melhoria de suas condições econômicas e socioculturais. Ao mesmo tempo aponta para a necessidade de políticas públicas permanentes e apropriadas que superem as estruturas legitimadoras de desigualdades, de concentração de terra, renda e água e favoreçam a expansão das capacidades humanas e dos grupos e organizações locais e regionais.

A proposta de aprender a conviver com o semiárido trabalha o sentido das coisas a partir da vida cotidiana. Opera na dimensão comunitária, através da atuação no nível micro, onde é possível desenvolver novas perspectivas para a reapropriação subjetiva da realidade e abrir um diálogo entre o conhecimento e os saberes tradicionais (MATTOS, 2004).

Para a lógica da convivência com o semiárido, o fenômeno do local é concebido fora do paradigma dominante. Nesta perspectiva de se conceber um novo desenvolvimento com novos significados identifica-se iniciativas, tanto governamentais, como de outros atores sociais, por meio de suas organizações civis. O certo é que a convicção e a ideia difundida de "combate à seca e aos seus efeitos", que predominou em quase todo o século XX, não resolveram os problemas enfrentados pelo semiárido.

Novos valores, novas consciências, novos conceitos e novos temas, como meio-ambiente equilibrado, a diversidade, as alternâncias, a convivência, os direitos humanos, a dignidade da pessoa humana, a cidadania ativa, entre outros têm mobilizado e inquietado a sociedade que tem buscado construir uma nova sociedade, não obstante os desafios, as forças contrárias e resistentes à mudança.

CAPÍTULO IV - O INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA – IRPAA, EM JUAZEIRO-BA

Figura 9 - Sede do IRPAA em Juazeiro-BA

Acervo da autora

4.1. Um pouco de sua história

Segundo relato de um de seus sócios fundadores e atual Presidente Haroldo Schistek[38] tudo começou a partir da década de 70 com a chamada "revolução verde", que desencadeou no mundo todo um repensar das bases da agricultura.

Particularmente o Município baiano de Juazeiro recebia, no ano de 1975, o Bispo Dom José Rodrigues que, identificado com a luta contra as misérias e injustiças e com a chamada Teologia da Libertação, organizou as primeiras Comunidades de Base da Igreja Católica naquele município.

Relata, ainda, Schistek (2015) que no início dos anos de 1981, com o intuito de registrar as consequências da grande seca de 1979 a 1983, percorreuem duas semanas, alguns Estados Nordestinos, acompanhado de dois repórteres, um fotografo e um jornalista enviados

[38]Haroldo Schistek é teólogo pela Universidade de Salzburgo, Áustria, agrônomo pela Universidade de Agricultura em Viena e pela Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco - UNEB- em Juazeiro, na Bahia. É idealizador do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, com sede em Juazeiro, fundado em 1990. Trabalha com assessoria relacionada a recursos hídricos, desenvolvimento rural, beneficiamento de frutas nativas, questões agrárias, entre outras áreas. É elaborador de apostilas, livros, relatórios. Ademais, acompanha e coordena programas junto de agricultores, dentro do conceito da Convivência com o Semi Árido. Atualmente integra a Coordenação Coletiva do IRPAA como Presidente.

pela Agência *Misereor*[39], criada pelos Bispos da Alemanha. "Ao chegarem a Juazeiro, puderam constatar na comunidade de Massaroca uma realidade diversa da que haviam presenciado, ou seja, ao invés de roças "esturricadas" pela seca, fome, miséria e migração, encontraram "roças de milho, alguns pés de mandioca, vários poços com cata-ventos e, por toda parte, criação de caprinos". O que fazia a diferença nesta realidade semiárida era a atitude adotada pelos agricultores e agricultoras diante da grande estiagem e o fato de incorporarem no dia-a-dia a lógica da convivência com o semiárido a partir da assessoria prestada pela Empresa Brasileira EMBRAPA e pelo Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD).

Cabe ainda destacar a contribuição valiosa do Bispo Emérito de Juazeiro Dom José Rodrigues, conhecido como "o Bispo dos Excluídos", no período de 1974 a 2003, para a construção e consolidação na caminhada pela proposta de Convivência com o Semiárido. Assim, se expressou, no site da entidade, outro técnico da ONG[40]:

> A partir dos anos 80, depois dessa grande seca, Dom José Rodrigues e outras pessoas da equipe [do Irpaa] começaram a discutir sobre a possibilidade de organizar um grupo de pessoas, uma instituição, que pudessem apresentar e criar junto com as comunidades soluções para os problemas provocados pelas grandes secas, nesse contexto nasce o Instituto.

Assim, imbuído pela crença na possibilidade de se viver bem na caatinga, não obstante a seca, desde que modificada a relação com a natureza semiárida, adotando-se uma atitude de convivência sustentável, o IRPAA, já constituído formalmente, passou a realizar sistematicamente encontros de formação com as comunidades rurais, inicialmente no município baiano de Pilão Arcado e depois se estendendo por todo o Território do São Francisco.

Foram dois os fundamentos que deram sustentação à criação do IRPAA: 1. Os modelos de produção mais comuns não funcionavam no semiárido. Seria preciso para essa

[39]MISEREOR é a Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento. Desde há mais de 50 anos, está comprometida com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. A ajuda de Misereor dirige-se a todas as pessoas que sofrem necessidade – independentemente da sua religião, raça, cor ou sexo. Não é só agência financiadora, é também uma organização que aprende que dialoga e que acompanha solidariamente a seus parceiros e tem por objetivo promover políticas públicas e um estilo de vida responsável que contemplem os interesses dos pobres nos países em desenvolvimento.

[40]Cícero Félix dos Santos é técnico agrícola e Coordenador Geral do IRPAA, atua nesta Instituição desde o ano de 1990. Extraído de: http// www.irpaa, acessado em 19 de março de 2015.

região outra maneira de produção, partindo do princípio de que existia um profundo conhecimento empírico de convivência; 2. Mais do que tecnologia, era preciso difundir um imaginário, uma ideia-força de que "a vida existe, segue e se perpetua também nas regiões secas". Visto sob essa perspectiva, o Instituto não atuava na revisão apenas de como fazer, mas suas ações se desenvolviam num entendimento do porquê e para quê.

A entidade sempre entendeu a necessidade da participação das comunidades rurais no processo de formação para, a partir dos saberes local e territorial, das reflexões dos problemas cotidianos, construir e reconstruir conhecimentos, adotar novas posturas, elevar o nível de pertencimento e, especialmente, intervir na realidade na perspectiva de transformá-la.

No início, os encontros de formação ocorriam nas comunidades, embaixo de umbuzeiros e juazeiros onde homens, mulheres e jovens do campo estudavam e refletiam sobre o clima, as chuvas, o solo, as plantas, animais, enfim, sobre o novo paradigma de desenvolvimento sustentado na convivência com o semiárido.

Em documento produzido pelo Instituto sobre a sua história e feitos[41], encontrou-se um pequeno relato sobre a sua fundação:

> Em 1990, o IRPAA com sua fundação, queria superar este paradigma da quase obrigatoriedade do insucesso e identificar o Semiárido Brasileiro como região própria, com seus problemas, mas também com suas soluções. Cunhamos então a frase "Convivência com o Semiárido", em contraposição ao firmemente enraizado "combate à seca". A finalidade do trabalho era divulgar e aplicar, na prática, novos conceitos, tecnologias, modos de vida, políticas públicas, que garantissem à população uma vida segura e contínua, apesar da característica climática instável. Sucedemos no sentido que, hoje em dia, ONG´s e os órgãos do Governo falam da "Convivência com o Semiárido - CSA". Porém, notamos que em muitos lugares trabalha-se a Convivência com o Semiárido de forma fragmentada, considerando apenas algumas vertentes, em detrimento de outras de maior importância. Assim nós propomos agora, continuando, sim, a divulgação à CSA, mas insistir na realização do conjunto, em seus mais importantes elementos, que impliquem na consolidação desta prática. A assistência técnica a partir da proposta da convivência com o semiárido é fundamental, para garantir uma vida melhor para os agricultores/as familiares do Território do Sertão do São Francisco.

Tem sido exatamente no sentido acima expresso que o IRPAA direciona seu trabalho, buscando, por meio de suas ações educativas, tratar dos diversos temas relacionados à convivência com o semiárido de forma interdisciplinar e abrangente, além de levar os agricultores e agricultoras a compreenderem o porquê dos acontecimentos, numa atitude

[41]Trilhando caminhos para a consolidação da convivência com o semiárido - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, 2010, p. 23.

dialética e dialógica. Entre estes agricultores e agricultoras grande parte é constituída de Comunidades Tradicionais, como, Quilombolas, Fundos de Pasto e Indígenas.

Ainda se pode encontrar em uma das suas diversas publicações[42], o seguinte relato da história do IRPAA:

> Nos primeiros anos, ainda sem sede própria, as/os técnicas/os do IRPAA visitavam as propriedades, indo ao encontro das famílias. Questionavam os modelos tradicionais de assistência técnica e buscavam ressignificar a prática das comunidades.
> A assistência às famílias se diferenciava na postura e nos processos.Nas visitas os/as colaboradores/as do IRPAA faziam levantamento dos saberes, as técnicas e a cultura produtiva das comunidades. "Foi a partir dessa relação, que se consolidou a ideia da Convivência com o Semiárido: conhecer como a população vivia para desenvolver formas de viver melhor".

A entidade tem por princípios e valores: a) O respeito e valorização do ser humano, independente de etnia, credo, gênero, e, sua de liberdade viver e lutar pelos seus direitos com humildade, ética e coerência em permanente vigilância e cuidado com o meio ambiente; b) A espiritualidade enquanto elo, nas relações, com a força maior do Universo; c) A necessidade da prática permanente de diálogo entre os saberes popular e científico, fundamentado na construção coletiva do conhecimento, para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos populares; d) A gestão compartilhada e transparente enquanto forma de incorporar a participação de todos nas decisões sobre a utilização dos recursos naturais, materiais e humanos, para garantir e prover a vida, valorizando a cultura e desenvolvendo a sociedade de forma sustentável.

Ademais, o IRPAA acredita, com base nas experiências já consolidadas e em construção, que, para se consolidar a proposta de convivência com o semiárido e o pleno desenvolvimento das famílias na região, quatro ações devem ser instituídas, a saber: a) Redistribuição e reordenamento das terras, em conformidade com a realidade climática; b) Produção apropriada às condições climáticas; c) Captação, armazenamento e gestão adequada das águas; d) Educação contextualizada à realidade local.

Para esse Instituto a convivência com o Semiárido é a sua maior e mais importante meta. Ao longo de sua existência, ao lado dos movimentos sociais, entidades de classe, ONGS, Empresas Públicas de Pesquisa, Universidades, Pastorais da Igreja Católica, entre outras, tem participado sistematicamente de diversas discussões e encontros para debater

[42]Convivência com o semiárido – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA – 20 anos trabalhando pela Convivência com o Semiárido, 2005, p. 20.

e demonstrar viabilidade econômica-social da região, além de apresentar exemplos de experiências produtivas que afirmam as potencialidades e possibilidades sustentáveis lá existentes, dessa forma garantido à permanência do povo no Semiárido. Neste sentido, tem desenvolvido tecnologias voltadas ao armazenamento de águas da chuva para uso próprio, animais e produção, todas se constituem em práticas alternativas carregadas de novos sentidos da convivência.

> A Convivência com o Semiárido é uma proposta de desenvolvimento que se pauta na lógica de um sistema de vida e de produção eficientes e sustentáveis, onde se busca, através da formação de uma consciência coletiva, constituir um equilíbrio ambiental e social, capaz de garantir melhor as condições de vida para as populações dessa região (IRPAA, 2002, p. 10).

Uma questão de grande relevância para o Instituto consiste na necessidade da formação, mesmo não institucionalizada, dos agricultores e agricultoras, num processo permanente, de forma educativa e pedagógica transformadoras, onde o conhecimento ocorre a partir da realidade concreta, singular e peculiar de cada educando. Não uma educação que viabilize a adaptação do sujeito ao meio, mas sim que viabilize a passagem de uma consciência ingênua a uma consciência crítica, capaz de promover o aumento da participação coletiva na construção da sociedade, que seja concretizada por uma relação verdadeiramente dialógica, democrática, horizontal, de mão dupla, entre educando e educador (FREIRE, 1998).

No sentir de Álamo Pimentel (2002) é “através das experiências vividas dentro do processo educativo que os sujeitos conhecem novas possibilidades de sentir, pensar e agir no Semi-árido”. (PIMENTEL, 2002, p. 54).

Ressalte-se, desse modo, que as práticas educativas que vêm sendo desenvolvidas pelo IRPAA, ao longo dos vinte e cinco anos no Território do São Francisco, sustentada na pedagogia da convivência, caracteriza-se, fundamentalmente, no reconhecimento e valorização da realidade local, considerando os saberes historicamente acumulados, as histórias de vida, as distintas culturas, a natureza semiárida possuidora de dificuldades e potencialidades, com o escopo de consolidar nesta região um novo paradigma de desenvolvimento.

Neste sentido, essa ONG atua, principalmente, no incentivo e formação das mulheres e homens do campo, no fortalecimento das associações e grupos empreendedores, na luta pela democratização da comunicação e acesso a terra e de ações integrais e em redes para expansão da educação contextualizada em espaços formais e não formais de educação, o que

tem ampliado as possibilidades de uma melhor qualidade de vida para mais famílias sertanejas. Ademais, o IRPAA busca com os processos de formação "capacitar multiplicadores de conhecimento e desenvolver novas práticas produtivas, fortalecendo as comunidades e, principalmente, gerando maior autonomia". (IRPAA, 2010, p. 25).

A equipe técnica do IRPAA é formada de 110 técnicos, sendo estes agrônomos, educador social, técnico agrícola, veterinário, pedagogo, coordenador de projetos sociais, gerente administrativo financeiro, coordenador administrativo, zootecnista, comunicador social, animador de campo, coordenador institucional, assistente administrativo, operador e assessor de sistema, assistente social, agente de desenvolvimento rural e jornalista. Todos atuam na direção da convivência com o semiárido.

Buscando, desde sua origem, o sentido das coisas que ocorrem e alteram a vida dos sertanejos e sertanejas vítimas do sistema que exclui e degrada, o IRPAA traz na sua própria denominação e logomarca um significado que o define e o singulariza. Neste diapasão, a entidade assim se apresenta oficialmente:

> Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada significa:
> Instituto: uma organização social que de um lado se preocupa com o aprofundamento dos conhecimentos em torno de sua finalidade, mas no outro dedica seu tempo em compartilhar os saberes.
> Regional: a área de atuação abrange a região do Semiárido Brasileiro.
> Pequena: para diferenciar em relação aos latifúndios e o agronegócio.
> Agropecuária: para que o Semiárido Brasileiro dê certo é preciso uma combinação inteligente entre plantios e pecuária.
> Apropriada: a agropecuária precisa está em sintonia com a natureza e os seres vivos. Em harmonia com a ecologia do Semiárido Brasileiro. E precisa estar de acordo com a vida das pessoas e sua cultura. (IRPAA, 2015, p. 06).

Destarte, pode-se inferir que mais do que significado a denominação do Instituto e as imagens da sua logomarca são carregadas de um sentido ideológico que demarcam um campo de atuação, um posicionamento político, além de que, entendida num contexto social, adquire amplos e inesgotáveis sentidos.

4.1.2. Os eixos de atuação do Instituto e seus significados no cotidiano

Para o cumprimento de suas metas, o IRPAA executa suas ações educativas de acordo com seus projetos, desenvolvidas por meio de cinco "eixos": Eixo Terra, Água, Produção, Comunicação e Educação. Todos eles atuam de forma integrada e articulada.

Cabe aqui discorrer sobre cada um destes eixos, pois através deles, o Instituto materializa a proposta de convivência com o semiárido junto às comunidades rurais do Território Sertão do São Francisco.

4.1.2.1. Eixo Terra

Diante da realidade injusta e desigual do semiárido baiano, especialmente a do Território Sertão do São Francisco já por demais conhecida e combatida pelo IRPAA e fundamentado em dados oficiais obtidos através de sites e órgãos públicos que apontam para um grave e crônico problema fundiário no Brasil, o Instituto desenvolve seu trabalho, por meio deste eixo, as questões ligadas à terra que revelem esta realidade e as formas possíveis de mudança.

Segundo o 10º Censo Agropecuário 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [43], o novo índice confirma a estrutura agrária nacional como uma das mais desiguais do mundo. Enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 hectares ocupam 2,7% da soma de propriedades rurais, as grandes fazendas com mais de um mil hectares concentram 43% da área total. Ao todo, cerca de 5,2 milhões de propriedades agropecuárias ocupam 36% do território nacional. O próprio Censo Agropecuário identifica problemas relacionados à concentração de terras. "Tanto no Nordeste, como, mais recentemente, no Centro-Oeste, a desigualdade vem acompanhando o processo de modernização produtiva e inserção ao competitivo mercado mundial de *commodities* agrícolas", afirma o relatório.

No Brasil as questões histórico-culturais estão fortemente assentadas no processo de colonização portuguesa, com o fomento de um modelo estrutural voltado para o exterior. A ocupação colonial foi caracterizada pelo regime de sesmarias, da monocultura e do trabalho escravo, fatores estes que, conjugados, deram origem ao latifúndio, propriedade rural sobre a qual se centrou a ocupação do espaço agrário brasileiro. Em termos jurídicos, as principais diretrizes nacionais a respeito das leis das terras foram implantadas entre o final do século XIX e nos últimos quarteis do século XX, com a Lei 601 e das Leis subsequentes[44], nas quais se concretiza o caráter mercantil da terra sob tutela estatal. Essa lógica se estende até meados do século XX, onde se ganham força importantes debates a respeito da reforma agrária

[43]http://www.ibge.gov.br/ - acessado em 11 de agosto de 2015

[44]Também conhecida como Leis das Terras, a lei Euzébio de Queiroz (601) foi promulgada em 1850. Em 1891é instituída a lei que aprovava a emissão de propriedade por parte dos Estados em detrimento da União. Na gestão do Castelo Branco, em 1964, foi instituída a primeira lei de Reforma Agrária no Brasil, a Lei n 4.504 (Estatuto da Terra).

(CARVALHO, 2010). Ressalte-se que a atual Constituição Federal Brasileira consagrou a "função social" da terra, explicitado no art. 5, inciso XXIII e arts. 184 a 186.

É necessário que se registre também que muito antes da nossa Carta Magna de 1988, a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, já restringia a propriedade da terra à sua função social, nos seguintes termos:

> Art. 2° É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.
> § 1° A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:
> a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
> b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
> c) assegura a conservação dos recursos naturais;
> d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

O Nordeste é a região do Brasil com maior concentração de terras. Além de sofrer sistematicamente os efeitos de sua vulnerabilidade climática, o tema da estrutura fundiária nesta região, continua presente, ou seja, a propriedade e a posse de grandes extensões da terra concentram-se, ainda, nas mãos de um número reduzido de pessoas.

O Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) registrou em abril/2012 que havia 605,4 milhões de hectares em poder de 5,4 milhões de imóveis, sendo que os imóveis com áreas com menos de 10 ha que são 34,1% do total ocupando somente 1,5% da área total perfilhando com área média de 4,7 ha, enquanto os com mais 100.000 ha (menos de 1%) ocupando 13% da área total com área média de 379.204,39 ha.

De um lado, grandes proprietários e fazendeiros; de outro, trabalhadores sem terra ou com insuficiente quantidade de terras, com desnível nas condições de vida e diferença profunda na posição relativa que ocupam frente às atividades agrárias (CELOS, 2007).

A concentração de terra resulta no agravante das condições sociais no Brasil, visto que essa concentração exclui a maioria dos agricultores. Nesse sentido Prado Júnior (1987) ressalta que:

> (...) por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta e indiretamente deriva de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente e

> de maneira acentuada, em beneficio de uma reduzida minoria. (PRADO, 1987, p. 15).

A questão agrária possui como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, gerado, principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e, consequentemente, a sua destruição e recriação. Nesse processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, produzindo inevitavelmente o conflito. Esse processo é inerente ao capitalismo e faz parte de sua lógica e de sua história (CELOS, 2007).

Pode-se afirmar que a luta pela terra no Brasil é um processo contínuo desde os movimentos messiânicos, das Ligas Camponesas até o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Contudo, todos os modelos de desenvolvimento rural adotados não avançaram no sentido de solucionar os problemas relativos a terra. Assim, sem desprezar as dificuldades, a reforma agrária representa um exercício de cidadania e luta contra a pobreza, fome, desemprego, pela soberania e segurança alimentares e contra o desrespeito aos direitos humanos.

Segundo dados fornecidos pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI[45], este Estado é o quinto do país em área territorial, com cerca de 564.692,67 km², correspondendo a 36,34% do Nordeste brasileiro. Deste total, 69,31% encontram-se na região semiárida.

A estrutura agrária do Estado da Bahia ocorre conjuntamente com a formação da propriedade agrícola brasileira. As terras baianas foram as primeiras a serem ocupadas pelos portugueses, fomentando a política colonial. Nesse período se aplicou modelos estratégicos de dominação territorial, as capitanias hereditárias e posteriormente as sesmarias, que logo foram expandidas para todo o território nacional. Essas estruturas produtivas foram desenvolvidas baseando-se na monocultura e na concentração de terras, a fim de viabilizar a atividade agrícola, conforme descrito por Furtado (2007).

A estrutura fundiária deste Estado é também caracterizada pela concentração de terras para a agricultura de exportação. Além disso, a distribuição de terras no Estado está intrinsecamente ligada às áreas com elementos geoambientais favoráveis à produção agrícola (PIRES; BISPO, 2006, p. 4). Pode-se afirmar que o Estado sempre se filia às diretrizes da reestruturação produtiva do capital.

[45]http://www.sei.ba.gov.br/ - Bahia em Números 2013, acessado em 11 de agosto de 2015.

No Território Sertão do São Francisco a disputa pela terra historicamente ocorreu de forma conflituosa. A partir do final da década de 70 destaca-se uma maior intervenção governamental nesta região através da construção de rodovias e da implantação de projetos de irrigação. Junto com os projetos de irrigação vieram o sistema de crédito rural e de incentivos fiscais, em especial da SUDENE, que destinaram enormes dotações de recursos subsidiados, dirigidos a grandes proprietários rurais ou transformando em grandes proprietários empresários de fora da região. Esse processo de reestruturação produtiva alterou profundamente as relações de produção na agricultura e a valorização das terras, colocando em risco várias formas de exploração tradicionais na região como os Fundos de Pasto e Quilombolas. As terras valorizadas passam a ser objeto de cobiça e conflito.

Outro grave problema ocasionado pela forma como funcionam os sistemas de irrigação nesta região associa-se à quantidade excessiva de água que depositam no solo, ocasionando aumento no processo de evaporação, que carrega para a superfície o sal depositado no subsolo. De acordo com coordenador estadual do setor de produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, Nildo Martins, a salinização afeta a germinação e a massa volumar das culturas, bem como seu desenvolvimento vegetativo, reduzindo a produtividade e, nos casos mais graves, levando à morte generalizada das plantas.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra – Secretaria Nacional – CPT, além dos desafios próprios do clima – em muitos casos, com a escassez de acesso à água, devido à irregularidade de chuvas –, mulheres e homens do campo precisam enfrentar dia após dia os grandes projetos de agronegócio e hidronegócio, que põem em disputa não só territórios, mas modos de vida.

O Sertão do São Francisco é um território onde os olhares do agronegócio estão atentos a qualquer movimento que coloque em risco o seu projeto de desenvolvimento. Esse setor ainda conta com o apoio governamental para fortalecer o seu projeto. Nesse território, agricultores e agricultoras familiares, indígenas, ribeirinhos entre tantos trabalhadores e trabalhadoras que vivem nessa região fazem um exercício diário de resistência a um sistema imposto que gera conflitos, doenças, descasos e mortes.

Dourado, José Aparecido Lima, (2013), em artigo intitulado “Agrohidronegócio e as Disputas Territoriais no Semiárido Baiano: Acesso a Terra e a Água em Ambiente de Conflito”, publicado pelo Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), afirmou:

> Historicamente, a realidade do Semiárido é associada à escassez hídrica e à fome, sendo dadas como motes para as discussões "prontas" e enviesadas sobre as desigualdades sociais vivenciadas por homens e mulheres, no processo de criação e recriação dos territórios da vida. De forma arquitetada, as questões políticas centrais e/ou estruturantes foram deixadas à margem do debate, de modo a perpetuar a estrutura de classe e assim manter até os dias atuais as precárias condições sociais em que se encontra grande parte da população residente nessa região. (DOURADO, 2013, p. 19).

Em estudo realizado pelo Professor Paulo José de Sousa Sobrinho, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, no ano de 2009, sobre o Desenvolvimento no Vale do São Francisco: Uma Análise Crítica destacou-se que desde o início da década de 1970 o Estado intensifica a intervenção no vale do São Francisco a partir de um modelo de desenvolvimento que altera substancialmente os modos de vida tradicionais da região e suas bases naturais. Destaca o professor que o Estado, ao executar obras de infraestrutura beneficia, através de financiamentos e assistência técnica, sobretudo os grandes grupos empresariais oriundos de outras regiões, além de expropriar as comunidades tradicionais camponesas. Acrescenta, ainda, a implementação de um modelo educacional destinado à reorientação dos saberes e expectativas dos sujeitos sociais locais para viabilizar a nova lógica: a econômica de mercado. (SOBRINHO, 2009)

> São premissas que embasam nossa interpretação e posicionamento frente aos acontecimentos constantes da expansão do modo capitalista de produção no vale do São Francisco, cuja intromissão nos modos de vida tradicionais, implica em alterações nos sentidos da sua existência; na medida em que interferem nos processos produtivos e de organizações sociais comunitárias. Os principais fatores constitutivos destes modos de ser, de reproduzir-se (tais como a terra, o trabalho, a propriedade, a família, interrelacionados), tem sua significação alterada no âmbito da existência e reprodução do grupo. Tendem, portanto, a metamorfosear-se, a incorporar uma outra forma social, a de mercadoria, num outro contexto, o da racionalidade econômica cuja individualização, a quebra dos tradicionais laços comunitários, tende a ser a principal resultante.(SOBRINHO, 2009, p. 34).

Para o IRPAA a terra é a base para a convivência com o semiárido. Desta forma, as diversas atividades desenvolvidas pelo Instituto atuam com a proposta de discutir a injustiça decorrente da má distribuição de terras, além de debater formas de manejo, uso sustentável da terra, entre outros.

Ainda para o Instituto os principais obstáculos de entrave à realização da democratização das terras no Brasil se encontram nos interesses de classes antagônicas, estrutura política e no sistema judiciário brasileiro. O modelo de desenvolvimento brasileiro

continua tendo como prioridade o favorecimento de grandes empresas usando vários mecanismos, entre eles está o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.Assevera que esse modelo potencializa uma disputa e cobiça pelas terras, sobretudo as de comunidades tradicionais, pois para expandir o agronegócio para especulações, implantação de parques eólicos, grandes projetos e extração mineral, necessitam-se de grandes áreas de terra. As consequências disso são: aumento de conflitos agrários e concentração de terra, violência no campo, ameaças e assassinatos de pessoas que defendem a vida, ameaça à permanência das comunidades tradicionais, entre outras. Representantes de movimentos, organizações sociais e comunidades tradicionais continuam sendo criminalizados e a mídia "apresenta" as mesmas como bandidos e baderneiros.

Deste modo, as principais atividades desenvolvidas pelo Eixo Terra visam contribuir para o apoio e permanência das famílias nas suas comunidades tradicionais e a melhoria das condições de vida, de modo mais evidente as comunidades de Fundos e Fechos de Pastos. Uma das prioridades é o apoio no processo de auto-identificação, auto demarcação e pressão ao Estado da Bahia, para que o mesmo realize a democratização e regularização da terra e territórios tradicionais. Merece destaque a luta empreendida no sentido de que as famílias tenham acesso a terra em tamanho suficiente, considerando as características da região semiárida, principalmente para que possam atender a demanda de produção agrícola e criação de animais de pequeno e médio porte, além de reservar área para preservação da Caatinga, aguadas e tecnologias sociais.

Em entrevista a mim concedida em julho de 2014, o pedagogo e coordenador de projetos do IRPAA, José Moacir dos Santos que já atua no mesmo há mais de vinte anos, ao ser questionado sobre as condições de vida cotidiana das comunidades rurais do Território do Sertão do São Francisco, respondeu que:

> As comunidades ainda vivem num estágio de sobrevivência. Com os vários programas sociais já não se morre de fome ou de sede, porém não tem independência financeira, não tem infraestrutura para o desenvolvimento de atividades mais estruturantes. A grande maioria ainda não tem a garantia da permanência na terra e na maioria dos casos detém a posse da terra em quantidade menor que a necessária para o pleno desenvolvimento de suas atividades. (José Moacir dos Santos. Entrevista realizada em 31 de julho de 2014).

Segundo informação prestada pelo IRPAA[46], na região Semiárida existem cerca de dois milhões de estabelecimentos agrícolas familiares (segundo Censo Agropecuário de 1995), correspondendo a 42 % de unidades agrícolas do pais. No entanto, ocupam somente 4,2 % do total da área agrícola. Cerca de 90% dos estabelecimentos agrícolas familiares possuem menos de 100 ha e 65 % tem menos de 10 ha. Assim, o principal problema é o minifúndio, onde as famílias possuem áreas em tamanho insuficiente para garantir o seu sustento. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA existem lugares em que uma família, para uma utilização rentável e não danoso ao meio-ambiente precisa de uma área no tamanho de até 300 ha. Assim, torna-se necessária uma política de Reforma Agrária que considere também esses fatores.

Segundo Castro (2011), em estudo baseado na situação recente da agricultura nordestina, com base nos dados do Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um aspecto que deve ser ressaltado diz respeito ao contraste entre o número de estabelecimentos da agricultura familiar e a área ocupada por esses estabelecimentos e a equivalência desses números para a agricultura não familiar. Enquanto existem no Nordeste mais de dois milhões de estabelecimentos agropecuários enquadrados no perfil da agricultura familiar, existem poucos mais de 250 mil estabelecimentos enquadrados como não familiar. Entretanto, os estabelecimentos da agricultura familiar ocupam uma área de aproximadamente 28 milhões de hectares comparados com os aproximadamente 41 milhões de hectares dos estabelecimentos não familiar, o que demonstra uma considerável concentração fundiária. (CASTRO, 2011, p. 11).

Destacam-se, a seguir, algumas atividades desenvolvidas pelo Eixo Terra, junto às comunidades do Território do Sertão do São Francisco[47]: a) Campanha pelo limite da propriedade da terra; b) Acompanhamento e apoio a luta das comunidades contra a imposição de leis ambientais incompatíveis com a tradição dos Fundos de Pasto; c) Participação na articulação de uma ação conjunta de todos os movimentos de luta pela e na terra, para forçar o governo a iniciar o trabalho de descriminalização das terras; d) Participação das discussões do Fórum Território Sertão do São Francisco - TSSF, na Câmara Temática pela democratização da terra, para incluir nas diretrizes do Território um programa de descriminalização e regularização das terras dos dez municípios que o compõem; e) Participação na articulação contra os grandes projetos, principalmente as hidroelétricas e transposição do Rio São

[46]Trilhando Caminhos para a consolidação da convivência com o semiárido. (Relatório anual 2010, IRPAA, p. 06).
[47]Trilhando Caminhos para a consolidação da convivência com o semiárido. (Relatório anual 2010, IRPAA, p. 11).

Francisco, em parceria com as comunidades quilombolas, povos indígenas, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, CPT e Conselho Pastoral dos/as pescadores/as. Este Eixo também foi responsável pela elaboração da cartilha "Terra pra Viver".

4.1.2.2. Eixo Água

Para o IRPAA o problema principal no semiárido não é a escassez da água, mas sim a desigualdade social e exclusão de acesso aos direitos humanos básicos como terra, água e alimento. Pode-se encontrar logo na entrada da sede do IRPAA a seguinte frase de autoria de Dom José Rodrigues e cotidianamente utilizada nas atividades do Instituto: "No semiárido não falta água, falta justiça".

A água é um elemento da natureza indispensável à vida. A Constituição Federal Brasileira, lei maior do País, tutela a água como um bem de uso comum do povo, ou seja, que não pertence a uma entidade privada ou a uma entidade pública, mas sim a toda uma coletividade indeterminada.

A Lei n.º 9.433 de 8 de janeiro de 1997 que instituiu a Política Nacional dos Recursos Hídricos, deixou expresso logo no artigo primeiro que se constitui como um dos fundamentos dessa política nacional o fato de considerar a água como bem de domínio público.

> "*Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:*
> *I - a água é um bem de domínio público.*"

Para a Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA [48]– (rede formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG´s, Oscip e que defende também projeto político da convivência com o Semiárido), o Semiárido tem a maior parte do seu território coberto pela Caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, rico em espécies endêmicas, ou

[48]A Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA foi criada a partir do processo de mobilização e fortalecimento da sociedade civil no início da década de 1990. A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG´s, Oscip, etc. Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciado em valores culturais e de justiça social. Desenvolveu o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, que hoje abriga todas as ações executadas pela rede como os programas Um Milhão de Cisternas (P1MC), Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Cisternas nas Escolas e Sementes do Semiárido. As ações da ASA estão pautadas, principalmente, na cultura do estoque de água, alimentos, sementes, animais e todos os elementos necessários à vida na região.

seja, que não existem em nenhum outro lugar do mundo. A composição florística da Caatinga não é uniforme em toda a sua extensão. Apresenta grande variedade de paisagens, de espécies animal e vegetal, nativas e adaptadas, com alto potencial e que garantem a sobrevivência das famílias agricultoras da região. Destaca ainda a Rede, que outra característica do Semiárido brasileiro é o déficit hídrico, mas que não significa falta de água. Pelo contrário, é o semiárido mais chuvoso do planeta. A média pluviométrica vai de 200 mm a 800 mm anuais, dependendo da região. Entretanto, as chuvas são irregulares no tempo e no espaço e a quantidade de chuva é menor do que o índice de evaporação, que é de três mil mm/ano, ou seja, a evaporação é três vezes maior do que a de chuva que cai.

Segundo a ASA[49] as famílias precisam se preparar para a chegada da chuva. Ter reservatórios para captar e armazenar água é fundamental para garantir segurança hídrica no período de estiagem, a exemplo das cisternas domésticas, cisternas-calçadão, barragens subterrâneas e dos tanques de pedra.

Segundo a EMBRAPA/CEPATSA Petrolina, quanto às condições climáticas, o semiárido brasileiro se caracteriza por apresentar balanço hídrico negativo, cujas precipitações pluviométricas médias anuais são iguais ou inferiores a 800 mm, evaporação de 2.500 mm/ano e temperaturas médias anuais de 23º a 27º C, com ocorrências de secas periódicas, que determinam o sucesso da atividade agropecuária e, principalmente, a sobrevivência das famílias (Moura, et al. 2007). Em consequência do comportamento das chuvas, associada à reduzida capacidade de retenção de água na maioria dos solos desse espaço geográfico e a baixa capacidade de absorção de tecnologias pela maioria dos diferentes extratos de produtores do segmento da agricultura familiar, grande parte desta população é altamente dependente da água de chuva, uma vez que os rios apresentam regime temporário, com exceção dos rios São Francisco e Parnaíba, e outros poucos perenizados.

O território baiano compartimenta-se em 13 bacias hidrográficas. A maior delas é a Bacia do Rio São Francisco, com grande potencial hidrelétrico e onde se encontram usinas de grande porte, como as de Sobradinho, Paulo Afonso e Itaparica. A Bahia apresenta uma variação pluviométrica com quantidade e distribuição anual das precipitações diminuindo do litoral para o interior, ou seja, no sentido leste/oeste. Os valores variam de 2.600 mm no litoral, de Salvador a Ilhéus, a 400 mm anuais no extremo norte do estado, caracterizando uma diversidade que apresenta climas úmido, úmido a subúmido, semiárido a árido.

[49] http://www.asabrasil.org.br/ - acessado em 11 de setembro de 2015.

A partir dos estudos de dados fornecidos pela EMBRAPA sobre o volume de chuva anual ocorrido em Juazeiro-BA[50], no período compreendido entre os anos de 1990 a 2014, o IRPAA apresenta as seguintes informações: a) a quantidade de água de chuva em Juazeiro-BA durante todo o período foi de 11.865 mm ou então 11,86 metros de altura de água. Se nada tivesse evaporado, infiltrado, escorrido, esta cidade estaria embaixo de uma camada de água de quase 12 metros de altura; b) a chuva é abundante, porém irregular. Existem anos com uma precipitação de chuva maior e outros anos, bem menor. O que não representa nenhuma anormalidade, já que esse fenômeno é uma característica normal do clima da região; c) a vegetação nativa resiste bem às irregularidades do clima. As sementes da caatinga, se não encontram chuva suficiente, esperam para brotar no ano depois; d) a maioria das plantas da caatinga possuem mecanismos de reserva onde estocam água e nutrientes para passar os períodos mais secos; e) se o clima fosse mortífero, nenhuma planta teria sobrevivido 8 a 10 mil anos de clima semiárido. E conclui que: "conviver com o semiárido é, portanto, saber aproveitar os benefícios que a natureza nos dá".

Assim, o IRPAA tem como objetivo geral, através do eixo água, a consolidação da convivência com o semiárido, por meio do fortalecimento das organizações sociais e implementação de políticas públicas a nível municipal, regional e nacional que priorizem a terra, a água, a produção e a educação como áreas estratégicas do desenvolvimento econômico, ecológico, político, social e cultural no Semiárido brasileiro.

Segundo o Instituto, a abordagem do eixo para o manejo da água no semiárido vem sendo feita de várias maneiras, fundamentadas numa visão mais atualizada sobre gestão integrada das diferentes fontes de água como da chuva, da superfície, do solo e do subsolo (com destaque especial ao armazenamento da água da chuva). Entretanto, assevera que o problema principal da água no semiárido não é a sua escassez e sim o acesso à água, não somente pela irregularidade das chuvas ou do subsolo impróprio para armazenamento, mas, sobretudo, pela concentração das terras e das fontes de água nas mãos de latifundiários e empresas do agronegócio com a consequente exclusão da maioria do povo.

Questionada sobre o modelo de desenvolvimento que predomina nesta região do São Francisco, a pedagoga do IRPAA, Edineusa Ferreira Sousa respondeu:

> Esta região sempre foi marcada pelo modelo de desenvolvimento capitalista/colonialista, onde os investimentos econômicos tem favorecido ao agronegócio, promotor da injustiça e da desigualdade social. Um modelo que

[50]IRPAA - Cartilha: 25anos trabalhando pela convivência com o semiárido, 2015, ps. 40/42.

> gera concentração de terras e água e riqueza para poucos, onde os verdadeiros donos das terras, que são os agricultores/as tornam-se reféns do trabalho escravo nos grandes projetos de irrigação. (Entrevista realizada em 21/07/2014).

Um grave problema ocasionado pela forma como funcionam os sistemas de irrigação executados nesta região associa-se à quantidade excessiva de água que depositam no solo, ocasionando aumento no processo de evaporação, que carrega para a superfície o sal depositado no subsolo. De acordo, ainda, com Coordenador Estadual do Setor de Produção do MST, Nildo Martins, a salinização afeta a germinação e a massa volumar das culturas, bem como seu desenvolvimento vegetativo, reduzindo a produtividade e, nos casos mais graves, levando à morte generalizada das plantas.

O Eixo Água está organizado em três linhas de ação[51]: 1. Gestão participativa no uso e preservação dos recursos hídricos; 2. Cooperação técnica e educativa; 3. Água e meio ambiente: prevenção aos efeitos da seca, mudança climática e desertificação.

Ressalte-se que para cada uma das três linhas de ação destacadas há claramente definido os objetivos a alcançar. Entre estes destaco a contribuição para a preservação e o enfrentamento dos efeitos de estiagens prolongadas, realizando ações estratégicas de controle da degradação ambiental em parceria com as comunidades, movimentos populares e governos.

O IRPAA, ao longo dos seus 25 anos de trabalho pela Convivência com o Semiárido, vem defendendo a universalização da água. Nessa perspectiva, sustenta as cinco linhas de luta pela água: 1. Água para o consumo humano; 2. Água da comunidade; 3. Água da produção; 4. Água de emergência; 5. Água do Meio Ambiente. Assim, as tecnologias de captação e armazenamento de água de chuva e os cursos sobre gestão de recursos hídricos,

---

[51]Trilhando caminhos para a consolidação da convivência com o semiárido, 2010, ps. 16/21.

[17] O IRPAA, através do Eixo Água, já publicou e continua publicando livros, cartilhas e materiais didáticos voltados à convivência com o semiárido, entre os quais se destacam:

1 - A busca da água no sertão: 4º Edição, ampliada e revisada, 2001 (1ª reimpressão com pequenas alterações 2003. 5ª Edição, ampliada e revisada 2011).

2 - Cada gota é importante: 1ª Edição- dezembro de 1999(Maria F.Oberhofer, IRPAA). 2ª Edição, agosto 2001(mobilização para a semana da água). 3ª Edição- Ampliada e revisada, 2008.

3 - No Semiárido, viver é aprender a conviver conhecendo o semiárido em busca da convivência, 2007.

4 - Captação de água de chuva para populações rurais em regiões áridas e semiáridas, 2012

5 - Historia do pingo d'agua: pingo o defensor das águas, 1ª edição- 2004; 2ª edição-2008.

6 - Construção de cisternas de tela de arame, 1998.

7 - Redescobrindo o CALpara construir cisternas, 1998.

8 - A gota d'agua nos ensina, 1ª edição- 2000; 2ª edição- 2002.

9 - Recaatingamento, manejo sustentável da caatinga, 2011.

10 - Mutirão: Mulher e Homem no nordeste,

11 - Agricultura Familiar orgânica com irrigação no sertão, 2003

12 - A trilha da água, 1ª Edição- 2003; 2ª Edição- 2007.

entre outras temáticas voltadas para a Convivência com o Semiárido, desenvolvidas pelo Instituto, têm contribuído, satisfatoriamente, para melhoria da produção agrícola das famílias do Território Sertão do São Francisco.

Através do Eixo água foram construídos barreiros, cisternas de produção, cisternas calçadão, barragens subterrâneas, barreiros trincheiras familiares, barreiros trincheiras comunitários, aguadas, quintais produtivos, entre outros que vêm contribuindo com a discussão e difusão de tecnologias e práticas apropriadas ao Semiárido e assegurando às famílias de agricultores e agricultoras da caatinga condições dignas, proporcionando certa independência produtiva e alimentar.

Pode-se afirmar que a captação e armazenamento da água de chuva e o manejo sustentado de recursos naturais na Caatinga são práticas carregadas de novos sentidos da convivência.

4.1.2.3 Eixo Produção

Além da concentração de terras e de água, a falta de uma política de crédito e acompanhamento técnico continuado voltado para atender às reais necessidades da população rural, desde aquela que vive e desenvolve sistemas de produção agrícola ou animal em áreas de sequeiro, àquela que desenvolve cultivos de subsistência em pequenas áreas irrigadas são causas limitadoras do desenvolvimento da agricultura familiar no semiárido baiano.

A definição de propriedade familiar , segundo o inciso II do artigo 4º da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, apresenta a seguinte redação:

> Art. 4º Para os efeitos desta Lei definem-se:
> [.....]
> II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

Carmo (1999), abordando o perfil da agricultura brasileira, se refere à agricultura familiar como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção / rentabilidade econômica, mas levam em consideração também as necessidades e objetivos da família. Contrariando o modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados.

Oliveira (2000) evidenciou as vantagens da produção familiar como espaço ideal e privilegiado para consolidação de uma agricultura de base sustentável:

> A lógica de funcionamento das explorações familiares, baseada na associação dos objetivos de produção, consumo e acumulação patrimonial, resulta num espaço de reprodução social cujas características de diversidade e integração de atividades produtivas vegetais e animais, ocupação de força de trabalho dos membros da família e controle decisório sobre todo o processo produtivo são sensivelmente mais vantajosos ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável que as explorações capitalistas patronais. (OLIVEIRA, J. T. A, 2000, p.100).

Schneider (2006), ao estudar a agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno, apresenta elementos que se consideram úteis na elaboração de uma definição mais abrangente para compreensão da categoria social denominada agricultores familiares, a partir da perspectiva de análise mais geral das formas familiares de organização do trabalho e da produção existentes no interior da sociedade capitalista contemporânea.

Assim, para o autor, o primeiro elemento diz respeito à forma de uso do trabalho. As unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho dos membros da família que, por sua vez, podem contratar, em caráter temporário e excepcional, outros trabalhadores. O segundo refere-se aos obstáculos oferecidos pela natureza, que impedem uma eventual correspondência, em essência, entre a atividade produtiva agrícola e industrial e o terceiro elemento ele extrai da teoria social. Entretanto, para Schneider o elemento central que patrocina a relativa estabilidade e exerce um papel regulador entre os diferentes aspectos é a própria natureza familiar das unidades agrícolas, que está assentada nas relações de parentesco e de herança existentes entre seus membros. Entende o autor que é no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam, ao mesmo tempo, a persistência e a sobrevivência de certas unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras. Assevera que as decisões que são tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral. (SCHNEIDER, 2006).

> Mesmo que em certos casos as unidades familiares estejam submetidas a determinados condicionantes externos como, por exemplo, o monopólio de preços ou os diferentes tipos de mercado (de trabalho, de crédito, de produtos e insumos, entre outros), o fato de estruturarem-se com base na utilização da força de trabalho de seus membros permite que determinadas

> decisões se tornem possíveis, o que muitas vezes um agricultor amplamente inserido na dinâmica capitalista, contando com a contratação de assalariados, não poderia concretizar ou sofreria fortes restrições. Isso não significa concordar com a ideia de que essa especificidade do caráter familiar seja suficiente para explicar por que algumas unidades conseguem reproduzir-se ou resistir, mesmo em condições adversas.
> A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com oambiente e o espaço em que estão inseridas. Nele os indivíduos e a família devem levar em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos. Desse modo, a reprodução não é apenas o resultado de um ato da vontade individual ou do coletivo familiar, e tampouco uma decorrênciadas pressões econômicas externas do sistema social. A reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos. Nesse processo cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidade e reprodução. (SCHNEIDER, 2006, p.06).

A professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley[52] (2000) destaca dois fatos de grande importância que marcaram as transformações recentes do mundo rural brasileiro.

> De um lado, pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi reconhecida oficialmente como um ator social. Anteriormente eram vistos como os pobres do campo, produtores de baixa renda ou pequenos agricultores. Hoje, os agricultores familiares são percebidos como sendo portadores de uma outra concepção de agricultura diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país. O Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) estabelecido no Brasil durante os anos 90, apesar de todas as limitações impostas à sua adoção efetiva, constitui uma expressão dessa mudança. Por outro lado, a forte e efetiva demanda por terra realizada pelos movimentos sociais rurais, fez surgir na reforma agrária um setor de assentamentos. Uma das principais consequências desses dois fatos é a revalorização do meio rural, percebido como espaço de trabalho e de vida. Isso encontra expressão na demanda pela permanência na zona rural ou retomo à terra. Essa "ruralidade" da agricultura familiar que povoa o campo e anima a vida social, opõe-se ao absenteísmo praticado pela agricultura latifundiária, que esvazia e depreda o meio rural. Essa nova "ruralidade" opõe-se ao mesmo tempo à visão centralizada na urbanização dominante na sociedade e à percepção de um meio rural sem agricultores. (WANDERLEY, 2000, p. 29).

Cabe afirmar que grande parte da agricultura familiar é exercida, aqui no Território do Sertão do São Francisco, por Comunidades Tradicionais de "Fundo de Pasto", onde mais que uma propriedade coletiva, elas correspondem a uma ausência de propriedade e

[52]* Maria Nazaré B. Wanderley é professora aposentada da UNICAMP e professora do PPGS/UFPE. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 ministrada no CPDA/UFRRJ.

a um direito de uso generalizado entre os membros de uma mesma comunidade sobre os solos e sobre seus recursos naturais (WEBER, 1995). Essas "terras comuns" fazem parte do patrimônio coletivo de comunidades rurais. Ressalte-se que a maioria das ações educativas desenvolvidas pelo IRPAA, nesta Região, é voltada para tais comunidades e, exatamente, uma destas comunidades de fundo de pasto situada no Município de Uauá-BA - Comunidade Testa Branca - foi objeto do presente estudo e investigação, o que me permitiu compreender a importância de tais comunidades na vida produtiva e sustentável das famílias que lá residem há mais de cem anos.

Entendo que para se enfrentar os desafios do desenvolvimento local sustentável devem-se centrar esforços na participação dos produtores e na descentralização sistemática dos aparelhos decisórios.

O programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF enquadra os produtores rurais como beneficiários de linhas de crédito rural quando atendem aos seguintes requisitos: sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária; residam na propriedade ou em local próximo; detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo 6 (seis) módulos quando tratar-se de pecuarista familiar; com 80% da renda bruta anual familiar advinda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento e mantenham até 2 (dois) empregados permanentes – sendo admitida a ajuda eventual de terceiros.

Em artigo intitulado “Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate”, escrito por Cidonea Machado Deponti em 2007, publicado pela Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, a autora concluiu que a agricultura familiar entendida como uma categoria social não torna possível a construção de uma Teoria Social, mas sim de uma perspectiva teórica que permita a compreensão da realidade. Para a perspectiva neomarxista o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea precisa ser reconhecido pela sociedade e pelo Estado, necessitando de políticas públicas que assegurem sua reprodução. Para os marxistas clássicos seu lugar será conquistado num mundo rural diferenciado que considere não só as atividades produtivas convencionais, mas a produção de serviços e bens não-agrícolas. E, para a perspectiva camponesa, o lugar da agricultura familiar sempre foi subalterno e secundário, sendo impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, mas marcado por lutas para a manutenção de seu patrimônio sociocultural.

Para o IRPAA, principalmente o cultivo e as práticas de produção não apropriadas à região, o alto custo da produção, a baixa qualidade e o não beneficiamento dos produtos, a competição com os respectivos substitutos sintéticos e a fragilidade nas organizações dos trabalhadores e trabalhadoras familiares, fazem com que se restrinjam os canais de comercialização, trazendo um baixo retorno econômico e levando a uma progressiva descapitalização da população rural.

Em artigo publicado pelo Instituto[53] obtém-se a informação de que a agricultura familiar está concentrada nos pequenos municípios rurais e equivale a 90% do total de municípios baianos. O que exige a adoção de políticas efetivas e capazes de contribuir para a transformação da vida das pessoas, em todas as suas dimensões (econômica, social e política). O mesmo artigo apresenta números importantes e, ao mesmo tempo, controversos, sobre a realidade rural da Bahia que, para o Instituto, é quase sempre esquecida nos investimentos públicos e nas preocupações governamentais.

Em 2010 foi instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, através da Lei 12.188. Apesar de a Lei ser um marco para a ATER no Brasil, há 11 anos o governo brasileiro já tinha retomado apoio as ações de ATER com a criação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) na Secretaria de Agricultura Familiar, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003. A partir disso, os estados brasileiros começaram a criar suas políticas e planos de ATER, a exemplo da Bahia, que a política e o programa foram instituídos em 2011, com a Lei 12.372.

Com a instituição da Política e do Programa de ATER pelo Governo Lula, recursos do Orçamento Geral da União foram garantidos para entidades credenciadas prestarem o serviço de assistência técnica junto às famílias camponesas. Antes disso, o país não tinha recursos da União para tal assistência desde os anos de 1990, quando foram extintas as empresas de ATER no país.

Nos últimos anos, o IRPAA vem desenvolvendo em alguns municípios/comunidades do Território Sertão do São Francisco, ações de Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER, com recursos governamentais, na ótica da Convivência com o Semiárido, considerando as especificidades da região, as características do clima, a sustentabilidade dos ecossistemas, a produção agroecológica e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

---

[53]* Artigo publicado no site do IRPAA, link: Produção, em www.irpaa.org. Acessado em 01 de setembro de 2015.

A partir da concepção da Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER, como serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, se promovem processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, questões fundiárias, de captação e manejo da água da chuva, produção agropecuária agroecológica, educação contextualizada, protagonismo juvenil, viabilidade socioeconômica dos empreendimentos da agricultura familiar e organização da produção para comercialização. Todos estes são elementos fundamentais que contribuem para o empoderamento e auto sustentação das famílias no campo, garantindo assim segurança alimentar e nutricional, inclusão sócio produtiva e melhoria da qualidade de vida das famílias, tendo cada vez mais uma vida melhor, minimizando os efeitos da pobreza extrema no Semiárido.

Há cerca de oito anos, o IRPAA passou a ser uma entidade prestadora das ações de ATER, realizando ações técnicas-educativas baseadas na proposta de Convivência com o Semiárido defendida pela entidade. O trabalho de ATER desenvolvido pelo Instituto busca, sobretudo, estimular o público beneficiário a conhecer melhor as especificidades da região, a exemplo das características do clima, a sustentabilidade dos ecossistemas, a produção agroecológica, considerando a importância de tudo isso para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Até 2014, no Território Sertão do São Francisco, a Assessoria Técnica e Extensão Rural realizada pelo IRPAA alcançou 15.680 famílias de pequenos/as agricultores/as, envolvidas em um processo metodológico participativo, que promove e reconhece o conhecimento popular e não apenas o saber científico, acadêmico. Para o Coordenador Institucional do IRPAA, Tiago Pereira Costa, a existência da lei para os povos desta região é uma das possibilidades para consolidar a Convivência como Semiárido, além de ser uma ruptura com os tradicionais pacotes da "Revolução verde", disseminados pelas ações extensionistas de um passado não muito distante. "O nosso trabalho continua sendo o que desenvolvíamos na década de 90, empoderando as famílias", afirma Costa.

Para o IRPAA, a Assessoria Técnica faz parte de um conjunto de ações desenvolvidas junto a estas famílias, que buscam promover qualidade de vida para os povos camponeses, através da inclusão sócia produtiva; protagonismo juvenil; educação contextualizada; produção, beneficiamento e comercialização da produção de base familiar; serviços agropecuários e não agropecuários; qualificação acerca de questões fundiárias; captação e manejo da água da chuva; produção agropecuária agroecológica. Esse conjunto

vem contribuindo para a redução da pobreza extrema no Semiárido, especialmente no sertão baiano, promovendo a inclusão de famílias que viviam excluídas do processo de desenvolvimento no meio rural.

Nesse contexto, o IRPAA vem participando dos debates e reflexões sobre quais rumos se devem tomar para a concepção, gestão e implementação de políticas públicas que busquem fomentar um desenvolvimento rural sustentável. As demandas construídas nesses espaços buscam sempre a negociação e execução de programas e projetos que possam resultar num efetivo fortalecimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, garantindo a permanência das famílias no campo, com boas condições de vida.

Acrescente-se que a entidade vem, ao longo dos anos, discutindo com diversas comunidades do Território Sertão do São Francisco, as possibilidades de manejo e uso do solo, animais e plantas para a produção agrícola, pecuária e extrativista para a alimentação e para o mercado. Tem, cotidianamente, trabalhado conhecimentos voltados para a produção agroecológica, estudando, junto com as comunidades, sobre as possibilidades de produção a partir da realidade climática (desde a criação de animais, plantio de culturas apropriadas, solo, etc.). Além das formações voltadas ao potencial frutífero, medicina e forrageiro da caatinga, a organização das pessoas e comunidades, o fortalecimento das organizações locais no tocante a produção, processamento e beneficiamento dos produtos oriundos da agricultura familiar.

Uma das experiências mais bem sucedidas no sentido de convivência com o semiárido de forma sustentável e produtiva, que teve o IRPAA como um dos principais parceiros e incentivadores, é a Cooperativa Agropecuária Familiar de Uauá, Canudos e Curaçá (COOPERCUC), fundada em 2003.

Figura 10– Produtos da COOPERCUCFotos retiradas do site da COOPERCUC http://www.coopercuc.com.br/

Considerando a existência do trabalho de um grupo de mulheres sertanejas que já preparavam e usavam o umbu[54] de outras formas como umbuzada (a fruta cozida com leite), mendenge (doce do umbu verde), o Instituto, com o escopo de trabalhar o beneficiamento das frutas e com o propósito de evitar a perda dos frutos nativos durante a safra, propôs a transformação dos mesmos em doces, sucos, compotas, polpa pasteurizada e geleias, armazenando em suas casas para ajudar na alimentação familiar.

Devido à necessidade de melhorar a organização da produção, o grupo fundou no dia 12 de abril de 2003 a COOPERCUC (Cooperativa Agropecuária Família de Canudos Uauá e Curaçá) que foi legalmente registrada em 24 de junho de 2004, tendo por missão a contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar com vista à produção ecológica, economicamente viável e socialmente justa e solidária. Buscando, ainda, a promoção da melhoria da qualidade de vida dos agricultores(as) familiares de Canudos, Uauá e Curaçá a partir da organização e comercialização da produção.

No mesmo ano de 2003 foi aprovado um projeto com uma entidade chamada CRS (organização da Cáritas dos EUA) para construir uma unidade de beneficiamento de frutas para dar suporte à produção das comunidades, que começou a funcionar em janeiro de 2004.

Em 2005, com ajuda do SlowFood (ONG da Itália: Fundação para a biodiversidade) ocorreu a estruturação do processamento nas comunidades, quando foram construídas 13 mini – fábricas em diferentes comunidades, para melhorar as condições de produção e aumentar o volume produzido pelos grupos através da COOPERCUC, em diferentes comunidades sendo: uma no Município de Canudos (comunidade de Sítio do Tomas), oito no Município de Uauá (nas comunidades de Serra da Besta, Caititus, Marruá, Desterro, Lages das Aroeiras, Testa Branca, Caldeirão do Almeida e Cocobocó), e quatro no Município de Curaçá (nas comunidades de Serra Grande, Brandão, Caladinho e Cachaqui).

Cada mini – fábrica tem a capacidade de produzir 10 toneladas/ano de geleia, doce, compotas e polpas, trabalhando 120 dias, um turno de 8 horas/dia com 10 pessoas operando.

Neste sentido, A COOPERCUC[55] atua junto a 450 famílias, em 18 comunidades, envolvidas na produção cuidadosa de doces cremosos, de corte, light, sucos, geleias,

---

[54]* Umbu ou imbu (do tupi) é o nome do fruto do umbuzeiro ou imbuzeiro. É muito apreciado em doces e também cozido com leite e açúcar, que é a chamada umbuzada ou imbuzada. A árvore guarda em suas raízes tuberosas, grande quantidade de água, que a mantém sempre viva.

[55]* Trilhando caminhos para a consolidação da convivência com o semiárido – 20 anos, 2010, p. 26.

compotas e polpas, que compõem a linha GRAVETERO. Atende ao mercado interno e externo, com uma capacidade consolidada de produção de 200 toneladas de doces, tendo estrutura comercial e produtiva consolidada e conseguindo agregar ao sabor e à qualidade de seus produtos o trabalho e a história de uma gente, que vive em sintonia com os "apelos do planeta" por uma natureza preservada.

Assim, alicerçada na proposta de convivência com o semiárido o eixo produção desenvolve cinco linhas de atuação, a saber[56]: 1. Beneficiamento da produção; 2. Comercialização; 3. Gestão e organização; 4. Políticas públicas de desenvolvimento da agropecuária familiar; 5. Agropecuária (subdividida em criação de animais, roça e diversificação das propriedades rurais).

4.1.2.4. Eixo Comunicação

Inicialmente tratado como eixo transversal, a comunicação sempre foi um tema importante para o IRPAA, sendo que para a Entidade constitui-se numa ferramenta para fomentar o desenvolvimento sustentável e para contrapor a imagem negativa e inóspita do semiárido, transmitida pelos grandes meios de comunicação, que ainda povoam o imaginário popular do país, inclusive ainda dos que vivem neste lugar. Neste sentido, o eixo comunicação passou a ser, nos últimos cinco anos, o quinto Eixo de atuação da entidade, que investiu no setor, ampliando o número de colaboradores e colaboradoras dedicados/as a esta tarefa, o que possibilitou uma maior estruturação do trabalho realizado. A missão maior deste Eixo é divulgar a proposta de Convivência com o Semiárido, contribuindo assim com a missão maior da instituição, que é trabalhar pela consolidação da mesma.

Segundo relato do IRPAA[57] as imagens veiculadas pela mídia são carregadas de fatalidades e de que o semiárido é constituído de um chão seco e esturricado. Assevera que "esses símbolos reforçam os paradigmas de que a seca e suas consequências são as únicas razões que permeiam o dia a dia do povo que insiste em viver numa região vista como atrasada e inviável".

O trabalho da equipe de comunicação, que não pretende ser uma mera assessoria de imprensa, tem se pautado, principalmente, como um importante canal de comunicação para tudo que diz respeito à Convivência com o Semiárido. O IRPAA vem fortalecendo-se também como referência na luta pela garantia do direito humano à comunicação, inclusive ocupando espaços regionais que encampam esta luta.

[56]* Artigo publicado no site do IRPAA em www.irpaa.org. Acessado em 01 de setembro de 2015.
[57]* Trilhando caminhos para a consolidação da convivência com o semiárido – 20 anos, 2010, p.53.

O Eixo Comunicação conta, atualmente, com cinco comunicadores/as sociais que são responsáveis direta pela execução do planejamento geral realizado a cada início de ano e detalhado/monitorado rotineiramente. Além de realizar um trabalho constante de manutenção das mídias institucionais, a equipe também se dedica ao contato com os meios de comunicação, a comunicação interna e às atividades voltadas para formação em comunicação com públicos diversos, além de representar o instituto em alguns espaços políticos permanentes e pontuais, a exemplo de fóruns, redes, eventos. Dentre as atividades destacam-se a divulgação, registro, arquivamento, elaboração e distribuição de peças de comunicação e materiais para uso didático, especialmente para entidades parceiras e formação.

Segundo a equipe que compõe o Eixo[58]:

> Aos poucos, os meios de comunicação que divulgam nosso trabalho, tratam a proposta de Convivência com o Semiárido como uma saída para essa região. Por exercerem forte influência na sociedade em geral, estes veículos são importantes aliados no processo de transformação social e cultural, que o Semiárido Brasileiro precisa atravessar. O trabalho de assessoria de imprensa volta-se para a necessidade de provocar a reflexão dos conceitos e estereótipos comumente massificados pela mídia convencional. Partimos da lógica de que é preciso uma revisão conceitual da região, a partir da reavaliação de alguns estigmas produzidos pejorativamente e inoportunamente, em função da "seca" como fenômeno catastrófico ou dos grandes empreendimentos (que em sua maioria geram enormes impactos para os recursos naturais e a vida do povo) como única face do progresso para o Semiárido. Também a nossa contribuição no aspecto da formação política tem sido uma das atividades constantes do Eixo. Participamos de redes e fóruns que tratam a comunicação como direito humano e nesse contexto buscamos pautar a necessidade da democratização da comunicação dentro do conjunto de elementos indispensáveis à consolidação da proposta de Convivência com o Semiárido.

Em artigo escrito por Cicília M. Krohling Peruzzo[59], a autora discute questões relativas ao acesso à informação e a comunicação comunitária como um direito humano. Tendo por objetivo o resgate do sentido da comunicação desenvolvida no contexto dos movimentos sociais, apontar os vários níveis possíveis de participação popular na comunicação e analisar práticas e perspectivas conceituais sobre direito à comunicação comunitária como um direito de cidadania. A questão central que permeia o texto é a da participação do cidadão e de suas organizações coletivas na condição de protagonistas do

---

[58]* Obtido através do site www.irpaa.org. Acessado em 01 de setembro de 2015.

[59]* Doutora em Comunicação pela Universidadede São Paulo. Professora do Programa dePós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. Autora do livro *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção dacidadania*, 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004, e de artigos publicados em revistas nacionaise estrangeiras.

processo de comunicação comunitária. Ao tratar sobre a Comunicação nos movimentos populares e ampliação da cidadania, a autora destaca características do processo comunicacional:

> Entre as principais características desse processo comunicacional estão: opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares; transmissão de conteúdos a partir de novas fontes de informações (do cidadão comum e de suas organizações comunitárias); a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social; está imbuído de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo.
> Trata-se de outra comunicação que ganha expressividade nas últimas décadas por envolver diversos setores das classes subalternas, tais como moradores de uma determinada localidade desassistidos em seus direitos à educação, saúde, transporte, moradia, segurança etc.; trabalhadores da indústria; trabalhadores do campo; mulheres; homossexuais; defensores da ecologia; negros; cidadãos sem terra interessados em produzir meios à sua própria subsistência etc. Essa comunicação não chega a ser uma força predominante, mas desempenha um papel importante da democratização da informação e da cidadania, tanto no sentido da ampliação do número de canais de informação e na inclusão de novos emissores, como no fato de se constituir em processo educativo, não só pelos conteúdos emitidos, mas pelo envolvimento direto das pessoas no *que fazer* comunicacional e nos próprios movimentos populares. (PERUZZO, 2005, p. 20).

Para o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA -assumir a comunicação como um direito humano universal e indissociável de todos os outros direitos fundamentais, significa a garantia da liberdade de expressão e o direito à informação, a garantia de acesso às condições técnicas e materiais para ouvir e ser ouvida, além do reconhecimento necessário para estabelecer uma relação autônoma e independente frente aos meios de comunicação.

Em estudo realizado pelo Professor Antônio Dias Nascimento, nos anos de 1999, 2000 e 2001, na cidade de Salvador-BA, (NASCIMENTO; FIALHO; HETKOWSSKI, 2007), sobre a comunicação interpessoal nas ONGS, com o escopo de identificar os processos comunicacionais dentro de ONGS, no sentido de observar como elas estão relacionadas com as ideias de participação e cidadania, constatou-se que em 70% delas o processo de comunicação interno era desenvolvido nos moldes de organizações tradicionais como empresas e organizações estatais e que apenas 30% das ONGS baseavam-se em processos comunicacionais dialógicos. Além de revelar a inexistência nos quadros dessas instituições

profissionais habilitados para lidar com a questão da comunicação, tanto no âmbito interno como externo.

Ainda ao tratar sobre as relações entre a comunicação, sociedade civil e Estado, Nascimento (2007), pontuou:

> Considera-se hoje, sem dúvidas, que a comunicação, tanto quanto à educação, é um processo social básico, sendo, portanto, imprescindível a qualquer ação humana, sobretudo no que diz respeito tanto às relações interpessoais, como sociais. A desatenção ao processo de comunicação põe em risco de dissolução as relações entre familiares, membros de grupos, comunidades e outras tantas relações humanas e sociais que necessitam de diálogo, do respeito à alteridade, do saber ouvir e do saber dizer para que se estabeleça a harmonia, ou seja, a convivência entre os diferentes. (NASCIMENTO, 2007, p. 233).

Neste sentido, o que se pôde constatar nas relações estabelecidas entre a autora e o IRPAA, bem como entre esta entidade e as comunidades estudadas foi exatamente uma atuação no eixo Comunicação, onde sempre se faz presente uma prática dialógica a serviço da autonomia e um compromisso que a Entidade assume com as causas que defendem.

Nesta direção, este Eixo desenvolve uma série de atividades tais como: divulgação ampla e permanente das ações do IRPAA; mobilização dos Meios de Comunicação de Massa para que possam divulgar as experiências e acontecimentos que fundamentam a proposta da convivência com o semiárido: participação nas diversas formações realizadas pelo Instituto envolvendo estudantes, agricultores/as, comunicadores/as populares; garantia da comunicação Interna da entidade, o que é feito a partir da criação de alguns canais que proporcionem um maior fluxo de informações, as quais venham a facilitar o diálogo entre a própria equipe e o conhecimento do conjunto de atividades desempenhadas por todos os Eixos de atuação do IRPAA; registro visual das atividades promovidas pela Entidade, seja através de fotografias ou de vídeos, enriquecendo o acervo de registros, o qual é organizado e arquivado em uma sala destinada para este fim.

Merece destaque, ainda, a utilização de outros veículos institucionais de comunicação utilizada, a exemplo, da página na Internet, constituindo-se em um dos principais instrumentos de divulgação. Mantém, ainda na Web, desde 2011, um perfil na rede social facebook, que tem possibilitado expandir a difusão de notícias e uma forma de troca de informações com internautas, colaboradores e colaboradoras da entidade, parceiros, etc. No meio radiofônico, o Eixo produz semanalmente o programa de Rádio “Viva Bem no Sertão”. Com duração de uma hora, este produto é gravado nas dependências da sede do IRPAA, em

Juazeiro, e veiculado aos sábados na Emissora Rural de Petrolina e em seis Rádios Comunitárias do Território Sertão do São Francisco, na Bahia.

4.1.2.5. Eixo Educação

Em meio às diversas ações de convivência com o semiárido desenvolvidas pelo IRPAA, que se fundamentavam na construção de novos paradigmas, novas relações e novos saberes, naturalmente apresentava-se para o Instituto a necessidade de incluir como objeto de estudo e ação a escola. Para o IRPAA "pensar numa educação apropriada, assim como se pensava numa intervenção econômica, era fundamental para consolidar a ideia da Convivência com o Semiárido". (IRPAA, 2010, p. 38).

A educação precisava ser pensada no sentido de formar um novo olhar sobre a região, ampliando e (res)significando o papel da escola para que esta seja mais adequada às diversidades regionais e, por conseguinte, promovesse um conhecimento que contribua para o desenvolvimento humano e sustentável da região. (IRPAA, 2010, p. 40).

Figura 11–Meninos utilizando-se de Livro Contextualizado
Retirado do site doIRPAA.http://www.irpaa.org/

Neste sentido, o UNICEF desafiou o IRPAA a pensar a educação contextualizada e incorporar nas suas ações à construção de uma proposta pedagógica contextualizada que resultasse na execução de políticas públicas.

Foi assim que o IRPAA, juntamente com professores do Departamento de Ciências Humanas, Campus III da Universidade do Estado da Bahia – UNEB e técnicos do UNICEF, implementou no Município baiano de Curaçá, no ano de 1997, a inclusão no

Projeto Político Pedagógico do Município a proposta de Educação para o Semiárido. O projeto intitulado Escola no Nordeste: Educação com Pé na Realidade Nordestina foi desenvolvido nas escolas municipais, tendo com objetivo central a formação dos educadores/educadoras a partir da proposta de educação para convivência e reorientação curricular.

A proposta da Educação Contextualizada para Convivência com o semiárido sugere que se faça um recorte nas discussões propostas pelos programas comuns, colocando em foco a conjuntura de vida em que as escolas estão inseridas, para que seja possível aperfeiçoar o processo de ensino/aprendizagem. Nesse contexto, três linhas de ação nortearam as ações desenvolvidas: a) Formação continuada de Agentes Educativos; b) Currículo contextualizado; c) Políticas educacionais.

Várias foram às experiências desenvolvidas pelo IRPAA no município baiano de Curaçá, destacando-se o Projeto Horta Pedagógica e o Projeto Leitura Contexto e Subjetividades, voltados para a formação de Professores em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido e outras ações, onde cerca 30 educadores/as e 300 estudantes participaram destas atividades. Desenvolveram-se também, por meio do teatro, as chamadas "rodas de leituras", com cerca de 150 estudantes de classes multisseriadas de três escolas do interior de Curaçá, para abordar a importância e o incentivo a leitura. Com o uso de metodologias participativas as/os estudantes adentraram no universo da leitura de forma lúdica, recontando as suas próprias histórias.

Um resultado significativo de todo o trabalho educativo desenvolvido foi a elaboração de quatro livros paradidáticos, envolvendo temas como: brincadeiras infantis, cantigas de roda, "causos", relação com o meio ambiente e convivência com o Semiárido no município de Curaçá. Segundo o IRPAA, essa experiência foi uma das que mais contribuíram para a criação da Rede de Educação do Semiárido (RESAB).

A Horta Orgânica Pedagógica propiciou o envolvimento da comunidade, a mudança na vida da escola, tornando-se num instrumento que possibilitou às crianças o contato com os elementos do ambiente natural, estabelecendo relações com a terra, desenvolvendo valores importantes de convivência, onde elas mesmas tornaram-se responsáveis pelos resultados de aprendizagem, cuidando melhor do meio ambiente, das pessoas e de si mesma.

No ano de 2010 foram realizadas várias oficinas pedagógicas, discutindo temas relacionados à agroecologia, meio ambiente, bioma caatinga, beneficiamento de frutas

nativas, segurança alimentar e nutricional, produção no semiárido, pedagogia de projetos e projeto didático, planejamento coletivo e função social da escola.

Além de Curaçá, o IRPAA desenvolveu em 1999, atividades voltadas para a educação contextualizada nos Municípios baianos de Canudos e Uauá, concentrando sua ação na formação continuada dos educadores e educadoras, buscando construir com eles uma nova identidade para a escola. (IRPAA, 2003, p. 7/10). Nestes municípios as ações fundamentaram-se nos quatro pilares norteadores da educação para o século XXI – saber conhecer, saber fazer, saber conviver e saber ser[60].

Foram realizados nestes municípios diversos cursos de formação voltados aos educadores e educadoras a partir de temas como: meio ambiente, clima, água, geografia, produção, estrutura fundiária, o saber local e global, a realidade do semiárido, a inclusão de conteúdos locais no currículo da escola, sempre comprometidos com a construção de um novo projeto social fundamentados nos princípios que envolvem as relações homem/mulher e natureza, cultura, trabalho e sociedade no conjunto amplo das políticas de desenvolvimento.

Em parceria com o município de Juazeiro-BA foram realizados, em 2010, cursos de formação de educadores nas regiões de Junco/Salitre, Massaroca e Projeto Mandacaru.

Já no ano de 2013 a Secretaria de Educação e Esportes de Juazeiro assinou convênio com o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) para realização de assessoria na finalização da proposta de Educação Contextualizada – referente às questões ligadas à Convivência com o Semiárido – para as escolas da Rede Municipal de Ensino. A parceria consiste na realização de formações continuadas para os profissionais da Escola de Formação de Educadores de Juazeiro (EFEJ), que serão os multiplicadores do projeto junto aos professores da rede municipal. Na Rede Pública Municipal de Juazeiro o objetivo é contribuir com a construção de conhecimentos e saberes necessários que qualifiquem a prática dos formadores, a fim de que estes possam intervir e modificar a sua realidade e a dos educadores do município, fazendo com que os alunos possam ter uma experiência inovadora dentro da educação.

Um dos principais eixos da educação para a convivência com o semiárido consiste em estabelecer diálogos interdisciplinares através dos conhecimentos escolares, visando o desvelamento dos fatos e a compreensão aprofundada dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que estão implícitos na vida do sertanejo e sertaneja, com o escopo de

[60]Educação para a convivência com o semiárido – Reencantando a educação a partir das experiências de Canudos, Uauá e Curaçá, 2003.

levar os educandos a ampliarem o olhar sobre o contexto no qual estão inseridos, superando as visões ingênuas e simplificadas da realidade.

Em resposta a entrevista feita, em 21 de julho de 2014, pela autora deste trabalho sobre o conceito de Educação para a Convivência com o Semiárido, a pedagoga do IRPAA, Edineusa Ferreira Sousa[61], assim respondeu:

> A Educação para a Convivência com o semiárido é um processo dinâmico de construção de conhecimentos e atitudes dos seres humanos, considerando o ambiente no qual esta inserido. É uma educação que se fundamenta no contexto semiárido, tendo este como ponto de partida e de chegada dos conhecimentos e dos saberes, mas que não se isola no próprio local. Uma educação que dá significado ao ensino, considerando as especificidades e valorizando e a história de vida de cada sujeito que habita neste lugar. (SOUZA, Edineusa Ferreira, 2014).

Já José Moacir dos Santos[62], que também é pedagogo da mesma Instituição respondeu, em 31 de julho de 2014, no seguinte sentido:

> É compreender o ambiente, natural e social em que vivemos, nesse caso o Semiárido quente do Brasil, e construir as condições ideais para o bem viver nesse local. Para isso se faz necessário apreender novas conceitos, mudar paradigmas, ter diferentes posturas frente a situações dadas como naturais ou como apropriadas. (SANTOS, José Moacir, 2014).

Educação contextualizada é uma proposta de educação que se sustenta na realidade e na prática dos povos e das comunidades do semiárido, com metodologias, conteúdos, currículos, educadores e educadoras, didáticas e estruturas apropriadas à região, levando em conta suas potencialidades socioculturais, econômicas e ambientais.

A pedagogia da convivência pressupõe complementaridade e interdependência. A proposta de aprender a conviver com o semiárido trabalha o sentido das coisas a partir da vida cotidiana. Opera na dimensão comunitária, através da atuação no nível micro, onde é possível desenvolver novas perspectivas para a reapropriação subjetiva da realidade e abrir um dialogo entre o conhecimento e os saberes tradicionais (Mattos,2004).

Conviver com o semiárido é viver bem e com qualidade de vida, mesmo diante das adversidades. Para Malvezzi:

---

[61]Edineusa Ferreira Sousa é pedagoga e técnica pedagógica do IRPPA e responsável pela formação continuada e produção de materiais pedagógicos contextualizados.
[62]José Moacir dos Santos é Pedagogo e Coordenador de Projetos do IRPAA.

> O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de "acabar com a seca", mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes. (MALVEZZI, 2007, p. 13).

Um dos meios para a convivência harmoniosa com o semiárido é possibilitada por meio da Educação. Não a Educação Formal, mas uma Educação do Campo. Para Malvezzi"A convivência com o Semiárido precisa começar dentro das escolas, modificando-se o processo educacional, o currículo escolar, a metodologia educativa e o próprio material didático". (MALVEZZI, 2007).

Diante da realidade da educação no semiárido, principalmente na zona rural, onde ainda são grandes os problemas enfrentados, tais como: conteúdos instrumentais absolutamente dissociados com a realidade do campo, currículos dissociados da vida e escolas sem identidades, além da presença hegemônica de pedagogias de desenraizamento e desterritorialização (ARROYO, 2012), contextualizar a educação torna-se imprescindível. A escola precisa ser também um instrumento para o desenvolvimento sustentado na solidariedade, no cuidar do outro e da natureza, a escola é um dos principais *locus* de construção do conhecimento e de transformação da realidade social, cultural e política.

O campo, principalmente, sempre foi visto e tratado pelas classes hegemônicas como um lugar de "atraso", "subdesenvolvido", um lugar de onde se deve extrair o máximo de benefícios para servir à cidade e ao capital. Um lugar onde a educação a ser construída tinha por escopo qualificar os trabalhadores rurais para melhor servirem de mão de obra barata aos proprietários dos meios de produção. Diferentemente, a educação que emancipa deverá ser um grande instrumento de transformação da realidade excludente e desigual existente**.**

Pode-se afirmar que a escola pode tornar-se um centro de aprendizagem da comunidade, envolvendo as famílias na vida escolar e levando os alunos a conhecerem melhor sua realidade.

Osmar Rufino Braga[63] em artigo intitulado "Educação e convivência com o semi-árido: introdução aos fundamentos do trabalho político-educativo no semi-árido brasileiro", ao analisar a concepção e a visão que preside as práticas sociais e os processos político-pedagógicos, destaca três visões de educação: educação como um processo experiencial,

[63]* Educador Popular, Graduado em Pedagogia, Mestre e Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Seu trabalho de doutorado, ancorado na Pesquisa-ação, discutiu sobre autobiografização e formação de jovens na periferia, utilizando um dispositivo de pesquisa próprio, apresentando um método inovador de trabalho com as juventudes.

convivial e de formação sociocultural. A educação como um processo experiencial fundamentada na concepção do filósofo americano John Dewey (1859-1952), que classifica a experiência em três tipos: a) experiências que temos; b) experiências refletidas e c) experiências a que o ser humano anseia, mas não sabe o que seja mesmo pressentindo e adivinhando. Neste caso não há separação entre os fins da educação e os meios, já que os elementos vida e educação andam juntos, a experiência do viver reflexivo é a própria educação; Na educação como processo convivial o processo educativo é desenvolvido na perspectiva numa pedagogia da convivência, ou seja, a formação do ser humano é pensada e conduzida segundo algumas práticas e vivências fundamentais que se combinam e se articulam. Neste processo educativo, segundo BRAGA, exige-se um agir comunicativo, isto é, um agir orientado por uma racionalidade comunicativa; Quanto à educação como processo de formação sociocultural, tem-se que a educação é entendida como formação e não como informação, ou seja, a educação deve ser um meio, um instrumento formal e não formal, para ajudar os sujeitos sociais e culturais a se constituírem em sujeitos produtores da sua existência. A educação como formação é aquela que se torna o espaço para que os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem repensem suas experiências, reaprendam o que aprenderam, ressignifiquem seus saberes. Na educação como processo de formação sociocultural o trabalho educativo preocupa-se em partir do saber e das experiências dos agricultores/agricultoras. Nas atividades educativas, "os educadores procuram fazer a ponte entre o saber sistematizado e o saber acumulado pelos sujeitos, trabalhando o resgate de práticas, saberes e experiência". (BRAGA, 2004, p. 36).

Assim, o IRPAA vem, ao longo de vinte e cinco anos, construindo e reconstruindo sua história, tornando-se uma referência na defesa e afirmação da convivência sustentável com o semiárido e, consequentemente, na melhoria das condições de vida de sertanejos e sertanejas do Território Sertão do São Francisco

Na reflexão sobre a razão de ser de uma instituição social e seus efeitos para a sociedade na atualidade, Bourdieu (1989) manifesta-se no seguinte sentido:

> A razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e de seus efeitos sociais, não está na vontade de um indivíduo ou de um grupo, mas no campo de forças antagônicas ou complementares no qual – em função dos interesses associados às diferentes posições e dos habitus dos seus ocupantes – se geram as vontades, e no qual se define e se redefine continuamente na luta – e através da luta – a realidade das instituições e de seus efeitos sociais, previstos e não previstos. (BOURDIEU, 1998, p. 81).

Compartilha-se, assim, com o entendimento de que as organizações da sociedade civil devem pautar-se pela vontade e força do coletivo, que se torna o protagonista das ações e das organizações das lutas e resistências.

4.2. O Centro de Formação Dom José Rodrigues

Desde a sua origem o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) entendeu a necessidade da formação dos agricultores/as a fim de constituir um grupo mobilizador e multiplicador da ideia da convivência com o semiárido a partir de ressignificação de conhecimentos, de técnicas apropriadas e da construção de uma nova consciência e postura frente à realidade local e, principalmente, em busca do rompimento com os paradigmas que sustentavam a cultura do "combate à seca". Era importante desenvolver ações educativas que, respeitando os saberes já existentes, levassem os homens e mulheres sertanejas a se tornarem protagonistas da sua história, sujeitos de direitos e construtores de um desenvolvimento local sustentável e em harmonia com a natureza. Uma educação baseada nas necessidades e experiência acumulada historicamente dos seres humanos e não nas necessidades do mercado (GHON, 2010), uma educação que promovesse a humanização e se desenvolvesse no campo social, "uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política" (FREIRE, 1967 p. 88). Uma educação para a descolonização.

> No inicio de sua existênciao IRPAA desenvolvia suas atividades de formação apenas nas comunidades, diretamente com as famílias. Percebemos então que a proposta de convivência com o Semiárido é uma questão muito mais política do que técnica, por isso se fazia necessário encontrar novos atores que também buscassem a convivência com o Semiárido. Nesse intuito pensamos em formar multiplicadores da proposta de convivência com o Semiárido. Lideranças populares que após compreenderem o conceito de convivência com o Semiárido pudessem voltar para suas bases e a partir de suas organizações desenvolvessem e multiplicassem essa proposta. (SANTOS, José Moacir, 2014).

Assim, no ano de 1992, o Instituto criou o Centro de Treinamento Vargem da Cruz, passando-se depois a ser chamado de Centro de Formação Dom José Rodrigues localizado na cidade baiana de Juazeiro, com uma área total de 30 hectares. A área dispõe de refeitório, biblioteca, dormitórios, salas de estudo e espaços externos para dias de campo, onde se cultiva algumas espécies alimentares, forrageiras, florestais e agroenergéticas, ao lado de instalações como aprisco, galinheiro e equipamentos para captação e armazenamento de

água de chuva e sistemas simplificados de irrigação de pequenas áreas, ou seja, trata-se de uma propriedade rural que reúne tecnologias de captação de água de chuva e possibilidades de práticas de manejo da produção agropecuária, estudo do solo, área de caatinga, beneficiamento de frutas, tudo construído com o objetivo de favorecer o reconhecimento de tecnologias de convivência com o semiárido e de servir pedagogicamente às experiências educativas a serem lá vivenciadas.

Figura 12– Fotos do Centro de Formação Dom José Rodrigues – Juazeiro-BA
Retirada do site do IRPAA.http://www.irpaa.org/

Neste centro o Instituto oportuniza, anualmente, aos filhos e filhas dos agricultores/as familiares e de comunidades tradicionais, a exemplo de quilombolas, fundo de pasto e indígenas, que atuam como protagonistas em suas comunidades, a associar a teoria e a prática das ações de convivência com o semiárido, e contam, em média, com centenas de agricultores/as, militantes e agentes que atuam em inúmeros municípios do Semiárido brasileiro, que permanecem alojados lá durante toda a programação. A estadia no Centro de Formação permite a todos/as uma vivência prática dos conteúdos trabalhados ao longo da programação, facilitando, desta forma, a ação das/dos agricultores/as em colocar em prática em suas propriedades o que vivenciaram na Escola.

As atividades são desenvolvidas a partir de uma programação que contempla temáticas ligadas aos Eixos de atuação da instituição: Terra, Água e Clima, Produção, Educação e Comunicação e são realizadas diariamente atividades teóricas e práticas ministradas pela equipe do IRPAA. Na Escola de Formação, com duração de duas semanas, a entidade apresenta, estuda e discute com as/os participantes a Convivência com o Semiárido de maneira integrada, sendo assim o principal instrumento de formação e capacitação. Ao longo de mais de 20 anos, a Escola de Formação do IRPAA, como é conhecida, já contribuiu com a formação de mais de mil agricultores/as, militantes e agentes que atuam em inúmeros municípios do Semiárido brasileiro. “Para as/os participantes acontece não raras vezes um

“estalo”, em que fazem a experiência que vale a pena viver, construir o futuro de sua vida no Semiárido e se tornam multiplicadores/as da Convivência com o Semiárido”.

> A escola de Formação é o grande marco do IRPAA, em várias regiões do Semiárido a gente encontra pessoas que passaram pela Escola e dizem que a vida delas mudou, é como se fossem cegas e depois da Escola passam a ver o Semiárido com outros olhos, passam a se ver como sujeito, a lutar por direitos, a se engajar socialmente em vários grupos e organizações. Muita gente nos encontra hoje e traz esses depoimentos. A Escola de Formação de Lavradores é onde a gente consegue expressar todo o conjunto da Convivência com o semiárido. (IRPAA –2010, p. 24).

Em entrevista ao técnico do IRPAA José Moacir dos Santos, pedagogo e coordenador de projetos da Entidade, assim o mesmo se manifestou em relação à Escola de Formação para Convivência com o Semiárido que funciona no Centro de Formação D. José Rodrigues:

> A escola de formação tem como principal método a educação popular, inspirado em Paulo Feire, onde todos aprendem juntos. A escola dura 15 dias com participantes vindos de vários cantos do Semiárido e nesse espaço de discussões técnicas e políticas, trabalhos de grupo, atividades práticas e intercâmbios, as pessoas vão desconstruindo o conceito de combate a seca e criando o conceito de convivência com o Semiárido. Todos os momentos fazem parte do aprendizado, desde o momento que acordam até o momento de dormir, o local da refeição, os ingredientes da refeição, a distribuição das tarefas domésticas, as músicas, a interação entre os participantes, tudo concorre para a criação de um novo modo de viver no e com o Semiárido.(SANTOS, José Moacir, 2014).

Ainda por mim indagado sobre o principal objetivo do Centro de Formação, o Pedagogo acima mencionado acrescentou:

> O principal objetivo é formar militantes da proposta de convivência com o Semiárido. Lideranças populares que possam desenvolver técnica e politicamente essa proposta em suas bases, criando um lastro social para uma posterior política nacional de Convivência com o Semiárido e mais importante ainda criar uma cultura de Convivência com o Semiárido. (SANTOS, José Moacir, 2014).

Além dessa formação anual voltada para agricultores e agricultoras do Sertão do São Francisco, o IRPAA mantém na Escola de Formação até 23 estudantes dos cursos de agrotécnica e engenharia agronômica. São moças e rapazes, bolsistas, filhos e filhas de agricultores do semiárido, ligados a entidades parceiras. Eles complementam seus estudos através de atividades práticas oferecidas pela Escola, participação em atividades da equipe

técnica do IRPAA, todas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar e agroecologia. Recebem uma bolsa-auxílio para permanecerem por até um ano estudando e experimentando a aplicação de técnicas apropriadas à convivência com o semiárido. Depois de formados, muitos dos ex-estudantes do Centro de Formação voltam para trabalhar em suas comunidades de origem ou trabalham diretamente no IRPAA ou ainda em entidades parceiras que comungam desta mesma proposta. Ressalte-se que os mesmos também contribuem, relatando suas experiências, no processo de formação que ocorre no Centro de Formação.

Ademilson da Rocha, mais conhecido como "Tiziu" técnico do IRPAA há mais de 20 anos e uma grande liderança comunitária, foi um dos que participou como estudante no citado Centro de Formação. Assim o mesmo se manifestou sobre essa experiência:

> Acompanhar a equipe do IRPAA nas atividades foi fundamental na época em que era estudante da República, eram coisas que a gente colocava em prática no dia-a-dia. Parte do que sou hoje, do que acredito enquanto sujeito, do que busco na perspectiva de um Semiárido justo, eu aprendi na república do IRPAA. (IRPAA –2010, p. 36).

Moram, ainda, na Escola de Formação três famílias que praticam agricultura irrigada e criação de animais de forma totalmente ecológica: seja na lida com a terra, com a água e com a plantação. Elas normalmente abastecem com frutas e hortaliças o refeitório do Centro em períodos de cursos, e comercializam com uma cooperativa o excedente produzido.

Acredita-se que um dos instrumentos necessários e eficazes para a implementação da nova lógica da convivência com o semiárido é a educação, seja ela formal ou não-formal, tendo como componente fundamental na formação o estudo de ética e cidadania, com responsabilidade social e ambiental, além de se partir do "local" para o "global", numa perspectiva multidisciplinar e integral.

Maria da Glória Ghon (2010), pesquisadora e estudiosa do papel e importância da educação não-formal, conceituou essa modalidade de educação como um dos núcleos básicos de uma Pedagogia Social que trabalha com coletivos e se preocupa com os processos de construção de aprendizagens e saberes coletivos. Para a autora, a educação não formal se apresenta em várias dimensões como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que

possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica, entre outros.

Gohn (2006) enfatiza ainda: "A educação não formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais." (GOHN, 2006, p. 29).

Gadotti (2005) entende a educação não formal enquanto processo de produção de sujeitos autônomos e emancipados cuja formação cidadã aparece como pressuposto fundamental. E ao tratar sobre a utilidade do conhecimento nessa modalidade educativa, o mesmo responde:

> O conhecimento serve primeiramente para nos conhecer melhor, a nós mesmos e todas as nossas circunstâncias. Serve para conhecer o mundo. Serve para adquirirmos as habilidades e as competências do mundo do trabalho; serve para tomar parte nas decisões da vida em geral, social, política, econômica. Serve para compreender o passado e projetar o futuro. Finalmente, serve para nos comunicar, para comunicar o que conhecemos, para conhecer melhor o que já conhecemos e para continuar aprendendo. (GADOTTI, 2005, p. 04).

"Defendo a educação desocultadora de verdades. Educando e educadores funcionando como sujeitos para desvendar o mundo", dizia Freire (1967). Ainda acrescenta o autor:

> A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma "educação" para a "domesticação", para a alienação, e uma educação para a liberdade. "Educação" para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito. (FREIRE, 1967, p.36).

Neste sentido, o Instituto optou por conduzir suas ações educativas como uma força de mudança e libertação, que criasse condições aos homens e mulheres sertanejas a se tornarem sujeitos de si mesmos e de sua história e, a partir daí, desenvolvessem coletivamente e na luta diária a consciência de que é possível viver com dignidade no semiárido. Optou por ações educativas de "descolonização", compreendida como parte dos processos sociais emancipatórios. Pode-se afirmar que as experiências educativas do IRPAA, ora em análise, contém elementos e características semelhantes aos movimentos de Educação Popular, especialmente aos Círculos de Cultura, criados por Paulo Freire, ocorridos no Brasil na década de 60. Os Círculos de Cultura constituíam-se em experiência coletiva de diálogo em

diversos espaços educativos, sejam eles formais ou não formais. Buscavam estabelecer, nas atividades de alfabetização desenvolvidas sob inspiração Freiriana, o diálogo, a participação, o respeito ao outro, o trabalho em grupo. Os Círculos de Cultura assumem a experiência do diálogo de forma coletiva e solidária em todos os momentos do processo educativo.

> Em síntese, sua perspectiva educacional tem como direção a intencionalidade de superar a consciênciaimediata da realidade, como eixo condutor desse que fazer a centralidade das categorias trabalho, diálogo e práxis (critério deverdade e origem do conhecimento), e como finalidade a busca da supressão das determinações materiais presentes nas relações de expropriação e opressão inerentes ao modo de produção capitalista eseus mecanismos de reprodução material e simbólica.(LOUREIRO e FRANCO, 2012, p. 13).

Neste passo, a educação configura-se como atividade humana desenvolvida de forma intencional e diretiva por sujeitos mediatizados pelo mundo (FREIRE, 2002). Pode-se asseverar que muitos homens e mulheres que participam de processos de formação nessa direção fazem-se cidadãos politicamente ativos ou, pelo menos, politicamente disponíveis para a participação democrática.

4.2.1. A 23ª Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido: um olhar sobre as práticas educativas do IRPAA no espaço não-formal.

Figura 13 – Foto dos participantes da 23ª Escola de Formação para Convivência com o Semiárido. Acervo da Autora

Foi realizada no período de 10 a 21 de agosto de 2015 a 23ª Escola de Formação para Convivência com o Semiárido, com o tema "Juventude como protagonista da Convivência com o Semiárido", que contou com a participação de 58 jovens da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, tendo a Autora desse

estudo participado de todas as atividades desenvolvidas no processo de formação, onde se abordou temas ligados a Terra, Água e Clima, Produção, Educação, Comunicação dentre outros ligados aos Eixos de atuação do IRPAA, além de se refletir sobre o modo apropriado para se produzir e viver melhor no Semiárido brasileiro.

Ao se "transformar" em membro dessa população, o pesquisador aprende sua linguagem, seu vocabulário e adquire subsídios mais consistentes para sua pesquisa, a partir de uma interação muito mais próxima com a realidade, sob o ponto de vista do universo pesquisado.

Destacar-se-á, a seguir, os aspectos mais relevantes da experiência educativa vivenciada ao longo do período e em consonância ao objeto da presente pesquisa, incluindo os aspectos teóricos, metodológicos e o conteúdo abordado, relacionando-os às características envolvidas no processo de educação não-formal, segundo os estudos desenvolvidos por GHON (2006).

Inicialmente, cabe identificar quem é o educador num processo de educação na modalidade não formal. Para Ghon (2006) serão o agentes do processo de construção do saber, ou seja, o grande educador é o outro com quem se interage e se integra, que estabelece com os outros participantes do processo educativo diálogos, conflitos, ações solidárias. Tornam-se fundamentais na marcação de referenciais no ato de aprendizagem, pois "carregam visões de mundo, projetos societários, ideologias, conhecimentos acumulados" (GHON, 2010, p. 47).

O educador, neste contexto, é denominado de Educador Social. Tanto Freire (1996) como Gohn (2011) afirmam [...] que toda a prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, e outro que, aprendendo, ensina.

Souza e Müller (2009), por meio do artigo "Educador Social: Conceitos Fundamentais para sua Formação", apresentado no IX Congresso Nacional de Educação e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia – PUC-PR, ao tratarem sobre o papel do educador social na contemporaneidade, destacaram aspectos da educação social, com base no referencial freireano, como um caminho, entre outros, que pode compor um cenário mais viável para a inclusão de pessoas e categorias consideradas excluídas na atual conformação da sociedade.

> A educação social é uma práxis política que entende o sujeito como ser que pensa, age, sente e se relaciona com as pessoas e seu contexto social, de forma a promover a formação de sujeitos da educação e a transformação social. (SOUZA E MÜLLER (2009), p. 06)

Na 23ª Escola de Formação os educadores sociais foram os pedagogos, engenheiros agrônomos, professores, jornalistas, sociólogos, técnicos agrícolas, arte-educadores, que, compondo uma equipe, em torno de 20 pessoas, conduziram as atividades de formação fundamentadas nos princípios de justiça e garantia de direitos.

Pode-se perceber que a equipe técnica envolvida no processo de formação atuou de forma harmônica, consciente e crítica. Os temas para discussão foram abordados pelos mesmos com consistência, demonstrando conhecimento do assunto e da realidade vivida pelos participantes, além de terem tratado os temas com bastante coerência e sem interrupções. É necessário destacar que a equipe envolvia-se em todos os momentos da formação, incluindo as místicas, as atividades práticas, as atividades culturais e de lazer. Para o início de cada dia na escola, havia um técnico responsável pela alvorada, que se iniciava às 05h45min, pelas atividades matinais, às 06:00 e pelo café da manhã servido às 07 horas.

Ademais, os assessores técnicos, como mediadores do processo de formação, posicionavam-se como pessoas dialógicas, problematizadoras e éticas que estabeleciam com os participantes uma relação de respeito, solidariedade, reciprocidade, independência, cumplicidade e amorosidade, sem "pieguismos". As suas ações pautaram-se no pressuposto da participação coletiva e democrática de todos os atores envolvidos.

Observou-se, ainda, a existência do compromisso político e pedagógico dos técnicos envolvidos no processo de formação. Percebendo-se claramente que os mesmos estão comprometidos com o projeto de convivência com o semiárido, com o desenvolvimento local sustentável, com as transformações sociais que se fazem necessárias e também com a defesa da dignidade humana para todos. Sem olvidar do compromisso com os valores e princípios da Instituição, onde se destacam entre outros, o respeito e valorização do ser humano, independente de etnia, credo, gênero, e, sua liberdade de viver e lutar pelos seus direitos com humildade, ética e coerência em permanente vigilância e cuidado com o meio ambiente; com a necessidade da prática permanente de diálogo entre os saberes popular e científico, fundamentado na construção coletiva do conhecimento, para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos populares; com a gestão compartilhada e transparente enquanto forma de incorporar a participação de todos nas decisões sobre a utilização dos recursos naturais, materiais e humanos, para garantir e prover a vida, valorizando a cultura e desenvolvendo a sociedade de forma sustentável.

O segundo aspecto analisado por Ghon (2006) diz respeito ao lugar onde se educa, ou seja, qual é o espaço físico territorial onde transcorrem os atos e os processos educativos não-formais. E responde que os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação). Os espaços educativos não formais abrem possibilidades de conhecimento sobre o mundo que rodeia os indivíduos e suas relações sociais.

Neste sentido, o espaço físico das ações educativas não formais realizadas pelo IRPAA foi o Centro de Formação Dom José Rodrigues, desde o auditório onde se desenvolveu a maioria das atividades de estudo, discussão e trabalho em grupo, até o espaço externo onde ocorreram as atividades práticas de experimentos de tecnologia voltados à convivência harmoniosa com a natureza semiárida, passando ainda pelo refeitório, áreas de lazer, dormitórios onde, diariamente, eram exercitadas, coletivamente, atividades educativas de limpeza, coleta seletiva de lixo, apoio e planejamento, compartilhamento de experiências e saberes, brincadeiras, entre outras, que levam o sujeito social a se transformar e se reeducar como ser humano, por meio das atividades de lavar pratos, limpar os ambientes, etc. Ressaltando que todas estas atividades foram previamente acordadas com os participantes da escola.

No local, alguns elementos confirmam a teoria apresentada ao longo da programação e são utilizados para as atividades práticas. O aprisco, local apropriado para criar caprinos e ovinos, o Sistema de Produção Agroecológica Integrada Sustentável – PAIS, as cisternas, filtros caseiros, áreas de cultivo de fruteiras, a área de produção de forragem, entre outras demonstrações são apresentadas ao grupo que, por sua vez, questiona o funcionamento da mesma e a utilidade de cada uma delas para a produtividade da vida no campo. São apresentadas e postas em práticas pelos/as participantes desde formas de medição da chuva no telhado, até a construção de tecnologias de captação e armazenamento da água, a exemplo de cisternas, barreiros e barragens.

Saliente-se que há um simbolismo contido em cada uma das atividades desenvolvidas, trata-se de uma aprendizagem significativa, pois carregada de sentido. São atividades que reconhecem a identidade cultural do outro, e, a partir daí, constroem-se novos conhecimentos. Cada uma das pequenas coisas que acontecem no dia-a-dia do espaço da escola passa a ter outro sentido, não porque sejam coisas que nela nunca antes aconteciam

(em alguns casos também isto), mas porque olhadas e feitas com uma outra intencionalidade. Importante atentar-se ainda que o tempo e o espaço mantêm-se em constante movimento, porque ocorrem em processo de transformação coletiva.

Adiante, Ghon (2006) levanta o terceiro aspecto de "como se educa", "em que situação e em qual contexto". Nesta questão assevera que a educação não formal ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstancias da vivência histórica de cada um. Há na educação não formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes.

A 23ª Escola de Formação para a convivência com o semiárido destinou-se aos jovens do semiárido nordestino, em um universo constituído de representantes da Cáritas Diocesana, do Serviço de Assessoria a Organizações Populares (SASOP), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), Movimento de Organização Comunitária (MOC), Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Associação de Estudantes de Engenharia Florestal, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), ONG Caatinga e a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá-BA (COOPERCUC). Que foram convidados pelo IRPA, através das Entidades que pertencem.

Indagado sobre o critério adotado para a participação na Escola de Formação, o Pedagogo e Coordenador de Projetos do IRPAA, José Moacir dos Santos, respondeu:

> Enviamos convites para as entidades parceiras e essas enviam pessoas (3 ou 4 pessoas por organização parceira) com o perfil solicitado. As pessoas ou entidades devem bancar os custos com deslocamento e o IRPAA banca os custos com estadia e material didático. No final do encontro cada participante recebe um certificado e um conjunto de cartilhas e folhetos referente a tudo que foi vivenciado durante o curso, com o objetivo de repassar as informações e os conhecimentos adquiridos para o seu grupo de base. Nos anos seguintes essas mesmas entidades parceiras enviam novos participantes com o intuito de ter o maior numero possível de lideranças na região conhecendo os conceitos básicos de convivência com o Semiárido. (Entrevista concedida em 31 de julho de 2014 a Autora do Projeto de Pesquisa).

Na fala de duas participantes: Antonietta da Silva Barbosa Barbalho, de 30 anos, residente no Assentamento Maria Gorete em Petrolina, Estado de Pernambuco e Ana Cristyanne Fernandes Bonfim, de 25 anos, natural do Ceará observa-se a intenção das mesmas

em participar da Escola de Formação para o semiárido, assim respectivamente manifestada: "*Vim para adquirir conhecimento técnico, teórico e prático de convivência com o semiárido"*. "*O convite para participar para participar desta formação veio fortalecer os trabalhos que fazemos na nossa Diocese, Instituição e Comunidade, na busca pela qualidade de vida, bem viver e desenvolvimento humano, social, cultural, político e econômico".*

Já Pedro Genir, jovem do município de Feira de Santana- BA, afirmou que veio *"na perspectiva de beber experiências de outros jovens agricultores, de outras entidades, outras associações e a gente também traz um pouco da nossa prática, do nosso dia a dia, da nossa região".*

Quanto à metodologia utilizada, observou-se a aplicação da metodologia participativa, tendo como referência os princípios da Educação Popular/pedagogia Freiriana. As atividades desenvolveram-se através de trabalhos em grupo, individuais, discussões com o coletivo, para tanto foram utilizados cartazes, mapas, pinturas alusivas aos temas abordados em tecido e papel madeira, data-show, músicas, danças, místicas, utilização de instrumentos musicais, projeção de filmes, uso das tecnologias de captação de água, plantação, adubação, plantação e colheita, de criação de animais, do conhecimento da composição do solo da caatinga, uso da hidroestesia, para identificar a existência de água no solo, utilização de Cartilhas Temáticas produzidas pelo Instituto, que foram entregues a todos os participantes. Esteve à disposição dos participantes também um serviço de rádio para transmissão de mensagens, programações culturais, entrevistas e reportagens sobre os assuntos trabalhados, além dos "recadinhos" trocados entre os mesmos. Destaque-se que ao centro do auditório, onde ocorria a maioria das atividades, foram dispostos no chão, diariamente, elementos representativos da flora da caatinga, como o mandacaru, de elementos da cultura dos povos do semiárido, bandeiras dos movimentos de luta popular e das Entidades representadas, cartilhas produzidas pelo IRPAA, além de outras que atuam em defesa da Convivência com o Semiárido, a exemplo da ASA e da RESAB. Como parte da metodologia ocorreu ainda visitas na área de experimento da Embrapa Semiárido, em Petrolina - PE, na Barragem de Sobradinho, na Escola Família Agrícola de Sobradinho e a participação no Simpósio de Juventude na Universidade Federal do Vale São Francisco – UNIVASF.

As dinâmicas utilizadas no processo de formação encarnam, exigem e projetam dimensões relacionadas ao modo de vida das pessoas, especificamente, das que vivem no semiárido. Os valores, posturas, visão de mundo, tradições, costumes tornam-se objeto de estudo, reflexão e de ressignificação.

A principal intenção do IRPAA com a realização da 23ª Escola de Formação para Convivência com o Semiárido consiste em possibilitar que a juventude do campo seja cada vez mais protagonista e multiplicadora da proposta de Convivência com o Semiárido. O que reforça a ideia de que há nas experiências educativas não formais uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes.

O quarto aspecto discutido pela Educadora Maria da Glória Ghon (2006) refere-se à finalidade ou objetivos da educação não formal. No seu entender, esta modalidade educativa capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Admite que a sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Para ela a transmissão de informação e formação política e sócio cultural é uma meta na educação não formal, pois prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo e ao individualismo.

A Pedagoga do IRPAA Edineusa Ferreira Sousa assinalou, em entrevista concedida em 21/07/2014, que a Escola de Formação Dom José Rodrigues tinha por objetivos a disseminação da proposta de Convivência com o Semiárido nas comunidades, a promoção da formação de agricultores e agricultoras em torno da proposta convivência com o semiárido, como também a contribuição para a mudança de visão/atitude dos agricultores/as sobre o semiárido, além da disponibilização de conhecimentos que ajudem a melhorar a intervenção das pessoas na sua Região.

Desta forma pode-se afirmar que é através de seus objetivos, princípios e valores que o IRPAA intencionaliza sua prática educativa.

Outro aspecto disposto por Maria da Glória Ghon (2006) diz respeito aos resultados esperados na modalidade da educação não formal, elencando uma série de resultados como: consciência e organização de como agir em grupos coletivos; construção e reconstrução de concepção (s) de mundo e sobre o mundo; a contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade; a formação do indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacita-o para entrar no mercado de trabalho). Quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes a educação não formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de autoajuda denominam, simplificadamente, como a autoestima), ou seja, a educação não-formal busca criar condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais

(enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais etc.); os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca.

Os resultados esperados pelo IRPAA com o processo de formação não formal encontram-se presentes nos objetivos elencados acima. Quanto à expectativa em relação à participação da juventude do campo nesta vigésima terceira Escola de Formação, o Instituto espera que esses jovens mobilizem suas comunidades, na perspectiva de discutir o papel na juventude em suas comunidades e regiões, considerando que os mesmos são oriundos de organizações da sociedade civil que têm engajamento nas causas ligadas aos direitos da juventude, especialmente do meio rural em todo o Semiárido.

Para o jovem Romério G. Mendes, residente na Agrovila Nova esperança, no município de Ouricuri-PE, ao ser por mim questionado se pretendia transmitir o novo aprendizado com a comunidade e de que forma, responde que "*pretendo sim levar o conhecimento para a minha comunidade, demonstrar as técnicas de adaptação e convivência...*". Já Marcos Amâncio de Carvalho, da Comunidade Vereda da Onça, no município baiano de Pilão Arcado respondeu que "*... repassará o novo aprendizado através de palestras, em assembleias, incentivos práticos e informativos, entre outros meios de comunicação*". Segundo Milena Viviane Vieira de Almeida, estudante de Engenharia Florestal na UFES e residente em Aracaju-SE *"...todo esse conhecimento adquirido nesses 11 dias será levado para os estudantes de Engenharia Florestal, através de reuniões e de outras atividades... sempre trabalhando com a temática da convivência com o semiárido".*

Portanto, os resultados esperados pelo IRPAA através do processo de formação para a convivência com o semiárido vão além da aquisição de novos conhecimentos por parte dos envolvidos no processo, pois se intenta também a ampliação e multiplicação dos novos paradigmas e saberes aprendidos para uma coletividade definida. Neste processo, os homens e mulheres do campo se constituem como principais sujeitos do movimento pedagógico da formação para a convivência com o semiárido. As ações desenvolvidas revelam uma profunda fé na pessoa humana e esperança na capacidade mobilizadora que torne possível a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Para finalizar o relato das experiências vividas na 23º Escola de Formação detenho-me agora na descrição do conteúdo trabalho ao longo do processo de formação:

Na noite do primeiro dia (10/08/2015) ocorreu a mística de abertura, por meio de um compartilhamento de ideias, apresentação dos participantes e a localização de cada um no

mapa do Brasil exposto na sala. Em seguida, apresentou-se a história do IRPAA, os objetivos da Escola com uma breve introdução ao curso, seguida da apresentação do programa e dos acordos entre os participantes em relação às atividades a serem cumpridas. Ao final foram organizadas as equipes e distribuídas as tarefas. Neste sentido, o diálogo exercido para a construção de regras de convivência entre o grupo foi decisivo para o alcance dos fins almejados e a satisfação do coletivo. Destaco que os direitos e obrigações de cada um e do grupo foram previamente pactuados, considerando as diferenças, afinidades, gosto, saberes e limitações. Importante ressaltar que já há entre os jovens participantes e oriundos dos movimentos populares um sentimento de solidariedade e coletividade muito acentuado, o que contribuiu, sobremaneira, para o bom desenvolvimento das atividades propostas.

O segundo dia (11/08/2015), após a realização da mística com a reflexão das lutas, conquistas e desafios das comunidades representadas, foi dedicado à análise da conjuntura política nacional, com destaque para os desafios e perspectivas da juventude no Semiárido brasileiro. A facilitadora do debate sobre as "Perspectivas e desafios para os jovens rurais" foi a jovem militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) de Sergipe Rafaela Alves. Foi realizada uma análise da conjuntura do atual cenário político, dando ênfase a disputa de classes e a existência de dois modelos de desenvolvimento: o modelo capitalista, que desconsidera a realidade socioeconômica de cada região e o modelo que respeita a identidade cultural, territorial, que seja construído a partir de uma relação harmoniosa entre ser humano e natureza. A militante do MPA pontuou que a juventude tem um papel importante nessa luta ideológica: "o medo não é da juventude, o medo é imposto na juventude [...] uma juventude ativa, politizada é um agente transformador da sua realidade", assinalou Rafaela Alves.

Discutiu-se também, neste mesmo dia, a necessidade da existência de políticas públicas que garantam a permanência da juventude no campo, além da necessidade de estender e o debate e ações da Convivência com o Semiárido para o meio urbano, fortalecendo os laços entre campo e cidade. As atividades encerraram-se com a reflexão de como foi o dia e como serão os próximos. Em coro, os jovens envolvidos no processo de formação entoavam como um grito de guerra: "Eu sou da roça, jovem rural, remando contra esse mundo desigual".

O dia seguinte (12/08/2015) iniciou-se, após as atividades matinais, com o estudo e reflexão sobre a história do semiárido, a cargo de Haroldo Schistek, engenheiro agrônomo e Presidente da Entidade. Em seguida, ainda pela manhã, o Eixo Clima e Água conduziu a

discussão sobre a “chuva no semiárido”, suas características, a sua ocorrência no tempo, como medi-la, qual o ciclo da água e a previsão das secas. No período da tarde, o Eixo Terra iniciou promovendo o debate a respeito da questão agrária enfocando o histórico da ocupação da Região, desde a época da colonização aos dias atuais. Adiante, o Eixo Educação tratou sobre a história da Educação no Brasil e promoveu a discussão sobre concepções e conceitos entre a educação formal e não formal. A metodologia utilizada neste dia foi, além da exposição teórica sobre os temas, as dinâmicas em grupo, trabalhos práticos indicando a forma para a medição das águas de chuva, uso de cartazes ilustrativos sobre a temática abordada, além do uso de músicas que retratavam a realidade da vida no semiárido. Percebeu-se um envolvimento marcante dos jovens na discussão e realização das atividades em grupo. A noite foi temática: dia da juventude, com festa, danças e músicas. Ressalte-se que momentos de animação do grupo ocorreram diariamente durante todo o processo de formação, o que proporcionou interação e uma convivência saudável entre os participantes.

No dia 13/09/2015, os jovens realizaram uma visita a área de experimento da Embrapa Semiárido, em Petrolina – PE, onde tiveram a oportunidade de, acompanhados de técnicos da Unidade, obter conhecimento sobre as pesquisas e tecnologias apropriadas para a região semiárida. A observarem as experiências desenvolvidas na área de campo como o pomar com fruteiras como acerola, manga, mamão, laranja, tangerina, todas elas irrigadas através do Sistema de Gotejamento, conheceram uma tecnologia de irrigação que vem se destacando por proporcionar uma economia considerável de água e por sua praticidade.Além da experiência com a produção agrícola, a produção de forragem também chamou atenção dos jovens do semiárido. A importância de oferecer alimentação balanceada para o rebanho foi um dos principais pontos destacados pelos técnicos que recepcionaram o grupo na área. A produção de forragem à base de folha de mandioca, vargem de algaroba, palma e gliricídia, espécies que possuem alto índice de proteínas, permitem ao animal ganhar peso e melhorar também a qualidade da carne. Na área de experimento da EMPRABA os participantes ainda tomaram conhecimento de Programas como o P1+2, que visa garantir água para consumo humano e para produção agrícola através da captação da água de chuva e armazenamento em cisternas. As informações apontaram a importância desse programa, sobretudo, para a soberania alimentar das/dos agricultores e agricultoras, podendo ser também em muitos casos uma viável fonte de renda para as famílias produtoras.

De volta ao Centro de Formação os jovens procederam a uma avaliação da visita realizada a EMBRAPA, onde tiveram a oportunidade de destacarem os aspectos que

entenderam relevantes e a possibilidade da adoção da tecnologia simples e sem muito custo nas localidades onde os mesmos residem e atuam. Pela noite os participantes vivenciaram atividades culturais e integradoras.

Figura 14 – Foto da 23ª Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido.
Acervo da autora

Na manhã do dia 14/08/2015, os Eixos Produção e Comunicação trataram sobre a origem e formação do solo e o conceito, formas e percepção crítica da Comunicação, respectivamente. As discussões sobre a origem e formação do solo ocorreram na área externa do Centro, no chamado "barreiro trincheiro", feito para este fim, ou seja, demonstrou-se na prática o conhecimento teórico sobre a composição, importância do solo, com destaque ao problema de desertificação que vem ocorrendo na região por conta das queimadas, erosão e o uso indiscriminado dos agrotóxicos.Refletiu-se também sobre a necessidade de se construir uma relação de amor com os elementos da natureza e compreender a importância dos diferentes seres vivos em nossa vida, por meio da concepção da terra como herança e o respeito aos ciclos da vida. Sobre a comunicação, a reflexão direcionou-se para a necessidade de entender o papel da comunicação como um direito humano. Os jovens foram provocados para responderem sobre a forma como ocorre a comunicação e sua influência nas comunidades. No período da tarde os participantes, sob a orientação do Eixo Clima e Água, discutiram sobre o uso das tecnologias adequadas ao semiárido, com destaque para a construção de cisternas, barragem subterrânea e barreiro trincheira. Á noite,retoma-se a temática trabalhada no dia dentro de um contexto musical, ou melhor, todos ouviram e cantaram músicas ligadas ao tema. A Escola torna-se, assim, um espaço integrador e de compartilhamento.

Os Eixos Terra e Água continuaram ocupando o dia 15/08/2015, desta vez com o enfoque de discussão e reflexão sobre as Comunidades Tradicionais existentes na Região semiárida, com destaque as de Fundo e Fecho de Pasto, de onde a maioria dos habitantes desta região pertence. Neste sentido, as discussões ocorreram em torno da concepção, origem, criação, lutas e resistências e ameaças às comunidades de Fundo de Pasto. Além das

discussões da Lei 12.910/2013 que estabelece um prazo até dezembro de 2018 para a regularização fundiária destas áreas, destacou-se a importância da preservação destas terras como forma de garantia de sustento das famílias que lá residem há muitos anos.

"Fundo de Pasto" é um modo tradicional de criar, viver e fazer, em que a gestão da terra e de outros recursos naturais articula terrenos familiares e áreas de uso comum, onde se criam caprinos e ovinos à solta e em pastagem nativa. As formas de criação e uso da terra adotadas pelas comunidades de Fundo de Pasto são marcadas por características que definem a verdadeira convivência com o semiárido. Estas terras remontam à época do fracionamento das sesmarias em fazendas e ocorrem em terras devolutas, aquelas que não foram requeridas por particulares após a Lei de Terras de 1850 e que, devolvidas, passaram à propriedade da União que as repassou aos Estados, logo após a criação da República. São utilizadas sem cerca e compartilhadas coletivamente pela comunidade que, na maioria dos casos, está unida por laços de parentesco e compadrio. Desenvolvido ao longo de gerações entre os povos e comunidades tradicionais nas caatingas e cerrados nordestinos, constitui um patrimônio cultural do povo brasileiro. Existem hoje na Bahia em torno de 500 Fundos de Pasto reconhecidos, entretanto apenas 110 estão regularizados. Desde o ano de 2007 que nenhum novo título de terra foi entregue às comunidades. Em outubro de 2013, o Estado da Bahia aprovou a Lei 12.910/2013, que estabelece dezembro de 2018 como prazo limite para "regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pasto".

Retomando para o dia 15/08/2015, o Eixo Água tratou a respeito do saneamento básico no semiárido, destacando a sua necessidade, os planos de saneamento e o saneamento rural. No início da tarde falou-se sobre águas subterrâneas existentes no semiárido e sobre a hidroestesia, uma palavra grega, que significa sentir/perceber a água, ou seja, algumas pessoas apresentam a sensibilidade de identificar fendas de água no subsolo, utilizando duas varas de metal, como se fosse uma antena. Quando a/o hidroestesista encontra uma fenda com água, os fios de metal se cruzam, como um sensor. A/o hidroestesista, além de localizar a água, também descobre a quantidade, qualidade e a profundidade, marcando o terreno para futuramente cavar um poço ou cacimbas.

De acordo com a cartilha "A busca de água no Sertão com a vara indicadora: uma introdução à hidroestesia", de João Gnadlinger[64], nos últimos anos, a hidroestesia vem sendo estudada por pesquisadores da Universidade de Munique, na Alemanha. E, até o momento, em síntese, teria se chegado a seguinte conclusão: "Existe a hipótese de que o ser humano possui uma sensibilidade biológica de reagir a campos eletromagnéticos que se encontram na natureza e certos homens e mulheres a possuem de maneira mais expressa que outros". (GNADLINGER, 2001).

No trabalho prático de hidroestesia realizado com os jovens foram identificados três deles com a sensibilidade de encontrar fendas de água no subsolo.

Ainda no dia 15/08/2015, o Eixo Produção discutiu as formas de beneficiamento da produção no semiárido. Foi feita uma demonstração de duas realidades existentes: de um lado atividades econômicas tradicionais, de pouca inserção no mercado, com baixo uso de tecnologia, em contraste com setores com tecnologia de ponta que utilizam dentre outras a agricultura irrigada. Em ambas as situações as consequências ambientais são graves.

Segundo o IRPAA, o cultivo e as práticas de produção não apropriadas à região, o alto custo da produção, a baixa qualidade e o não beneficiamento dos produtos, a competição com os respectivos substitutos sintéticos e a fragilidade nas organizações dos trabalhadores e trabalhadoras familiares, fazem com que se restrinjam os canais de comercialização, trazendo um baixo retorno econômico e levando a uma progressiva descapitalização da população rural.

Foi apresentada aos jovens rurais, como exemplo de prática sustentável no semiárido, a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC), que utilizando frutas nativas, principalmente o umbu, são feitos e comercializados, inclusive para o mercado externo, doces, sucos, geleias, entre outros. Mais de450 famílias, em 18 comunidades estão envolvidas na produção e venda, o que tem contribuído para o empoderamento e auto-sustentação das famílias no campo, garantindo assim segurança alimentar e nutricional, inclusão sócio produtiva e melhoria da qualidade de vida das famílias sertanejas.

[64]João Gnadlinger é Austríaco e formado em gestão ambiental. Possui mestrado em Pedagogia pela Universidade de Salzburg, Áustria, e mestrado em Environmental Management pelo Imperial College da Universidade de Londres, Inglaterra. Desde 1991 está trabalhando na organização não governamental IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada), em Juazeiro-BA. Fez pesquisas sobre diferentes sistemas de captação de água de chuva e está engajado na promoção destas tecnologias em comunidades rurais no Brasil e no exterior. Ele trabalhou na organização dos nove Simpósios Brasileiros de Captação e Manejo de Água de Chuva (realizados entre 1997 e 2014). Internacionalmente, foi Vice-Presidente da IRCSA - International Rainwater Catchment Systems Association (Associação Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva) de 1999 a 2003 e continua sendo Diretor da IRCSA para a América Latina.

A noite do dia 15/08/2015 foi dedicada a cultura, com apresentações folclóricas, cânticos e danças e a preparação da mística para o dia seguinte.

No dia 16/08/2015, os jovens participantes da Escola acompanhados por técnicos do IRPAA realizaram uma visita à Barragem de Sobradinho e a Escola Família Agrícola de Sobradinho. A visita aconteceu de forma articulada com as temáticas trabalhadas nos dias de formação da Escola, onde as/os participantes já haviam discutido a questão hídrica no Semiárido, a ocupação e uso da terra, os valores das comunidades e povos tradicionais, a educação contextualizada. Ao retornarem para Juazeiro-BA, foi realizado um debate sobre as visitas: importância, o que aprenderam, o que foi mais relevante e menos relevante, a relação entre os temas já estudados e a realidade presenciada.

O período da manhã do dia 17/08/2015 foi dividido entre os Eixos Produção e Água. O primeiro provocou a discussão e reflexão sobre o manejo alimentar de cabras e galinhas, utilizando-se de cânticos, slides e a exposição na sala de alguns alimentos próprios para estes. Já o Eixo Água, através de textos bíblicos, falou da terra como promessa ao povo de Deus, além de compreender a Bíblia na visão do sertão.

Pela tarde, a formação foi dividida entre os eixos Produção e Terra. Temas como: manejo do solo, a questão ecológica e agroecológica e o tamanho da terra na região semiárida foram discutidos e trabalhados em grupo. Quanto ao tamanho da terra, os técnicos do IRPAA juntamente com os jovens participantes chegaram a conclusão que é necessário, além do direito de acesso a terra, esta precisa ter tamanho apropriado para a produção de base familiar, ou seja, com espaço suficiente para a criação de cabras, ovelhas, galinhas, porcos e outros animais de pequeno porte, e que possa comportar também outras técnicas como o cultivo de espécies forrageiras a serem usadas na alimentação desses animais, assim como a produção de alimentos para a família ou até mesmo para a criação, a exemplo de hortaliças, frutas, grãos, etc.

Segundo pesquisa desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA existem lugares no semiárido em que uma família precisa de uma área no tamanho de até 300 ha, para uma utilização rentável e não danosa ao meio-ambiente. O que ainda não ocorre, levando, portanto, a luta por uma política de Reforma Agrária que considere esses fatores.

A noite deste dia foi dedicada à preparação da mística para o dia seguinte.

O trabalho de formação do dia 18/08/2015 teve início através do Eixo Comunicação, que, dando continuidade a discussão anteriormente iniciada, deteve-se na

discussão e trabalho em grupo sobre as possibilidades e estratégias para uma nova comunicação, que reafirme o propósito da convivência com o semiárido. Este eixo parte da lógica de que é necessária uma revisão conceitual da região, a partir da reavaliação de alguns estigmas produzidos pejorativamente e inoportunamente, em função da "seca" como fenômeno catastrófico ou dos grandes empreendimentos (que em sua maioria geram enormes impactos para os recursos naturais e a vida do povo) como única face do progresso para o Semiárido. A nova comunicação que surge orienta-se no sentido inverso desta lógica.

Ainda pela manhã deste mesmo dia, a formação ocorreu em torno da história e importância das lutas sociais empreendidas pelos povos e comunidades tradicionais que sempre ocuparam a região como os indígenas, quilombolas, fundos de pasto, pescadores, marisqueiras etc.

Figura 15 – Foto do trabalho em grupo na 23ª Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido.
Acervo da autora

Discutiu-se também sobre o Decreto 6.040, publicado em 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNDCT e sobre a Lei 12.910/2013, do Estado da Bahia, que dispõe sobre a regularização fundiária das terras públicas estaduais, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos ou Fechos de Pasto. Após os debates e reflexões ocorreu uma apresentação de uma roda de capoeira composta por membros de comunidades quilombolas presentes na Escola de Formação.

No período da tarde do dia 18/08/2015 os Eixos Clima e Água iniciaram as atividades tratando sobre a Política da Água, levantando as seguintes questões para reflexão: O que significa o uso criterioso da água? Qual o meu compromisso com o Rio São Francisco? O que eu posso fazer? Utilizou-se, neste momento, de um vídeo sobre o tema discutido. Em seguida, os jovens participantes puderam debater sobre a gestão da água pelas famílias e sobre

a crise hídrica e as possíveis soluções, entre estas a soberania hídrica. Foram apresentados ainda para o grupo as cinco linhas de luta pela água: a) água para uso da família; b) água para uso da comunidade; c) água para a produção; d) água para emergência; d) água para o meio ambiente. Sobre o aspecto político da água no contexto da convivência com o semiárido foram abordadas as lutas, as atitudes e as ações necessárias para a garantia do direito à água de qualidade.

Seguida dessa discussão, o Eixo Educação debateu com o grupo sobre a Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, sua concepção política, seus fundamentos, princípios e sua importância. Foram apresentados os livros e cartilhas produzidas com a participação do IRPAA, como o livro "Conhecendo o Semiárido", dividido em dois volumes, destinado aos alunos do Ensino Fundamental 4º e 5º anos das escolas públicas de onze Estados do Semiárido brasileiro e trazem como conteúdo temas contextualizados sobre a vida, a história e a natureza do semiárido. Uma iniciativa da coordenação da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB – em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e o Centro de Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC e com o IRPAA.

A noite deste dia foi dedicada às atividades de registro do dia e atividades integradoras.

No dia 19/08/2015, após a alvorada e as atividades matinais, foi a vez dos jovens da 23ª Escola de Formação participarem do 1º Seminário Regional sobre Políticas Públicas para a Juventude, realizado pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF/Campus Juazeiro. O seminário ocorreu no horário das 8:00 às 21:00, no Auditório da Universidade. O dia foi finalizado com a avaliação do referido Evento.

A manhã do dia 20/08/2015 iniciou-se sob a responsabilidade do Eixo Educação, desta feita discorrendo sobre as políticas educacionais implementadas no País, desde a época do Império até os dias atuais. Conclui-se, após o debate entre os participantes, que as políticas educacionais vão se constituindo ao longo da história, sempre refletindo a conjuntura atual, econômica e social da época. E, por fim, refletiu-se sobre os desafios para a educação na contemporaneidade, pontuando a necessidade da participação da sociedade civil na definição das políticas públicas para a educação, além da necessidade de se definir estratégias de estudos e debates sobre o andamento do Plano Nacional para a Educação - (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Seguindo pela manhã do dia 20/08/2015, o Eixo Produção, dando continuidade ao que fora discutido em dias anteriores, tratou sobre a comercialização da produção e economia solidária. Houve a exposição da trajetória do IRPAA nesse setor: suas experiências, dificuldades e superações. Utilizando-se do trabalho em grupo, o Eixo conduziu os trabalhos lançando ao grupo questões como: Qual é o segredo para se produzir, consumir e comercializar no semiárido? Quem faz parte de associação, cooperativa e/ou algum outro grupo social? Após a reflexão e debate, foi elaborado com os jovens participantes um Plano Estratégico de Comercialização de produtos do semiárido. No período da tarde, o Eixo Terra trouxe em debate o papel das lideranças nos Movimentos Sociais na luta pelo direito a terra. Neste sentido, foram rememoradas algumas resistências ocorridas no Sertão como a de Canudos, tendo à frente a figura de Antônio Conselheiro; as Ligas Camponesas ocorridas na Zona da Mata em Pernambuco; a luta e resistência da Comunidade "Pau-de-Colher", em Casa Nova Ba, entre outras. Destacando, na atualidade, a luta em defesa da terra e da reforma agrária pelo MST. Uma das grandes conclusões a que se chegou foi a de que "Se o povo não tem terra, não adianta falar de convivência com o semiárido". Em seguida, o Eixo Comunicação encerrou as discussões da tarde com o Tema: "Políticas de Comunicação e Formas de Organização". Na noite deste dia a equipe da Coordenação da Escola promoveu atividades integradoras e a preparação da mística, além do registro das atividades ocorridas.

No 13º dia, 21/08/2015, ocorreu o encerramento dos trabalhos de Formação para a Convivência com o Semiárido. Inicialmente, a Coordenação Colegiada do IRPAA, através do seu técnico José Moacir dos Santos discutiu com o grupo a atuação política da juventude na comunidade e no município onde se vive para favorecer a permanência destes no semiárido. Reafirmou-se o compromisso dos jovens participantes neste sentido, considerando que todos e todas são oriundos de organizações da sociedade civil, tendo engajamento nas causas ligadas aos direitos da juventude, especialmente do meio rural em todo o Semiárido.

Em seguida a Coordenação da 23ª Escola de Formação, sob a responsabilidade dos jovens os técnicos do Instituto Denise Cardosos dos Santos e Diego de Albuquerque Oliveira oportunizaram a todos os participantes a avaliação do encontro, do conteúdo e do centro de Formação Dom José Rodrigues. Em seguida, foram entregues aos 58 jovens participantes o Certificado de Participação do Curso de Formação.

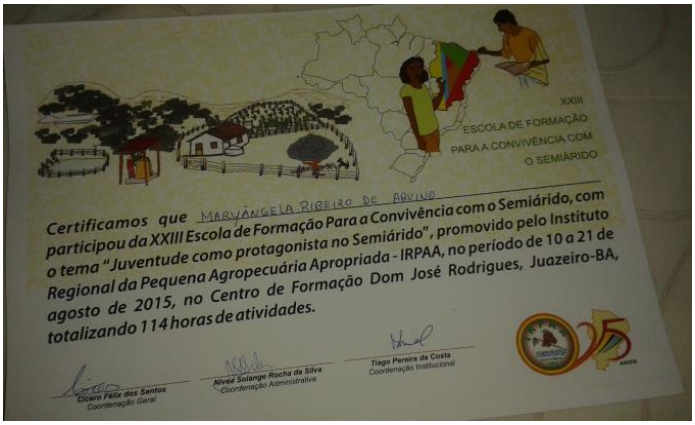

Figura 16 – Foto do Certificado de participação na 23ª Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido.

Acervo da autora

Em resposta ao questionário aplicado com alguns participantes sobre a aprendizagem adquirida com as atividades desenvolvidas na Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido e o que poderá mudar em sua vida e na vida da sua comunidade com tal aprendizado, obtivemos as seguintes respostas, transcritas literalmente:

> *Aprendi a conviver melhor com o semiárido, com práticas inovadoras, tecnologia avançada voltada para as culturas do Semiárido, formas de captação de recursos hídricos, manejo de produção alimentar, entre outras diversas tecnologias. (...) Poderá mudar os meios de produção, principalmente a comercialização e valorização dos nossos produtos, os meios de captação de água, armazenamento de alimentos para os animais, a forma de acesso à terra, os meios de educação contextualizada voltada para o campo podendo incentivar os jovens estudantes das possibilidades e capacidade que temos no semiárido.* (Marcos Amâncio de Carvalho. Comunidade Vereda da Onça, Pilão Arcado-BA).

> *Aprendi que é simples, é uma questão de práticas adequadas a nossa realidade e ao manejo adequado. Aprendi que as técnicas sulistas não funciona*(sic) *no semiárido. (...) Poderá mudar a qualidade de vida material, econômico e cultural(...).* (Antonietta da Silva Barbosa Barbalho, Assentamento Maria Gorete, Petrolina-PE).

Observo nos depoimentos acima a compreensão adquirida sobre a necessidade de utilizar-se de novas tecnologias sociais, a partir do que dispõe a natureza e de forma sustentável. A consciência sobre o uso racional da água, do armazenamento de alimentos para os animais, bem como a importância de estabelecer meios de produção voltados à comercialização e valorização dos produtos locais. A visão crítica sobre as "técnicas sulistas". O que afirma a identidade social da coletividade.

Adiante, pode ser constatado um nível de consciência de que a convivência com o semiárido mudará a maneira de se viver na região. Ademais, posso destacar que os jovens demonstram a importância e a necessidade de transmitir o conhecimento adquirido para as suas comunidades, o que confirma a principal intenção do IRPAA, ao realizar a formação.

> *Aprendi a cada dia dá mais valor a minha terra, meu Nordeste Semiárido e algumas técnicas de adaptação, para uma boa convivência com a região, como a criação de animais de pequeno porte e manejo. (...) Vai mudar minha forma de viver no sertão, pois vou levando alguns conhecimentos que serão de grande importância para a minha formação de vida. Levo para a minha comunidade mais garra e força para lutarmos por todos os nossos direitos.* (Romério G. Mendes, Agrovila Nova Esperança- Ouricuri-PE).

A finalização das atividades desenvolvidas na 23ª Escola de Formação para a Convivência com o Semiárido foi marcada por momentos de forte emoção entre os jovens, que cantaram, dançaram e se abraçaram numa corrente de solidariedade, cumplicidade e proximidade na relação entre eles, os que os deixam mais fortes e convictos do papel que devem desempenhar em suas comunidades na luta pela convivência com o semiárido e os tornam mais conscientes e reflexivos desse processo de formação.

Ademais, ao longo dos encontros, percebi o empenho de cada jovem em participar, pois cada um entrou no grupo por interesses próprios, singulares e coletivos, pelo desejo de auxiliar e de apoiar este trabalho, de adquirir novos conhecimentos e de realizar trocas. No desenvolvimento de cada encontro, realçava-se o clima de respeito, de acolhimento e de receptividade, e isso foi um aspecto essencial para a boa convivência no grupo.Pude notar também, que, durante todo o período de formação, existem questões, saberes, afetos e relações de outra ordem, mais humana, mais solidária, mais esperançosa. Uma forma de ser humano que não corresponde àqueles produzidos hegemonicamente pela sociedade capitalista atual.

Assim, é possível registrar que a "pedagogia da convivência" educa para uma determinada postura diante da vida: no caso para a convivência harmoniosa e respeitosa com a natureza e a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si próprio, enquanto contesta a ordem estabelecida, problematiza e propõe valores, transforma a realidade e se produz como sujeito da história. Ou ainda comungar com o pensamento de PIMENTEL (2002) para quem "é através das experiências vividas dentro do processo educativo que os sujeitos conhecem novas possibilidades de sentir, pensar e agir no Semi-árido" (PIMENTEL, 2002, p. 54)

Não só para aprender, mas como também para multiplicar o conhecimento adquirido é a intenção desta iniciativa. Além de ser uma ação carregada de esperança e fé na capacidade humana e na utopia de um mundo melhor, como desejou Paulo Freire. Enfim, o aprendizado só terá sentido na história que homens e mulheres vivem.

4.3. Uma experiência de convívio com o semiárido: a Comunidade de Testa Branca: Uauá-BA

Figura 17 – Foto da Comunidade Testa Branca- Uauá-BA.
Acervo da pesquisadora

Com o escopo de conhecer, analisar e refletir sobre uma experiência educativa do IRPAA voltada para a convivência com o semiárido e focada no objetivo desse trabalho de pesquisa, identifiquei, após leituras dos Relatórios anuais de trabalho do Instituto, conversas sistemáticas com seus técnicos e outros estudos, uma Comunidade que, ao longo dos anos, resistiu com firmeza e coragem na defesa da terra e do uso e preservação da área de Fundos de Pasto e, especialmente, porque participou dos processos de formação para a convivência com o semiárido, seja através da Escola de Formação, seja através de reuniões, encontros comunitários, seminários, assembleias e outras atividades coordenadas pelo IRPAA, além de ser considerada um exemplo de organização comunitária. Trata-se da Comunidade denominada de "Testa Branca", situada no município baiano de Uauá, que é um dos dez municípios pertencentes ao Território de Identidade Sertão do São Francisco. A Comunidade dista 20 km da sede deste município. Possui este nome devido à presença de formações rochosas de cor branca que ficam ao redor da localidade. Trata-se de uma comunidade que desenvolveu modos próprios de se organizar socialmente e de forma produtiva e que, em

função das lutas empreendidas e de conhecimentos sobre a importância da organização adquiridos, conquistou no ano de 1994 a regularização fundiária nas diretrizes do modelo fundo de pasto, por ocasião da fundação da Associação Agropastoril da Comunidade.

Para Arruda (1997), o Brasil abriga uma imensa diversidade sociocultural que se expressa em uma multiplicidade de comportamentos, saberes, línguas, crenças, modos de vida. Em meio a essa diversidade, encontram-se povos e comunidades que desenvolveram estilos de vida relacionados a ambientes naturais específicos e estabeleceram vínculos distintos com esses ambientes dos que prevalecem em meios urbano-industriais.

A Comunidade de Testa Branca é um exemplo dessa realidade: famílias que possuem um modo de vida simples e em harmonia com a natureza lá existente, possuidoras de uma consciência de proteção e preservação ambiental claramente presente na forma como se relacionam entre si e com a caatinga, na forma como criam os seus animais e como plantam o que necessitam, sem o uso de agrotóxicos e em prol da manutenção da biodiversidade, na forma peculiar e genuína de viver e conviver com a realidade semiárida e, especialmente, na forma de se desenvolver sustentavelmente.

Tudo isso foi constatado através das visitas realizadas na localidade e nas conversas que tive com pessoas da comunidade, entre os meses de agosto a novembro de 2015. Nessas idas pude ainda observar que as 101 (cento e uma) famílias que lá residem, constituídas de 122 homens, 145 mulheres, 51 jovens e 35 crianças[65] moram em boas casas de alvenaria, num tamanho digno, com energia elétrica e com bens de consumo necessários, além do que se encontram próximas umas das outras, existindo entre elas relações de parentesco ou compadrio e o sentimento de solidariedade e união, além do compartilhamento de valores e normas entre as mesmas. Observei, ainda, a presença de filhos e filhas adolescentes e jovens morando com a família e a maioria frequentando a escola. Pude observar que as mulheres além de "cuidadoras" da família, desempenham um papel ativo na produção, organização, no cotidiano da comunidade e na manutenção da família no campo. Ressalto que a construção da igualdade nas relações sociais, respeitando as diferenças, é também uma forma de convivência.

Pude observar que, não obstante a presença da tecnologia, como televisão, internet em algumas casas, a comunidade ainda mantém seus costumes, valores, tradições e identidade. O tempo e o espaço também lhes pertencem de uma forma diferente. Observei que ao lado dos galhos secos e cinzas da caatinga, em função de uma estiagem que dura há mais

[65]Dados obtidos junto ao Presidente da COOPERCUC o Sr. Adilson Ribeiro, morador da comunidade de Testa Branca.

quatro anos, existia uma plantação verde de palmas para alimentar com certa fartura os animais; pude constatar também a presença da vegetação nativa e pouca devastação, além de uma boa variedade de pássaros vistos no quintal da casa da família que muito bem me acolheu, onde pude beber uma água pura, limpa, como também saboreei junto a esta mesma família de um almoço farto e saudável, acompanhado de sucos, ora de umbu, ora de tamarindo, ora de maracujá do mato. Além das sobremesas que me foram gentilmente servidas.

É necessário destacar que todas as casas da comunidade possuem uma cisterna para consumo humano, construídas de alvenaria pelos moradores, o que tem garantido o acesso à água pura e de qualidade. Existem ainda na Comunidade cisternas de produção.

Na Comunidade de Testa Branca, bem junto às moradias, encontra-se uma das 13 mini fábricas de beneficiamento de produtos endógenos da caatinga, como o umbu e o maracujá do mato. Trabalham nela onze pessoas da comunidade, sendo mulheres e homens. Todos agricultores.

Cada unidade de beneficiamento e fabricação, que compõe a rede de produção da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá –COOPERCUC – com fábrica central em Uauá, tem a capacidade de produzir 10 toneladas/ano de geleia, doce, compotas e polpas, trabalhando 120 dias, 1 turno de 8 horas/dia com 11 pessoas operando o que tem rendido para as famílias o valor de em média.

A constituição legal da COOPERCUC se deu em 2004, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos associados através da produção, beneficiamento e comercialização dos seus produtos, sendo o principal deles o umbu e foi resultante do trabalho sócio - educativo de convivência com o semiárido desenvolvido peloInstituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada -IRPAA, junto aos agricultores e agricultoras.

A missão da cooperativa é contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar com vista à produção ecológica, economicamente viável e socialmente justa e solidária e sua visão é promover a melhoria da qualidade de vida dos agricultores(as) familiares de Canudos, Uauá e Curaçá a partir da organização e comercialização da produção.

Segundo Barquero (2001) a criação e a difusão da inovação no sistema produtivo, a organização flexível da produção, a agregação de economias de aglomeração, de economias de diversidade nas regiões e o fortalecimento das instituições são fatores determinantes para o desenvolvimento. Para esse autor, o papel das

instituições no processo de desenvolvimento é que seu fortalecimento permite reduzir os custos de transação e de produção, aumentar a confiança entre os atores econômicos, estimular a capacidade empresarial, fortalecer as redes e a cooperação entre os atores e incentivar os mecanismos de aprendizagem e de interação.

Entende-se que toda e qualquer proposta de desenvolvimento regional endógeno vai depender da inserção da comunidade com estratégias essenciais. Assim, o poder e a autonomia das comunidades seriam o requisito essencial para o desenvolvimento local. O modelo endógeno utiliza fatores territorializados de dentro para fora, uma política de apoio a Arranjos Produtivos Locais que se encontram dentro dessa estratégia, que tem como pontos comuns e necessários à educação e à formação profissional. (BARQUERO, 2001).

A pesquisa realizada na comunidade Testa Branca demonstrou que alianças intersetoriais despontam como arranjos inovadores capazes de operar transformações que motivam a permanência dos agricultores e dos seus filhos na terra.

Neste sentido, pude constatar a participação dos agentes locais no reconhecimento dos problemas, na sua hierarquização e na proposição de medidas, assim como no planejamento e na implementação das ações, o que contribui, no meu entendimento, para a melhoria das condições de vida das famílias existentes no local.

Entretanto, observei a existência de um fenômeno que vem ganhando dimensão, na atualidade, que é a desmotivação ou desmobilização da comunidade para novas ações o que coloca em risco as conquistas e benefícios existentes. Tal fato encontra-se presente na fala dos agricultores e agricultoras da Comunidade de Testa Branca que participaram do trabalho em grupo, por meio da técnica do grupo focal e das anotações registradas pela mediadora adiante transcritas.

A principal fonte de renda da Comunidade Testa Branca é a caprino ovino cultura. Todos os moradores da Comunidade são alfabetizados, sendo que vinte um destes concluíram o ensino médio, cinco concluíram o ensino técnico, dezessete o terceiro grau, vinte moradores estudam na Comunidade e cinquenta e sete estudam fora. Só existe em Testa Branca uma escola, com vinte alunos. Ademais, não há lá posto de saúde, o que obriga os moradores a recorrerem às comunidades próximas ou a Uauá, que dista 20 km. Saliente-se que, conforme relato do grupo, os postos de saúde existentes encontram-se em precárias condições de atendimento. Segundo seus moradores, a principal característica da Comunidade Testa Branca é se constituir em Comunidade Tradicional Fundo de Pasto e ser reconhecida como área de reforma agrária. Saliente-se que não há na Comunidade saneamento básico.

Em entrevista realizada no ano de 2013 ao Eixo Comunicação do IRPAA, quando da realização da 2ª Rota Estratégica de Aprendizagem do Programa Semear cuja temática foi "Promoção da Agroecologia e a construção social dos mercados na perspectiva da Convivência com o Semiárido", José Moacir dos Santos, colaborador desta Entidade desde a sua Fundação, pedagogo e militante social da luta por uma política nacional de Convivência com Semiárido, indagado sobre economia da caatinga e sobre a proposta de Convivência com o Semiárido no contexto de longa estiagem respondeu:

> (...) A discussão da economia da Caatinga é como tornar economicamente viável os vários produtos e bens que a Caatinga oferece, que até hoje não foram reconhecidos pela política pública, tanto na parte de crédito, como de assistência técnica, como também de mercado (...).
> A seca pela qual estamos passando agora trouxe muitos problemas, mas também têm coisas positivas. E uma delas é de fato perceber o que sobreviveu a esses três anos de seca, a Caatinga. É preciso perceber isto como potencial e transformar em bens, serviços e mercadorias. Esse período seco tem propiciado isto. (...)
>
> Independente da estiagem, nós somos a região que mais recebe bolsa família. Então, a nossa pobreza mais uma vez se prova que não é por conta do clima, mas toda essa conjuntura política e econômica que vem se fazendo. Uma das discussões que a gente tinha durante a Rota era observar a qualidade de vida das pessoas que a gente estava visitando. Isso quer dizer, como ela se posiciona na fala, se tem um discurso formado, se tem uma ideologia. O aspecto econômico, se já tem a casa de alvenaria, se tem os bens de consumo necessários. E na maioria a gente percebeu que sim, que as famílias têm uma melhoria bastante elevada na qualidade de vida. Imagina quando a gente começou a trabalhar no IRPAA vinte anos atrás, então numa época como esta, era uma seca até menor, mas no segundo semestre a gente não conseguia ir para as comunidades, até o padre cancelava as missas porque as comunidades não podiam receber as pessoas. Que não tinham nem água. Muito menos alimentos para fornecer às pessoas que iam se juntar ali. (...) A gente percebeu que em cada lugar o pessoal estava vestindo camisa, festa do licuri, festa do umbu, festa do bode. Mesmo tendo a seca, as pessoas festejam a produção que tiveram. (...). Em cada lugar que a gente foi tinha estas festas, a comunidade com muito alimento, produzido localmente, se não naquela comunidade, na comunidade vizinha. Almoçamos,
> lanchamos, jantamos nas comunidades, festas, tudo isso. Tudo com recursos locais. Não tinha produto vindo de fora ou tinha que comprar para trazer. Disponibilidade hídrica boa, as cisternas com água, tanque de pedra com água, poço com bomba manual com água. (...).

O relato acima é bem emblemático e reforça toda a discussão acerca da viabilidade da caatinga e, principalmente, sobre a necessidade da consolidação da convivência com o semiárido como um fator de bem-estar, autonomia e empoderamento das comunidades rurais.

Para o trabalho de pesquisa realizado junto à Comunidade Testa Branca utilizei a técnica do “grupo focal”, cujo objetivo foi o de identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias de seis membros da localidade sobre as experiências educativas de convivência com o semiárido promovido pelo IRPAA e o impacto destas na melhoria das condições de vida e da aquisição e consciência dos seus direitos, na perspectiva emancipatória.

Figura 18 – Foto do grupo focal em Testa Branca- Uauá-BA.
Acervo da autora

Assim, das discussões e reflexões realizadas, conduzidas pela nossa moderadora, o grupo reuniu em bloco, numa síntese, os itens mais importantes sobre cada tema discutido, que foram escritos numa folha grande exposta na parede da sala, para que todos visualizassem. Foram os seguintes resultados:

Quanto ao item referente à convivência com o semiárido e o trabalho do IRPAA, concluiu-se que houve aumento do conhecimento, aumento da produção, a existência e observância pela comunidade de um Plano de Viabilidade em busca do desenvolvimento sustentável, o conhecimento de novas alternativas a partir da realidade e a importância do trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER – desenvolvido pelo IRPAA.

Alguns assim se manifestaram individualmente:

> *(...) Antes do IRPAA a gente não era nada, depois do IRPAA tudo clareou, foi muito importante. Fez crescer nossa união e organização.*
>
> *(...) O trabalho do IRPAA na nossa comunidade melhorou a nossa condição de vida, de organização, de conquistas na nossa região. A consciência, o empoderamento adquiridos em relação à água, á terra, ao desenvolvimento sustentável, a necessidade de políticas públicas de convivência com o semiárido.*
>
> *(...) Eu nunca deixei de participar dos cursos e dos encontros do IRPAA, dos momentos do conflito, eu sempre dou um pouco do que aprendi as comunidades, aos jovens, porque eu acho muito importante a convivência com o semiárido. O IRPAA esteve sempre no trabalho educativo. E nós aprendemos muito.*
>
> *(...) O que eu sinto dentro da história é que a gente tem que se unir. E tem aí o trabalho do IRPAA. A melhor forma da nossa vida é o cooperativismo é o associativismo. É se unir, mas se não tiver outras pessoas interessadas para cooperar não vai dá certo*.

Na discussão sobre os problemas e dificuldades enfrentadas hoje pela comunidade Testa Branca, o grupo destacou três principais elementos: 1. A diminuição crescente das chuvas, o que fez ressurgir o uso de carros-pipa; 2. A acomodação dos membros da Comunidade o que tem dificultado a mobilização e 3. A falta de planejamento da propriedade.

> *(...) já houve aqui no início... De juntar mais de cem pessoas em reunião, assembleia, cursos e palestra feitas por nós, pelo IRPAA. Mas agora tá difícil. Muitos estão acomodados, sem interesse de participar. Para reunir a Comunidade hoje não está fácil.*

Pode-se observar pela fala acima a dificuldade que a comunidade encontra, na atualidade, para reunir-se, o que tem dificultado a própria discussão sobre os problemas que naturalmente existem em qualquer localidade.

Chama atenção, ainda, a identificação, por um dos membros do grupo, de uma possível causa para a acomodação por parte de alguns moradores da comunidade, como sendo

a falta de fiscalização pela sociedade na utilização dos programas sociais oferecidos pelo Governo Federal, sem que tenha havido, também, a exigência de uma contrapartida dos seus beneficiários.

> *(...) Houve muitos projetos sociais do Governo Federal que ajudaram. Houve muitas conquistas. Mas faltou, no meu entendimento, fiscalização, principalmente da sociedade. Sem contrapartida de quem se beneficia dos programas, pode ocorrer acomodação e falta de compromisso. A luta pelas conquistas de outros direitos ainda não terminou, falta muito pela frente.*
> *(...) precisamos de mais organização e mobilização para enfrentarmos os desafios que continuam existindo. O momento político que estamos vivendo é difícil e preocupante (...).*

No que se refere à produção da Comunidade de Testa Branca, o grupo apresentou a seguinte realidade: a) Quanto à criação: galinha, ovinos, caprinos, bovinos em quantidade menor e a crescente criação de suínos; b) Quanto à plantação: milho, feijão, palma, capim, horta, mandioca, leucena, gliricídia, sorgo, manga, maracujá, umbu, goiaba, acerola, limão, laranja e plantas medicinais.

Quanto aos direitos a serem conquistados para a garantia de uma vida digna no semiárido, o grupo apontou: uma educação contextualizada, que leve em consideração à realidade; o acesso à cultura, esporte e lazer; acesso à água de qualidade; acesso a terra e saúde de qualidade.

> *(...) tem que ter uma educação contextualizada, baseada na nossa realidade e voltada pro agricultor familiar. Eu acho que sem educação a gente não vai muito longe não, porque é através da educação que você vai ganhar conhecimento E quando você enxerga.....hoje eu tenho essa visão porque eu tive uma educação contextualizada, eu passei 8 anos numa EFAS, numa escola família agrícola, que sempre trabalhou nossa realidade e hoje eu vejo que aqui é viável, dá pra se conviver e bem, porque dentro de casa eu tive um exemplo muito grande, isto é inegável , mas será se eu tivesse estudado numa escola convencional e só tivesse o exemplo de minha mãe e de meu pai, seria suficiente para eu ter essa visão? Eu acho que não, aliás eu tenho certeza que não. Infelizmente nossa educação é precária demais tratando-se de conteúdos é muito, muito fraca, sem contar a frequência, sem contar as paralizações, a falta de transporte, sem contar a qualidade das estruturas das escolas e o conteúdo para a nossa realidade é pobre, é muito pobre.*

Desta fala pode-se observar a compreensão da importância da educação contextualizada, principalmente para o agricultor familiar, até porque o autor foi aluno da Escola Família Agrícola voltada à realidade do campo.

Adiante, discute-se a falta de uma educação escolar abrangente, completa, ou seja, uma educação que vá além dos níveis convencionais de ensino. Identifica-se a evasão escolar como uma das consequências da educação descontextualizada.

> *É só matemática, português, uma física que o que diz não é suficiente pra nós, porque não trabalha com caprinos, ovinos, com a galinha porque não trabalha com a terra, fica só no básico, então é insuficiente.*
>
> *[...] Eu acho que a educação é fundamental. Eu não vejo a educação separada da cultura, do esporte, aí você pega a educação e ela é incompleta, para mim se a escola não oferece a educação completa, está fragilizado o processo, está incompleto. Eu não estou falando do ensino, o ensino tá lá, eu estou falando da educação completa e contextualizada. As escolas estão fora da nossa realidade, que não tem nada a haver com a gente, por isso há evasão, além de não terem condições, por exemplo num calor desse, não tem um ventilador[....] A condição, a condição não tem[...].*

Para o homem e mulher do campo a educação escolar tem um significado e importância muito grande. Torna-se necessário para eles que a educação esteja identificada com o contexto e realidade onde vivem, trabalham e se divertem, que se fundamente em bases teóricas e pedagógicas que os emancipe, numa perspectiva de transformação das estruturas vigentes e dos próprios sujeitos. O homem e a mulher do campo não querem mais conviver com a realidade dos altos índices de analfabetismo, de evasão escolar, de crianças e adolescentes fora da escola, de escola precária, professores sem formação adequada, livros didáticos que só retratam a realidade do Sul, enfim, o que eles querem é uma aprendizagem que tenha significado, que contemple também às suas realidades, sonhos, crenças, lutas e conquistas, que promova a cidadania e que contribua para a convivência com o meio onde vivem.

Destarte, após o trabalho de pesquisa realizado e analisando as falas e intervenções dos agricultores e agricultoras envolvidos(as) no trabalho em grupo posso inferir que constatei *in locu* uma experiência de convivência com o semiárido bem sucedida, construída ao longo de anos por homens e mulheres comprometidos com a vida digna, movidos pelo sonho e esperança de uma sociedade justa e igualitária, imbuídos no propósito de construírem coletivamente um novo paradigma de convivência sustentável com o semiárido, a partir da realidade local e sustentado em princípios e valores humanos, consolidando-se por meio de processos educativos. Encontrei famílias rurais que, mesmo com todas as dificuldades do dia-a-dia são felizes porque, sem precisarem sair de suas terras, afastarem-se de sua gente, permaneceram com dignidade na caatinga, superando as

adversidades ecológicas e econômicas, mas fortalecidas pela consciência adquirida na luta e nos processos de formação educacional de que participaram e pelo qual se orgulham. Encontrei homens e mulheres que se fazem, mesmo custosamente, autores das suas histórias e carregam em si a força de mudança e transformação social e a necessidade de verem garantidos os seus direitos.

CONCLUSÕES

A inspiração inicial para desenvolver esta pesquisa adveio, inicialmente, do meu constante interesse e curiosidade em estabelecer conexões, num processo interdisciplinar, entre diferentes áreas de conhecimento: no caso entre a educação e os direitos humanos. Sempre entendi importante a captura, especialmente por meio de processos investigatórios e de forma dialética, da totalidade social, incluindo a relação indivíduo/sociedade e a relação entre indivíduos. Sempre me inquietou, causando estranheza, a forma estanque e cartesiana de estudos e pesquisas que, rotineiramente, ainda ocorrem na Academia. As diversas áreas de conhecimento parecem que se bastam. Muito raramente se estabelece um diálogo e um convívio entre as mesmas, o que tem provocado rupturas e fragmentações da própria realidade. Conviver consigo e com os diferentes têm se tornado a tônica do momento. Ser com o outro e com a natureza tornou-se uma exigência do mundo contemporâneo. Em face de uma sociedade desigual, eclética e veloz como a nossa impõe-se compreender e aceitar as diversas partes dentro de um todo, numa constante e permanente busca do sentido e significado da vida.

Neste sentido, o processo investigativo desenvolveu-se de modo a conhecer e analisar as experiências educativas voltadas para a convivência com o semiárido, sob a responsabilidade do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, com o escopo de identificar se essas experiências contemplavam os direitos humanos emancipatórios capazes de gerar melhoria nas condições de vida dos pequenos agricultores e agricultoras situados no Território Sertão do São Francisco. Para tanto, formulei a seguinte indagação: as práticas educativas voltadas à convivência com o semiárido promovidas pelo IRPAA, através da Escola de Formação Dom José Rodrigues, contemplam os direitos humanos na perspectiva emancipatória, capazes de melhorar as condições de vida dos pequenos agricultores e agricultoras situados no Território Sertão do São Francisco?

Depois de reiterados estudos, análises, observações, entrevistas e experiências realizadas pude constatar que a proposta de Convivência com o Semiáridoconsiste numa nova e transformadora forma educativa, onde o IRPAA busca construir e reconstruir junto às comunidades rurais e também urbanas do Território do Sertão São Francisco conhecimentos, tecnologias eficazes, que, respeitando as características do povo e das terras desta região, tornem-se sustentáveis ao desenvolvimento local e à autonomia de homens e mulheres sertanejos e sertanejas, sob a perspectiva da convivência. A contextualização e a ampliação

dos saberes tem sido a fundamentação teórica e metodológica que dá sustentação a essas ações educativas. O compromisso assumido pela Entidade quanto à reordenamento das terras, em conformidade com a realidade climática, com a produção apropriada às condições climáticas, à captação, armazenamento e gestão adequada das águas e a educação contextualizada à realidade local orientam suas intervenções.

Posso afirmar que o IRPAA trabalha junto às comunidades, especialmente as rurais do Território Sertão do São Francisco, na perspectiva do seu empoderamento e de suas lideranças, estimulando a autonomia, a solidariedade, a organização, a autoestima e a autogestão, na expectativa de mudanças reais de mentalidade e de atitudes que deem substância à sustentabilidade desejada para o desenvolvimento rural, a partir da convivência com a realidade semiárida e que se firme a consciência de que o acesso à terra, à água, à educação são direitos básicos, que necessitam ser urgentemente efetivados para toda a população, em especial para agricultores e agricultoras familiares do semiárido brasileiro.

As ações educativas promovidas pelo IRPAA, nas suas variadas dimensões, contêm elementos e características semelhantes aos movimentos de Educação Popular, especialmente aos Círculos de Cultura, criados por Paulo Freire, ocorridos no Brasil na década de 60. A Educação Popular se caracteriza por sua vinculação aos grupos populares, urbanos ou rurais, como segmentos populacionais marcados por discriminações, injustiças e por diferentes formas de exclusão e marginalidade social. Ademais, percebe-se a presença de uma proposta cristã comprometida com intervenções sociais libertadoras e emancipadoras dos oprimidos. Observou-se, também, a aproximação e engajamento do Instituto com os diversificados movimentos sociais e populares e bandeiras de luta da atualidade, com destaque as lutas empreendidas pela democratização e regularização da terra e comunidades tradicionais, pela gestão participativa no uso e preservação dos recursos hídricos, pela produção, gestão, beneficiamento e fortalecimento da agricultura, comercialização da produção de base familiar, fortalecimento da agricultura familiar e também pela educação contextualizada.

Consciente de que as ações educativas desenvolvidas pelo IRPAA, ao longo dos seus 25 anos de existência, não proporcionaram condições para uma transformação social radical no sentido de rompimento com o sistema capitalista seletivo e desagregador (até porque me parece não ser esta a intenção), mas reconheço o caráter democrático, participativo e inovador das suas ações e projetos que buscam ultrapassar, muitas vezes, as fronteiras da ordem estabelecida, mesmo aliando-se ao Estado, talvez porque o veja, no momento, como

um dos principais garantidores dos direitos humanos. Reconheço o compromisso, seriedade e ética de seu corpo técnico e a unidade nas suas ações. Presenciei, no relato de vários camponesas e camponeses, de líderes de movimentos sociais, de pesquisadores e de órgãos públicos e privados o respeito e reconhecimento da jornada de luta e empreendimentos sociais do IRPAA. Pude identificar nas falas de alguns de seus técnicos e do seu Diretor Haroldo Schistek a clareza e a consciência do que se propõem a realizar e realizam, no sentido de se garantir a efetiva convivência com o semiárido, como forma de se garantir uma vida digna e valorosa para gente simples do sertão.

Outro aspecto que destaco como relevante é o caráter educativo e formativo de troca e produção de conhecimentos que permeiam as atividades teóricas e práticas executadas pelo Instituto. Constata-se que todos os seus cinco Eixos: Terra, Água, Produção, Comunicação, Educação para a Convivência com o Semiárido atuam no sentido de unir a produção de tecnologia à construção de um "imaginário", "uma ideia-força" da existência da vida, mesmo em condições adversas e a possibilidade de sua transformação. O IRPAA direciona seu trabalho, buscando, por meio de suas ações educativas, tratar dos diversos temas relacionados à convivência com o semiárido de forma interdisciplinar e abrangente, além de levar os agricultores e agricultoras a compreenderem o porquê dos acontecimentos, numa atitude dialética e dialógica.

A minha participação na 23ª Escola de Formação, que ocorreu no Centro de Formação Dom José Rodrigues em Juazeiro-BA possibilitou a certificação de que as dinâmicas utilizadas no processo de formação encarnam, exigem e projetam dimensões relacionadas ao modo de vida das pessoas, especificamente, das que vivem no semiárido. Os valores, posturas, visão de mundo, tradições, costumes tornam-se objeto de estudo, reflexão e de ressignificação. Neste processo, os homens e mulheres do campo se (re)constituem como principais sujeitos do movimento pedagógico da formação para a convivência com o semiárido. As ações desenvolvidas revelam uma profunda fé na pessoa humana e esperança na capacidade mobilizadora que torne possível a construção de uma sociedade justa e igualitária.

A entidade entendeu a necessidade da participação das comunidades rurais no processo de formação para, a partir dos saberes locais e das reflexões dos problemas cotidianos, construir e reconstruir conhecimentos, adotar novas posturas, elevar o nível de pertencimento e, especialmente, intervir na realidade na perspectiva de transformá-la, além de se tornarem multiplicadores do conhecimento.

Nas experiências educativas do IRPAA que vivenciei a importância do diálogo com o outro e a consciência de que todos têm direito à voz e se educam mutuamente merecem destaque. O diálogo é, como afirmou Paulo Freire (1987, p. 79), uma exigência existencial: "é o encontro de homens que *pronunciam* o mundo", conjuntamente, e não "doação do *pronunciar* de uns a outros. É nele que se solidarizam o refletir e o agir de todos os participantes envolvidos empenhados em construir um mundo mais humanizado e, por isso, mais solidário, mais fraterno, mais digno. Este diálogo promove uma reflexão que pode conduzir qualquer indivíduo a um nível crítico que gera uma ação, que é capaz de emancipá-lo(s) em conjunto pois libertar-se da opressão não é algo isolado, mas coletivo, de modo que os indivíduos conjuntamente se libertam. Logo, a proposta dialógica, onde todos têm direito a voz, faz-se imprescindível. Para Freire (1980), a conscientização é construída no contexto da ação-reflexão-ação, ou seja, não pode existir fora da práxis. Isto quer dizer que conscientização envolve ação, e isto implica em tomar posse da realidade por diversos ângulos. Desta forma, a Entidade prioriza sempre a atitude dialógica em suas ações e nas relações que estabelece com a sociedade e, principalmente, com as comunidades do campo.

No curso deste trabalho, foram de fundamental importância a pesquisa bibliográfica e a fundamentação teórica para melhor apropriação do tema sobre a convivência com o semiárido e outros abordados, sobretudo em face da complexidade que os revestem.

A metodologia e as técnicas de pesquisa escolhidas e utilizadas contribuíram largamente para os resultados alcançados e o alcance dos objetivos propostos, merecendo destaque a escuta dos técnicos do IRPAA, que prontamente atenderam às minhas solicitações e chamados, dos jovens do campo que participaram da 23ª Escola de Formação, de lideranças comunitárias e de movimentos sociais, as visitas feitas a uma comunidade de "fundo de pasto" assistida pelo Instituto e o trabalho utilizando a técnica do "grupo focal" com membros dessa comunidade, que propiciou a oportunidade do posicionamento coletivo, da concordância e discordância, da narrativa de fatos e eventos esclarecedores da situação enfocada.

O contexto do semiárido que estudei confirma o que já havia assinalado Dom José Rodrigues que "no nordeste não falta água, falta justiça", ou seja, as limitações do semiárido não estão circunscritas aos eventos naturais da seca e da estiagem e sim pela inexistência de uma política pública de convivência com o semiárido e de práticas sustentáveis que revertam os indicadores sociais perversos que ainda marcam o cenário da região. A proposta da convivência tem avançado e envolvido diversos segmentos da sociedade e do próprio Governo o que demonstra a sua viabilidade.

O encontro com a comunidade de Testa Branca, situada em Uauá-Ba e o trabalho em grupo lá realizado permitem-me apresentar os seguintes registros: a) A comunidade apresenta um bom grau de organização e consciência política; b) Há entre eles um sentimento de solidariedade, companheirismo e presteza; c) Existe entre as pessoas o entendimento e assimilação da proposta de convivência com o semiárido, que se revela não só nas falas, mas também demonstrada na consciência de proteção e preservação ambiental claramente presentes na forma como se relacionam entre si e com a caatinga, na forma como manejam animais e plantas nativas, na forma como cultivam plantas sem o uso de agrotóxicos e em prol da manutenção da biodiversidade, na forma peculiar e genuína de viver e conviver com a realidade semiárida; d) A existência de uma das mini fábricas da Cooperativa Agropecuária Familiar de Uauá, Canudos e Curaçá (COOPERCUC) na comunidade eleva o sentimento de autoestima, pertencimento e dignidade, além de ser um dos instrumentos de sustentação financeira das famílias; e) Houve aumento do conhecimento mais elaborado e da produção agropecuária, a partir do trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER – desenvolvido pelo IRPAA; f) Existe na comunidade cisternas de captação de água para consumo humano e cisternas de produção, construídas de alvenaria com a participação de moradores, através do IRPAA; g) A comunidade ainda mantém presente seus costumes, valores, tradições e identidade, muito embora alguns moradores tenham ressaltadoa interferência negativa da mídia, principalmente junto aos jovens; h)É motivo de satisfação e orgulho a conquista pela comunidade da regularização fundiária nas diretrizes do modelo fundo de pasto; i) Pode-se perceber que as mulheres além de "cuidadoras" da família, desempenham um papel ativo na produção, organização, no cotidiano da comunidade e na manutenção da família no campo; j) É possível constatar a participação dos agentes locais no reconhecimento dos problemas, na sua hierarquização e na proposição de medidas de solução, assim como no planejamento e na implementação das ações de desenvolvimento; k) Pode-se atestar também a presença da vegetação nativa e pouca devastada e de uma considerável plantação de palmas para alimentar com certa fartura os animais. As palmas são utilizadas nos períodos críticos da seca, ou seja, como reserva estratégica para enfrentar a estiagem .

Destaco que algumas lideranças da comunidade também identificaram problemas e desafios a serem enfrentados, especialmente no que diz respeito a desmotivação e desmobilização que boa parte de seus moradores apresentam na atualidade, como uma certa "acomodação" a situação social e inércia diante de novos desafios, o que tem dificultado o trabalho comunitário e que coloca em risco as conquistas e benefícios existentes.

O Sertão do São Francisco é um território onde os olhares do agronegócio e da mineração estão atentos a qualquer movimento que coloque em risco o seu projeto de desenvolvimento. Esses setores ainda contam com o apoio governamental para fortalecer o seu projeto. Nesse território, agricultores e agricultoras familiares, indígenas, ribeirinhos entre tantos trabalhadores e trabalhadoras que vivem nessa região fazem um exercício diário de resistência a um sistema imposto que gera conflitos, doenças e mortes.

O trabalho de pesquisa desenvolvido me permite concluir que as experiências educativas voltadas para a convivência com o semiárido, sob a responsabilidade do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA contemplam e promovem os direitos humanos emancipatórios capazes de gerar melhoria nas condições de vida de comunidades tradicionais, agricultores e agricultoras situados no Território Sertão do São Francisco, pois se sustentam em ideais, valores e princípios que buscam garantir a dignidade da pessoa humana, a cidadania ativa e participativa, a justiça e a inclusão social. Os direitos humanos emancipatórios estão contemplados quando há um compromisso com as classes exploradas, no campo ou na cidade; quando prevalecem ações de repulsa, indignação e denúncia contra todas as formas de exploração social e econômica; quando se respeitam as diferenças e as singularidades humanas; quando se defende e se luta pela distribuição justa da terra; quando se luta contra a imposição de leis ambientais incompatíveis com a tradição dos Fundos de Pasto; quando se defende o acesso à água de qualidade como um bem comum; quando se coloca contrário a concentração das terras e das fontes de água nas mãos de latifundiários e empresas do agronegócio; quando se busca garantir a independência produtiva e alimentar às famílias de agricultores e agricultoras da caatinga; quando se promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários e, ainda, quando se pretende garantir uma educação contextualizada que se fundamenta na construção de novos paradigmas e novos saberes, onde se estabelecem diálogos interdisciplinares através dos conhecimentos escolares, visando o desvelamento dos fatos e a compreensão aprofundada dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que estão implícitos na vida do sertanejo e sertaneja, com o escopo de leva-los a ampliarem o olhar sobre o contexto no qual estão inseridos, superando as visões ingênuas e simplificadas da realidade. Assim faz o IRPAA.

Penso que a defesa da convivência com o semiárido se sustenta na ideia de um novo modelo de desenvolvimento centrado no homem e na natureza, que se embasa na justiça e no respeito a todas as formas de vida, que se opõe aos interesses do capital. Por fim, que se

insurge ao modelo de desenvolvimento hegemônico e desigual e aponta para outras direções, considerando o homem e a mulher que lá vivem.

Será esta uma utopia? Mas, como disse Sartre, uma ideia, antes de ser efetivamente concretizada, tem uma estranha semelhança com a utopia. Assim, mantenhamos, pois, nossa utopia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4 ed. Recife; São Paulo: Cortez Editora, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste.** 7. Ed. Revisada e aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.

ANHÃO, Silvio (org.). **A Questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ARAÚJO, Cidália et al. Estudo de Caso. **Métodos de Investigação em Educação**. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2008. Disponível em: http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf>. Acesso em: 02 de out. 2014.

ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo – Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo.** Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
_____. **A Condição Humana.** Trad. Roberto Raposo. Revisão técnica e apresentação de Adriano Correia. 11 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
ARRUDA, R. S. V. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 1999, Curitiba. Anais. Conferências e Palestras, v. 1, p. 262-267.

ASA. **Caminhos para a Convivência com o Semi-Árido**. 13 ed. Recife: 2012.

_____Encontro Nacional da ASA, VII, 2010 c, Juazeiro. *Anais.* Juazeiro: Caderno do participante. ASABRASIL.

_____ . **Declaração do semiárido: propostas da articulação no semiárido brasileiro para a convivência com o semiárido e combate à desertificação.** Disponível em : <http: // www.asabrasil.org.br>. Acesso em julho de 2014.

ARROYO, Miguel G. **O direito a tempos-espaços de junto e digno viver**. In: MOLL, Jaqueline (Org.). Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 33-45

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.**
_____. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BARCELOS, Ana Paula de, **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais,** *o principio da dignidade da pessoa humana.* Rio de Janeiro: renovar, 2002.

BARDIN Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977

BARQUERO, Antônio Valzquez. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização.** Introdução: Globalização e Desenvolvimento Endógeno. FEE/ UFRGS: Porto Alegre, 2001.

BARRETO, Vicente de Paula. **Multiculturalismo e direitos humanos: um conflito insolúvel?**", *in* César Augusto Baldi (org.), *Direitos humanos na sociedadecosmopolita*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

BICUDO, Hélio. **Direitos Humanos e sua proteção**. São Paulo: FTD, 1997.

BLOCH, Didier. **Água direito à vida**. CÁRITAS Brasileira, IRPAA, Unicef. Recife: 2001.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 1 ed. 12. tir. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BOFF, Leonardo. **A Águia e a Galinha: uma metáfora da condição humana**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres.** São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Nova Era: a civilização planetária.** São Paulo: Ática, 1994.

_____. **O Despertar da Águia.** Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Saber Cuidar. Petrópolis:** Vozes, 1999. 199p.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. In II Congresso Latino-Americano de Estudos Constitucionais. Período: 03 a 05 de abril de 2008, Fortaleza/CE.

BORGES, Marina Soares Vital, **Direitos Humanos na perspectiva da Antropologia Jurídica**, São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIN, Alain. **A Questão Local.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRAGA, Osmar Rufino, *in***Educação no contexto do semiárido brasileiro.** Juazeiro-BA. Fundação Konrad Adenauer: Selo Editorial RESAB, 2004. Organizadores KUSTER, Angela;

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. SP: Brasiliense, 1985.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 16. Ed. Organização de Alexandre de Moraes. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. PAN-Brasil: Programa de ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca- edição comemorativa 10 anos da CCD - Brasília: MMA/SRH, 2004

BREGA FILHO, Vladimir. **Direitos fundamentais na Constituição de 1988**: conteúdo jurídico das expressões. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUENO, S. (2007). **Minidicionário da língua portuguesa**. (2ª ed.). São Paulo: FTD.

CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio. (Org.) **Dicionário de educação do campo.** Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CANDAU, Maria Vera. ET AL.. I – **Tecendo a cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos. Petrópolis, RJ: Vozes**, 2000.

_____. **Multiculturalismo e Direitos Humanos**. In: BRASIL *Construindo a Cidadania:* desafios para o século XXI – Capacitação em rede. Recife: Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo:FFLCH, 2007, 85p.Disponibilizado em: http://www.fflch.usp.br/dg/gesp, acessado em 07/10/2015.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Natureza, Território e Convivência**. Jundiaí, Paco Editorial, 2012.

CARMO, R.B.A. 1999. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira.** Disponível em http://www.sober.org.br/palestra/12/110484.pdf, Acesso em setembro de 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 01. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____ **Redes de Indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**- 1 ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro - pão ou aço. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CELOS, Jeferson Fernando. **O direito enquanto práxis contra-hegemônica e a luta pela terra na perspectiva dos movimentos sociais populares**. 2007. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos. 3 ed. São** Paulo: Saraiva, 2010.

CONTI, Irio Luiz e PONTEL, Evandro: **Transição paradigmática na convivência com o Semiárido.***In:* Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social / Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder (organizadores). Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/REDEgenteSAN / Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o

Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013.

COUQUEIRO, José da Rocha. **Entrelaçando revista eletrônica de culturas e educação** N. 6 • V 1 • p. 47-60 • Ano III (2012) • Set.-Dez. • ISSN 2179.8443 Caderno Temático IV Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial.

COUTINHO, Joana. **As ONGs: origens e (des)caminhos.** Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloadas/v1314 joana.pdf. Acesso em 02 de abr. 2010.

DEMO, Pedro. **Educação pelo avesso**: assistência como direito e como problema. São Paulo: Cortez, 2000.

DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do Conhecimento**: **os desafios da educação**. São Paulo. Vozes: outubro de 2013. (versão atualizada).

_____. **Economia da Água**. Texto Publicado em 2005.

_____. **Desenvolvimento, inovação e sustentabilidade: contribuições de Ignacy Sachs – Ed. Garamond Universitária, Rio de Janeiro, 2014.**

_____. A formação do capitalismo dependente no Brasil. editora brasiliense, São Paulo, fevereiro de 1981.

_____. Ladislau Dowbor (Org.) Biomas do Brasil: desafios e alternativas – BiomesofBrazil – Editora Brasileira de Arte e Cultura, Santos, 2013.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

DOURADO, Walter Castro, 1983- **Juazeiro da Bahia à luz da história** – Juazeiro-BA, 1983. Edição comemorativa do Sesquicentenário de emancipação política de Juazeiro. Obra premiada pela Prefeitura Municipal de Juazeiro, conforme Lei número 201, de 11 de novembro de 1954.

DOURADO, José Aparecido Lima: **DAS TERRAS DO SEM-FIM AOS TERRITÓRIOS DO AGROHIDRONEGÓCIO: conflitos por terra e água no Vale do São Francisco (BA)**. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" (FCT/UNESP), São Paulo, 2015.

_____. Em artigo intitulado "Agrohidronegócio e as Disputas Territoriais no Semiárido Baiano: Acesso a Terra e a Água em Ambiente de Conflito", publicado pelo Centro

de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), 2013.

DUQUE, José Guimarães. **Solo e água no polígono das secas.** 5ª ed. Coleção Mossoroense – Vol. CXLII, 1980.
ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite A organização da propriedade da terra e das relações de trabalho no Brasil - Revista Cadernos do Logepa - vol. 3, n. 2, 2004, João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB - http://www.geociencias.ufpb.br/cadernosdologepa

FAORO, Raymundo Faoro. **Os donos do poder**: formação do patronatopolítico brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FAVERO, Celso Antônio; SANTOS, Stella Rodrigues dos**.** ***Semi-árido:*** **fome, esperança, vida digna.** Salvador: UNEB, 2002.

FERNANDES, Domingos. (1991). **Notas sobre os paradigmas da investigação em educação.** Revista Noesis n. 18. Retirado de http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi2/Fernandes.pdf

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: editora Moraes, 1980. 102p.

_____. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século.** 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Coleção estudos culturais em educação.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento:** *enfoque interdisciplinar.* São Paulo: Editora Nacional, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: Introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez Editora, 1988.
_____. **Pedagogia da terra.** 2ª ed. São Paulo: Peirópoles, 2005.

GAIO, Roberta (organizadora). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**; tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GNADLINGER, João. **A Busca de Água no Sertão:** Convivência com o Semi-Árido. JuazeiroBA: IRPAA, 5 ed., 2011.

_____. A busca de água no Sertão com a vara indicadora: uma introdução à hidroestesia, Juazeiro-BA: IRPAA, 2001.
GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. – 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 1999.
_____. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor.** – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
_____. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010. – Coleção questões da nossa época; v.1.
_____. **A educação não-formal e a relação escola-comunidade**. Revista ECCOS, n. 2, vol. 6, Dez 2004.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes, 1997 **– Opara: formação histórica e social do submédio São Francisco**. Juazeiro: [s.e], 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**, tradução Marcos Santarrita - São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

http://www.asabrasil.org.br

http://desertificacao.cnrh-srh.gov.br/. acessado em 10 de março de 2015.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 17 de junho de 2014.

http://www.resab.org/resab.html/ acessado em 17 de junho de 2014.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

IBGE, Censo Demográfico 2010. (www.cidades.ibge.gov.br)

IRPAA. Instituto da Pequena Agropecuária Apropriada: **No Semiárido viver é aprender a conviver.** Informativo. Juazeiro (BA), 2002.
IRPAA, **25 anos trabalhando pela convivência com o semiárido**, 2015, p. 06).
IRPAA – **20 anos trabalhando pela convivência com o semiárido**, 2010

KROHLING, Aloísio;MARCHIORI, Stefanir. **Os Direitos humanos na perspectiva da antropologia cultural.** Aracaju: **Evocati Revista** n. 37, jan. 2009. Disponível em: http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp. Acesso em: 11/11/2015.

KUSTER, Angela; MATTOS, Beatriz Helena de Mello (Org.). **Educação no contexto do semiárido brasileiro.** Juazeiro-BA. Fundação Konrad Adenauer: Selo Editorial RESAB, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico B; FRANCO, Jussara Botelho – **Aspectos Teóricos e Metodológicos do Círculo de Cultura:Uma Possibilidade Pedagógica e Dialógica em EducaçãoAmbiental.** VI Encontro "Pesquisa em Educação Ambiental", Ribeirão Preto, setembro de 2011 – Disponível em: http://brasil.campusvirtualsp.org/sites/default/files/CirculonaEduAmbient.pdf.
LUCCI, Eliane A. **IBGE/Geografia Homem & Espaço**. Editora Saraiva. 2000

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MACEDO, Odomaria Rosa Bandeira. **A convivência com o semi-árido:** 2004. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, em 2004.

MCLAREN, Peter. **A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2011.
_____. Entrevista publicada em Currículo sem Fronteiras com autorização do autor e do entrevistador. Tradução: Pedro Bendassolli. Revisão da tradução: Luís Armando Gandin–2001. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

MARTÍNEZ, Gregório Peces-Barba; GARCIA, Eusébio Fernandez. **Historia de losDerechosFundamentales** Tomo I: transito a la modernidade siglos XVI y XVII. Institutos de Derechos Humanos Bartolome de las Casas. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, 1998.

MARTINS, Josemar da Silva. **Anotações em Torno do Conceito de Educação para a Convivência com o Semi-Árido**. In: RESAB, Secretaria Executiva. Educação para a convivência com o semiárido: reflexões teórico-práticas. 1ª Ed. Juazeiro-BA: Secretaria Executiva da RESAB, 2004.

MASTRODI, Josué. **Direitos sociais fundamentais**. Lúmen Juris Editora. Rio de Janeiro: 2008.

MATTOS, B. H . M. Natureza e sociedade no semi-árido brasileiro: um processo de aprendizagem social ? In: Educação no contexto do semi-árido brasileiro. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

MATURANA, R. Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MEDEIROS, Leonilde S. de. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: FASE, 2012.

MELGARÉ, Plínio. **Direitos Humanos: uma perspectiva contemporânea** - para além dos reducionismos tradicionais. Brasília a. 39, n. 154, abr./jun., 2002.

MERRIAM, S. B. Qualitative research and case study applications in education. San Francisco/CA: Jossey-Bass, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: BoitempoEditorial, 2005.

_____. **A crise estrutural do capital.** Fev. 2010. Disponível em http://www.meszaros.comoj.com/. Acesso em março de 2015.

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

TRIVIÑOS, A. (1987). **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Plano nacional de reforma agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: MDA, 2003. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Banco da Terra. Disponível em: http://www.bancodaterra.gov.br/bt1.htmbt1. Brasília: MDA, 2007.

MORAIS, Alexandre de. **"Direitos Humanos Fundamentais**. Teoria Geral. Doutrina e Jurisprudência". 2ª Edição – Ed. Atlas, 1998

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: Unesco, 2007.

NERI, Ângelo et al. Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA): **Educação para a convivência com o semi-árido**. In: KÜSTER, Angela; MATTOS, Beatriz (org.). **Educação no contexto do semi-árido brasileiro**. Juazeiro-BA: Konrad Adenauer: Resab, 2007.

OLIVEIRA, Lucia Marisy Souza Ribeiro de. **Educação rural e desenvolvimento local sustentável: a lógica subjacente das relações inter-setoriais.** Tese apresentada à Coordenação do Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, da Universidade Federal Do Pará – UFPA, 2005.

OLIVEIRA, L. M. S. R. & OLIVEIRA, Luciana Souza de. **Reflexões sobre os agentes de desenvolvimento e a sua relação com a sustentabilidade do Alto Sertão Piauí-Pernambuco**: uma abordagem teórico-metodológica. In: Formação de Agentes de Desenvolvimento Sustentável: diálogos entre o fazer técnico e o saber humanista. Juazeiro: Editora e Gráfica Franciscana, 2007.

OLIVEIRA, J. T. A. **Lógicas Produtivas e Impactos Ambientais: Estudo Comparativo de Sistemas de Produção**. 2000. 284p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Unicamp, Campinas, 2000.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular,**In: CALDART, R. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PERANI, Cláudio**. Notas sobre educação popular.** Cadernos do CEAS, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 106, p. 74-81, nov./dez. 1986.

PEREIRA, Antônio Gomes (org.) – A Educação segundo o Semiárido – Secretaria da Cultura do Ceará, Premius Editora, Fortaleza, 2013.

PERUZZO, C.M.K., **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania,** 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, a.2, n.3, p.18-41, jul./dic.2005.
PIMENTEL, Álamo. **O elogio da convivência e suas pedagogias subterrâneas no semi-árido brasileiro.** (Tese de Doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2002. 341 p.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional** – 4ª Edição – Ed. Max Limonad, 2000.

PIRES, A. P. N.; BISPO, C. R. **As complexidades marcam o quadro agrário do Brasil: um olhar reflexivo do assentamento Maria Zilda em Cordeiros-BA. Bahia**, 2006. http://www.uesc.br/

CAIO PRADO. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981

RAMOS, M.; ROLO, Márcio. **Conhecimento (verbete**). In: CALDART, R. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

REIS, Edmerson dos Santos. **Educação para a convivência com o semiárido: desafios e possibilidades.** In: Semiárido Piauiense: Educação e Contexto. Orgs. ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** 5. Ed. Revista, prefaciada e anotada por José Honório Rodrigues. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

RESAB, Secretaria Executiva. **Educação para a convivência com o semiárido – referenciais teórico-práticas.** Juazeiro: Gráfica Franciscana, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos Araújo. **A Fundação do Brasil: testemunhos 1500-1700.** 2ª ed. Petrópolis: 1993.

RIBEIRO, Manoel do Bonfim Dias. **A potencialidade do Semi-Árido Brasileiro: O Rio São Francisco transposição e revitalização - uma análise**. Brasília: Gráfica e Editora Qualidade, 2007.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. **Direito de todos e para todos**, Belo Horizonte: Fórum, 2004, p.13.

ROCHA, Viviane Sousa e MONTEIRO, Danilo Rodrigues - **Políticas públicas de combate à seca a partir do melhor aproveitamento da água**. Acesso: http://editorarealize.com.br/ em setembro de 2015.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI:** *desenvolvimento e meio ambiente.* São Paulo: Nobel, 1993.
_____**. Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.) 2ª edição. **Conhecimento prudente para uma vida**

decente: Um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2006.
_____ **Crítica da razão indolente.** Contra o desperdício da experiência para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____ **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** – 13 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Território e sociedade**. São Paulo: Editora Fundação PersauAbramo, 2001.
_____**Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 22ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, Fernando Ferreira dos. **Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana**. Fortaleza: Celso Bastos Editor, 1999.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

_____. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 4 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. 158 p.

SAVIANE, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.
_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Autores Associados e Cortez, 1998.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. 470p. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 1999.
_____. A adversidade da agricultura familiar. Porto Alegre Ed. UFRG S, 2006.

SEN, Amartya**. A ideia de justiça;** tradução Denise Bottmann, Ricardo Doninelli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SENA, Angelina G. C. P. de. **Juazeiro: trajetória histórica**. Juazeiro: Gráfica Gutemberg, 1992.
_____.**Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso**. In:Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (org.). Desenvolvimento Rural – Tendências e debates contemporaneous. Ijuí: Unijuí, 2006.

SILVA, José Afonso da, **A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia,** revista de direito administrativo, V. 212, abril 1998.

SILVA, José de Souza. **Aridez mental, problema maior Contextualizar a educação para construir o 'dia depois do desenvolvimento' no Semi-Árido Brasileiro**. Apresentação do autor no Painel "Educação Contextualizada para a Convivência com o Semi-Árido

Brasileiro", do Seminário Nacional sobre Educação Contextualizada para a Convivência com o Semi-Árido Brasileiro, realizado em Campina Grande-PB, de 31 de Maio a 02 de Junho de 2010.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

_____. **Concepções de desenvolvimento: convivência e sustentabilidade no semiárido brasileiro.** In: Semiárido Piauiense: Educação e Contexto. Orgs. Conceição de Maria de Sousa e Silva, et all. Campina Grande: 2010. 236p.

SOUZA, Cléia Renata Teixeira – UEM/PR e MÜLLER, Verônica Regina – UEM/PR - **Educador social: conceitos fundamentais para sua formação**, 2009.Acessado por meio do site www.pucpr.br, em 20/10/2015.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão agrária no Brasil: o debate na esquerda. Editora Expressão Popular,** São Paulo: 2005.

_____. **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

SOBRINHO, José de Sousa: **Desenvolvimento no Vale do São Francisco: uma análise crítica.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009. Disponível em www.geografia.fflch.usp.br. Acesso em julho de 2015.

THOMÉ, Liane Maria Busnello, **Dignidade da pessoa humana e mediação familiar**, Porto Alegre: livraria do advogado, 2010.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. ***Tratado de direito internacional dos direitos humanos.*** Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1997. Vol. 1. p 390.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

WALSH, Catherine. **La educación intercultural em la educación**. Peru: Ministerio de Educación, 2001. Mimeografado. . (Ed.). Pensamiento crítico y matriz (de)colonial; reflexiones latino americanas. Quito: Universidad Andina Simon Bolivar/Abya-Yala, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Artigo, 2000. Acesso: http://wp.ufpel.edu.br/.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico**: **fundamentos de uma nova cultura no Direito.** 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2006.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

ZEMELMAN, Hugo. **Sujeito e sentido: considerações sobre a vinculação do sujeito ao conhecimento que constrói. In: Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado.** SANTOS, Boaventura de Souza (org.) 2ª edição – São

Paulo: Cortez, 2006.